



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**FILHOS E FILHAS DA LUTA: AS LIÇÕES E O LEGADO DA  
MARÇA DE 1988 E AS LUTAS DE NEGRAS E NEGROS  
ORGANIZADOS NO COLETIVO DENEGRIR – UERJ**

**CYRO WANDERLEY GARCIA ROSA JUNIOR**

*Sob a Orientação do Professor Dr.*

**Amauri Mendes Pereira**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ  
Dezembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

J95f Junior, Cyro Wanderley Garcia Rosa, 1981-  
Filhos e filhas da luta: as lições e o legado da  
marcha de 1988 e as lutas de negras e negros  
organizados no coletivo DeNegrir / Cyro Wanderley  
Garcia Rosa Junior. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.  
143 f.: il.

Orientador: Amauri Mendes Pereira.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas  
Populares, 2023.

1. Marcha de 1988. 2. Movimento Negro. 3. Farsa  
da Abolição. 4. Comitês da Marcha. 5. Centenário da  
Abolição. I. Pereira, Amauri Mendes, 1951-, orient.  
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos  
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível  
Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS  
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 447 / 2024 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.029546/2024-51

Seropédica-RJ, 24 de junho de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS  
POPULARES

CYRO WANDERLEY GARCIA ROSA JUNIOR

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 11/12/2023

Membros da banca:

AMAUURI MENDES PEREIRA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR. Dr. UFRRJ (Examinador Interno).

ALEXANDRE DO NASCIMENTO. Dr. FAETEC (Examinador Externo à Instituição).

CARLOS ALBERTO MEDEIROS. Dr. (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 24/06/2024 20:50 )  
AMAUURI MENDES PEREIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)  
Matricula: 2131782

(Assinado digitalmente em 25/06/2024 18:38 )  
RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS JUNIOR  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptES (12.28.01.00.00.86)  
Matricula: 1306589

(Assinado digitalmente em 24/06/2024 22:15 )  
ALEXANDRE DO NASCIMENTO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 950.667.807-34

(Assinado digitalmente em 03/07/2024 18:12 )  
CARLOS ALBERTO MEDEIROS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 102.634.897-87

Visualize o documento original em <https://slpac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>  
informando seu número: **447**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **24/06/2024** e o  
código de verificação: **8d9e16cc17**

## **Dedicatória**

Em memória de minha irmã Amanda Maria (Senzy). Minha irmã era um libertária, amante da vida e das lutas. Não perdia um combate, educadora daquelas que não deixava ninguém para trás e artista por um talento natural. A alegria de aprender nela me inspirava. Essa irmã mais velha faz muita falta e não teria chegado aqui sem ela.

Irmã, agora o seu irmão é Mestre! Obrigado!

(In memoriam)

## Agradecimentos

Aos meus Bisavôs/ós:

Alberto Garcia Rosa  
Luiza de Souza Prata Rosa

Tarsila Wanderley da Silva  
João de Souza Villaça

Gustavo Malaquias de Oliveira  
Joaquina da Conceição Oliveira

Agnello Francisco de Castro  
Malvina Gomes da Silva

Aos meus avós/ôs

Cyro Garcia Rosa  
Amarilles Wanderley Garcia Rosa

José Gustavo de Oliveira  
Maria das Dores da Silva de Oliveira

Especialmente à minha mãe, Mary Stella de Oliveira Rosa e ao meu pai Cyro Wanderley Garcia Rosa por me manterem de pé nos momentos em que pensei que cairia. Amo vocês!

À minha querida companheira Jacqueline, por ser uma mulher preta que milita, corajosa, aguerrida e de elevado conhecimento político e intelectual, que sempre esteve disposta a ler e ajudar neste trabalho. Um tipo de apoio que só o amor permite e que o tempo não apaga!

As/os irmãs/ãos pelo aprendizado político, pedagógico, pela generosidade na partilha e pelo ombro a ombro nas primeiras fileiras da Luta! Clarissa França, Fabio Tavares, Cizinho Afreeca e ao conjunto do Coletivo de Estudantes Negras e Negros – DeNegrir UERJ, onde nasceu os mais furiosos entre os furiosos!

Ao Professor Dr. Irmão Amauri Mendes Pereira. Uma tocha que nunca deixou de arder, um símbolo vivo da rebeldia negra dos melhores anos do movimento negro no século XX, se não fosse ele, talvez, não existiria o Movimento Negro como conhecemos atualmente. Um enorme privilegio tê-lo como orientador, fonte de sabedoria e aconselhamento, que nutriu este trabalho. Os meus sinceros e mais respeitosos agradecimentos.

Aos irmãos, os mais velhos, os quais guardo um profundo respeito e admiração: Haroldo Antônio, Elias Alfredo, Suzete Paiva e Dona Joana Angélica. Meu muito obrigado, sem a existência de vocês lutas não teriam existido, caminhos não teriam sido pavimentado e esse trabalho não seria possível. Sem vocês nosso presente seria menor!

Aos meus irmãos Orlando Ferreira e Ras André Guimarães, com eles dividi as “marmitas” na “Mad Max” branca da UERJ, nos corredores cinzentos do 9ª andar de onde fizemos brotar a Radicalidade Negra e as lutas de toda uma geração. Encontre-nos na Tempestade, Jah no Dead!

À Irmã educadora e escritora Lu Ain Zaila, pela valiosa colaboração nesse trabalho. Dessa irmã eu lembro com respeito da coragem em assumir uma tarefa difícilíssima de nossa geração no DCE UERJ (2004/2005), em luta e em defesa das ações afirmativas.

Aos Professores, Carlos Alberto Medeiros, Alexandre Nascimento e Renato Nogueira Jr., uma geração que segurou com firmeza as rédeas da luta negra, que meteram o “pé na porta” e que fizeram prevalecer os direitos daqueles que vieram depois. Muito Obrigado pela honra em fortalecer nesse trabalho.

Aos meus filhos Kehynde Mahin, “aquela que fala em nome de seus antepassados ou que vem em nome de seus ancestrais” e Kilunji Garcia “aquele o qual a inteligência fez morada”. Meus filhos representam o acerto, o ajuste, o retorno daqueles que nunca se foram. Depois que eles nasceram, eu percebi que nada estava perdido, nem as lutas foram em vão e que outras primaveras virão! Dei poder e dignidade ao nome deles!

A minha navalha, Nkosi. Pela honra que me foi dada de ter sido o último Kambundu raspado nessa vida pelas mãos de Tata Nkosi Biolé. Por essas mãos, eu renasci no sagrado e nos segredos dos antepassados. Tata Biolé dizia que eu seria filho dele, nessa e nas outras vidas e isso eu nunca esquecerei. O sangue, que brota da terra, é a semente que foi plantada! Kiuá Nkosi! Pokó Imoxi!

## **Rei Zumbi de Palmares**

A história nos engana  
Dizendo pelo contrário  
Até diz que a abolição  
Aconteceu no mês de maio  
A prova dessa mentira  
É que da miséria eu não saio  
Viva 20 de novembro  
Momento pra se lembrar  
Não vejo em 13 de maio  
Nada pra comemorar  
Muitos tempos se passaram e o negro sempre a lutar  
Zumbi é nosso herói Zumbi é nosso herói, colega velho  
De palmares foi senhor  
Pela causa do homem negro  
Foi ele quem mais lutou  
Apesar de toda luta, colega velho  
Negro não se libertou, camarada!  
Iê, é hora, é hora  
Iêee, é hora, é hora, camará  
Iê, vive meu mestre  
Iêee, vive meu mestre, camará  
Iê, quem me ensinou  
Iêee, quem me ensinou, camará

**Mestre Moraes - GCAP**

## **Presença**

O hálito da Melancolia alargava-me  
O peito, vi suas horas cinzas  
mijando sobre mim, ergui-me, obscuro,  
ante o último pilar desta esperança:  
desvendar o que fui entre o meu povo.  
Gravaram-me, então, na testa: “Eis o estranho!”

Estou deitado há muito tempo, sou culpado:  
minhas mãos semearam cafezais onde me enforco  
lembrando...

Do que fizemos já falaram: claro  
é o contorno de nossa rota em torno dos engenhos,  
o vaivém de nossos braços ninando-vos os nenês  
de tez amanhecida.

Estou aqui.

Duro de ser quebrado, pois a tristeza

Passa a enrijecer-me, e já me dispo

do pouco que enfim me atribuístes.

Eis-me aqui!

E convoco a vossa herança para um grande incêndio,

Pois que ousos mira-me, e já início!

**Oswaldo de Camargo**

## **Como num trem de Solano Trindade**

Como num trem de Solano Trindade  
corre o Brasil  
Sob a linha da miséria,  
em febre férrea,  
numérico, anônimo

**Orlando Ferreira**

Aqueles que professam apoio à liberdade, mas depreciam a agitação, são homens que querem colher sem arar o solo; eles querem chuva sem trovões e relâmpagos. Querem o oceano sem o rugido terrível de suas muitas águas. [...] O poder não concede nada sem demanda. Nunca concedeu e nunca concederá. Descubra o que qualquer pessoa calmamente se submeterá e você descobrirá a medida exata que lhes será imposta, e assim será até que haja combate com palavras ou golpes, ou com ambos. Os limites dos tiranos são prescritos pela resistência daqueles a quem eles oprimem.

**Frederick Douglass**

*“Pedimos um minuto de silêncio às grandes lideranças Internacionais contra o Imperialismo e o Racismo. Comandantes na luta de libertação africana estão simbolizados, por Steven Biko e por Samora Machel recentemente assassinados pelo regime racista da África do Sul”.*

**Intervenção de Membro do Comando da Marcha, abrindo a Marcha de 1988.**

## **RESUMO**

JUNIOR, Cyro Wanderley Garcia Rosa. **Filhos e filhas da luta: as lições e o legado da marcha de 1988 e as lutas de negras e negros organizados no coletivo DeNegrir – UERJ**. 2023. 143p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Para essa dissertação, a Marcha do Movimento Negro “contra a farsa da abolição”, realizada em 1988, é um marco no processo de organização do Movimento Negro no Rio de Janeiro. Como um exemplo, o presente trabalho aborda dois de seus legados – o Coletivo Denegrir de Negros e Negras da UERJ e o Pré-Vestibular para Negros e Carentes – vistos como novas formas de luta negra, o que se confirmou adiante com a criação de incontáveis coletivos de estudantes em universidades públicas e privadas e pré-vestibulares comunitários em todo o país. Para fundamentar essa análise, foi preciso consultar jornais da época e investigar os contextos de pensamentos, articulação e organização que levaram aquele evento marcante no ano do centenário da “farsa da abolição”.

**Palavras-chave:** Marcha de 1988, Movimento Negro, Farsa da Abolição, Comitês da Marcha, Centenário da Abolição.

## **ABSTRACT**

JUNIOR, Cyro Wanderley Garcia Rosa. **Sons and daughters of the struggle: the lessons and legacy of the 1988 march and the struggles of black men and women organized in the DeNegrir collective - UERJ.** 2023. 143p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

For this dissertation, the Black Movement March "against the farce of abolition", held in 1988, is a milestone in the process of organizing the Black Movement in Rio de Janeiro. As an example, this paper looks at two of its legacies - the Denegrir Collective of Black Men and Women at UERJ and the Pre-Vestibular for Blacks and People in Need - seen as new forms of black struggle, which were confirmed further on with the creation of countless student collectives at public and private universities and community pre-vestibulars throughout the country. To support this analysis, it was necessary to consult newspapers from the time and investigate the contexts of thought, articulation and organization that led to this landmark event in the year of the centenary of the "abolition farce".

**Keywords:** 1988 March, Black Movement, Abolition Farce, March Committees, Abolition Centenary.

# Sumário

## **Introdução.....**

### **CAPITULO I – A MARCHA CONTRA A FARSA DA ABOLIÇÃO**

- 1.1. “Nada Mudou, Vamos Mudar!”
- 1.2. Anos 1970-80, o renascimento das lutas negras
- 1.3. Registros históricos que o tempo não apaga: O impacto da Marcha na imprensa e em outras instituições
- 1.4. A importância e as lições deixadas pelos Comitês que organizaram a Marcha

### **CAPITULO II – “FILHXS DE 1988”: DAS LUTAS PELO ACESSO A UMA NOVA UNIVERSIDADE**

- 2.1 – O Movimento dos PVNCs - Pré-Vestibulares para Negros e Carentes
- 2.2 – Estratégias pedagógicas
- 2.3. O Movimento AVANÇAR e o Coletivo DENEGRIR: Notas sobre uma nova Agência

## **Considerações Finais.....**

## **Referências Bibliográficas.....**

## **Lista dos Jornais Pesquisados.....**

## **Anexos.....**

## INTRODUÇÃO

Penso que é tímida produção a respeito dos processos sociais e políticos, que alicerçaram a realização da Marcha de 1988 Contra a Farsa da Abolição. Muitos são os estudos sobre o movimento negro, porém quase nada temos a respeito das lições e do legado desse evento. Segundo as palavras de um de seus principais organizadores, em artigo ao *Jornal Questões Negras*, PEREIRA (1998), esse acontecimento mudou a história do movimento Negro. Em 11 de Maio de 2023, a Marcha completou 35 anos, por isso o primeiro capítulo cumpre o papel de analisar e investigar como o principal ato político de rua, organizado e dirigido pelo Movimento Negro. Ele reuniu mais de 20 mil negras e negros de diversas regiões do Rio de Janeiro, organizados em Comitês, articulados com associações de moradores, coletivos de base em favelas e periferias revelou os limites da democracia racial e as violências do racismo estrutural. Um dado que, para mim, marca a importância desse acontecimento político foi deixar a nu, nacionalmente, que a ideia de colaboração entre as raças no Brasil – o mito da democracia racial – era uma grande mentira criada pelas elites nacionais de ascendência escravocrata. Em minha visão, a Marcha do Movimento Negro no ano do Centenário da Abolição criou uma nova atmosfera a respeito das condições de vida do povo negro no Brasil, denunciou o abismo das desigualdades sociais-raciais e desafiou os poderes políticos e simbólicos no país. Segundo a palavra de ordem do comando da Marcha “Vamos marchar até onde o racismo deixar”, estavam aí colocadas as novas condições objetivas e subjetivas da luta. Para as mais de 20 mil pessoas reunidas na Marcha, o ambiente de transição e mudanças temperava ainda mais os desejos de superação da realidade excludente em que vivia a população negra na educação, na saúde, na moradia e na segurança pública.

Passada uma década, o Jornalista Carlos Nobre (1998) escreveria em artigo no *Jornal Questões Negras*, que desde então o Movimento Negro do Rio de Janeiro havia se transformado no principal defensor e guardião da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos direitos básicos do cidadão discriminado. Em sua visão, a Marcha gerou uma onda de novos sujeitos negros, que a partir daquele momento passariam a querer mais e novos direitos. Assim, na primeira parte da dissertação procurei investigar o contexto político e organizacional para a realização da Marcha e abordo a importância dos Comitês, que sediaram as plenárias de organização da Marcha. Realizei, ainda, entrevistas com personagens destacados na luta, mobilização e organização negra nos períodos históricos descritos nesse trabalho, também tomei por base para a elaboração da pesquisa de Jornais da época, tais como *Jornal do Brasil*,

Tribuna da Imprensa, O Dia, Jornal do Comércio, Folha de São Paulo, O Globo, a coluna Afro-Latino-América do Jornal Versus, de publicação até 1978, ano da fundação do MNU, o Jornal Questões Negras, disponibilizado pelo Jornalista Edson Borges e o Boletim dos Comitês do Movimento Negro/ RJ do acervo do CEMUPF–Centro de Mulheres de Favelas e Periferia concedido por Dona Joana Angélica. Pelo que está sendo contado inicialmente a respeito do papel político, das lições e do legado da Marcha no ano do Centenário da Abolição, acredito que esse marco histórico possibilitou novas táticas e estratégias para encarar a luta de combate ao racismo. Um bom exemplo é o que encontrei pesquisando o noticiário de jornais nas semanas anteriores à Marcha: documentos oficiais e informações mostram o envolvimento da prefeitura, através da Secretaria de educação, para que houvesse mobilização de estudantes e realização de uma Marcha, também na região central da capital no dia anterior da Marcha do Movimento Negro. Foi uma surpresa! Até então, nem em conversas sobre a Marcha e nem nas entrevistas havia aparecido essa informação.

No segundo capítulo, discuto o Movimento de Pré-Vestibulares com destaque ao PVNC (Pré-Vestibular para Negros e Carentes) como base de formação política, cultural e social antes da entrada à universidade. Fato que evidencia o caráter educador através do impacto e despertar da consciência de jovens negros e negras. Importante a dissertação de mestrado de Nascimento (2017,pg.02), que me permitiu uma visão ampla das motivações, das características e do alcance dos PVNCs

[...]Esses curso pré-vestibulares, que aqui denominamos de Cursos Pré-Vestibulares Populares, são iniciativas educacionais de entidades diversas, de trabalhadores em educação e de grupos comunitários, destinadas a uma parcela da população que é colocada em situação de desvantagem pela situação de pobreza que lhe é imposta. Um dado importante é que, na maioria dos cursos pré-vestibulares populares, há preocupações políticas, que se explicitam nos discursos de seus participantes, nas propostas e nas práticas dos cursos, que vão desde atividades desenvolvidas em sala de aula visando a construção de uma nova consciência em seus educandos (consciência racial, de gênero, de classe dos negociação de isenções e bolsas com universidades, ações judiciais, formulação de propostas para facilitar o acesso e a permanência de estudantes das classes populares no ensino superior e democratizar a educação e o acesso ao conhecimento.

Cabe ressaltar que segundo D’Adesky (2021, pág.101)

Em 2012, ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Partido Democratas (DEM) contra ato da Universidade de Brasília (UnB) que instituiu um sistema de 20% de vagas no processo de seleção para o ingresso de estudantes com base em critério étnico-racial, os ministros do Supremo Tribunal Federal entenderam, por unanimidade que as cotas são necessárias para reduzir desigualdades e decidiram que ela estão de acordo com a Constituição e são essenciais para corrigir o histórico de discriminação racial no Brasil.

Resultado que consagrou a legalidade da nova legislação sobre ações afirmativas e cotas, legitimando a luta histórica do movimento negro e do empenho político, militante e

organizacional dos PVNC's, que cumpriu uma tarefa excepcional nos anos 90 fortalecendo os instrumentos elementares que daria toda uma importante base para o advento das Ações Afirmativas nos anos iniciais de 2000.

No terceiro capítulo, analiso a trajetória das lutas do coletivo DeNegrir da UERJ, que até agora é considerado o primeiro Coletivo de estudantes negros em universidades brasileiras. O contexto era resultado de uma política inédita na trajetória do povo negro. Dotado de brio e radicalidade, o movimento que deu origem ao Coletivo DeNegrir, foi pioneiro em muitas ações promovidas por estudantes em comunidades acadêmicas, que naquele momento experimentavam, através da política de cotas raciais, a entrada de um número significativo de estudantes negros pela via de seu vestibular. Aqui utilizo a palavra radical no sentido da postura moral e do compromisso ético e político, de não recuar frente às pressões impostas, de não desanimar diante os desafios e as tarefas de seu tempo, por exemplo, não sendo apenas testemunha ocular, mas, sobretudo, assumindo as primeiras fileiras de luta. Mesmo o peso do racismo na vida de jovens negras e negros nos primeiros anos de vida acadêmica revelou a enorme disposição dessa primeira geração de cotistas em fazer valer a luta e avançar em novas conquistas coletivas no contexto da própria universidade nas discussões em que se pautavam o acesso, a permanência de estudantes negros e negras, pobres da periferia.

Por último, a fim de contextualizar a implementação das Políticas de Ações Afirmativas que instituíram as Cotas Sociais e as Cotas Raciais na Universidade, pensei ser possível realizar uma análise dos posicionamentos dos sindicatos de técnicos e docentes e do órgão de representação estudantil, SINTUPERJ, DCE-UERJ, ASDUERJ, entretanto isso não foi possível.

## CAPITULO I – A MARCHA CONTRA A FARSA DA ABOLIÇÃO

“É, mas só assim nós vamos ver em cada canto do mundo o negro acontecer”

Hugo Tobias<sup>1</sup>

### 1.1. “Nada Mudou, vamos mudar”...



**Jornal O Dia, edição de Quarta Feira de 12 de Maio de 1988.**

No dia 11 de maio de 1988 (mês da Abolição da Escravatura – 1888), dezenas de milhares de pessoas de todas as idades, majoritariamente negras, chegadas de quase todas as regiões do estado do Rio de Janeiro, exibiam seus cartazes, bandeiras e faixas com palavras de ordem diversas de denúncia ao racismo, que insistia em esconder-se atrás de um falso mito e de uma

<sup>1</sup> Hugo Tobias Nunes foi o compositor da Música “CHEGA!”, no ano de 1982. Coreógrafo e compositor do Grupo Afro-Agbara Dudu, considerado o primeiro bloco afro do Rio de Janeiro, fundado em 4 de Abril de 1982.

falsa abolição. Concentraram-se na “Encruzilhada da Vida” que separava e ao mesmo tempo unia as Avenidas Rio Branco e Presidente Vargas na pretensão de “tomar a história em suas próprias mãos”!

Pela primeira vez na história dos Movimentos Sociais, o percurso confrontaria a “convenção” de marchas no Centro da Cidade. Ao invés de marchar da Candelária até a Cinelândia, as plenárias de organização nos comitês ocasionaram, então, uma quebra de paradigma: Deliberaram seguir pela av. Presidente Vargas, alinhando com o fluxo da multidão de pessoas, que, a cada final de dia útil, se dirigia do centro para os terminais ferroviário e rodoviário da Central do Brasil e lá fora montado um palanque, negociado pelo comando da Marcha com a RIOTUR. Inexplicável o cerco da multidão por tropas do exército e outras determinações repressivas do Comando Militar do Leste: perante sua exigência de que marchassem longe do Busto de Luiz Alves de Lima e Silva<sup>2</sup> ou, simplesmente, Duque de Caxias, o Comando da Marcha, atendendo pedido do Secretário de Polícia Civil, Hélio Sabóia decidiu realizar a Marcha na pista mais distante. Todavia, os militares romperam o acordo e tensionaram, criando situações para dificultar e intimidar os militantes. Pessoas foram presas e ameaçadas, faixas e cartazes apreendidos e rasgados, quando chegavam nos terminais da Leopoldina e da Central do Brasil, assim como em terminais rodoviários e nas Barcas, na Praça XV. Após barrarem a Marcha, o Comando Militar do Leste determinou um apagão de toda a iluminação da Av. Presidente Vargas, certamente com a intenção de evitar registros visuais da repressão e da violência. A iluminação de equipes de reportagens brasileiras e estrangeiras é que permitiram tais registros.

A militância negra e antirracista era orientada por um “Trio Elétrico”, alugado pelo Comando da Marcha, o maior que havia no RJ, de propriedade de um deputado estadual, cuja base eleitoral era na Zona Oeste. No início da caminhada, havia um carro, de som pequeno, de militantes negros dissidentes que foi “engolido” pela quantidade de gente à sua volta até ser barrado em frente à Biblioteca Estadual Celso Kelly onde há muitos registros de imagem, mostrando muita emoção e empolgação.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, apelidado de “O Pacificador” e “O Marechal de Ferro” foi um militar, político e monarquista brasileiro. Homem de confiança de D. Pedro I e responsável pelo genocídio de milhares de Negros na Guerra do Paraguai, como afirmado pela tese de Frei David Raimundo dos Santos.

<sup>3</sup> Ver o vídeo *A Marcha e a Farsa*, disponível no Canal CULTNE, no Youtube.

## 1.2. Anos 1970-80, o renascimento das lutas negras<sup>4</sup>

Para contextualizar o impacto da Marcha contra a farsa da abolição, parece-me importante uma breve reflexão sobre a trajetória do racismo e da resistência ao branqueamento ao longo do século XX. Hoje, através de incontáveis pesquisas, há registros da resistência negra, de diferentes características em todo o território brasileiro, desde a escravidão até o pós-abolição e ao longo de todo o século XX.

A Frente Negra Brasileira, nos anos 1930, estudada por Florestan Fernandes (2021), e mais recentemente por Flávio Gomes (2005), é sempre uma referência. Assim como o TEN-Teatro Experimental do Negro sob a liderança de Abdias do Nascimento; e o TPN-Teatro Popular do Negro sob a liderança de Solano Trindade, ambos nos anos 1940 e 1950.

Como meu foco é nos tempos atuais, penso que não é necessário me estender sobre aquelas experiências. Também porque, como já disse acima, não teria como abordar incontáveis trabalhos, como o de Gianne Vargas Escobar (2010), sobre a importância dos Clubes Negros (criados, principalmente, até os meados do século XX, em incontáveis localidades em quase todas as regiões brasileiras), e muitos outros. Também não tenho como me alongar em referências às manifestações culturais de matrizes africanas, que enfrentaram perseguições, preconceitos, opressões de todo tipo e cujas vitórias, hoje, constituem prova incontestável, não só de resistência, como de capacidade de superação do povo negro brasileiro.<sup>5</sup>

As gerações de militantes negras e negros até os meados do século XX enfrentaram as teorias do racismo científico e um amplo projeto de eugenia<sup>6</sup>, que desde o império, é ainda mais incrementado a partir dos primórdios da República, as elites intelectuais e políticas tentaram implementar no Brasil. Apesar de investirem econômica e ideologicamente (a pretensão era branquear a população brasileira) na vinda de imigrantes europeus, a quem foram fornecidas condições especiais de adaptação e desenvolvimento, e na subjugação e marginalização da população negra, esse projeto malogrou. Em parte, devido à resistência negra, não só os segmentos da vida social, mas também devido ao fato de que a população brasileira era

---

<sup>4</sup> Entre os anos 70 e 80 o movimento negro no Brasil viveu seu período de maior efervescência das lutas, da organização, de conquistas e da mobilização política e artística do século XX. Nos livros “Trajetórias e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro”, “Do Movimento Negro à Cultura de Consciência Negras” e “Na Lei e na Raça – Legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos” respectivamente de Amauri Mendes Pereira e Carlos Alberto Medeiros, analisam a mudança de comportamento da população negra frente as mudanças provocadas pela luta do movimento negro, no campo político, intelectual, econômico e artístico.

<sup>5</sup> O livro “*O Movimento Negro educador...*”, de Nilma Lino Gomes (2018), constitui excelente fonte a respeito do papel do Movimento Negro.

<sup>6</sup> Teoria pretensamente científica, baseada na ideia da existência de raças e de hierarquização entre as mesmas – a raça branca representaria o ápice da evolução biológica, entre os seres humanos. E seria a única capaz de produzir cultura e civilização.

“irremediavelmente” mestiçada – inclusive a maior parte das elites.<sup>7</sup>

Mas logo a perda do projeto daquelas elites recebeu um alento, a partir do pensamento de Gilberto Freyre e seus livros *Casa Grande e Senzala*-1933 e *Sobrados e Mocambos*-de 1938. Sua influência foi imensa e representou uma alternativa para as elites intelectuais. Baseada em suas obras tomou forma e ganhou impulso a ideia (que já se insinuava entre muitos intelectuais) de que no Brasil vigorava uma democracia racial. Ou seja, aqui as relações entre negros e brancos, desde o período colonial seriam harmônicas dentro de um regime escravista muito mais ameno do que em outras nações. Isso, devido a características do colonizador português, de sua benevolência e tendência conciliadora, despida de preconceitos raciais.

Ocorre que, no contexto em que ressurge a militância negra nos anos 1970, o principal artifício ideológico a ser enfrentado era o mito da democracia racial, então, dessa vez, foi bem sucedida. Porque a Marcha do 11 de maio reuniu mais de 20 mil pessoas no centro da cidade (PEREIRA, pág. 6, 1998) e explicitou uma posição crítica acerca das comemorações do centenário da Abolição. Os militantes não puderam passar em frente ao monumento de Caxias tal qual não chegaram, como pretendiam, à Central do Brasil. Ali se desenrolou uma batalha metafórica entre Zumbi e Caxias no meio da Avenida Presidente Vargas. Se considerarmos que os movimentos vão muito além de seus suportes materiais, ajuda a compreender a importância do episódio. O Movimento Negro organizado ousou confrontar as barreiras impostas; o poder político e simbólico do regime militar e do racismo, que mesmo após a abolição, não modificou seu tratamento à população negra no Brasil. Aquela visão crítica, que se ampliava na sociedade, foi resultado da ação da militância negra a partir dos anos 1970, já que o Mito da Democracia Racial, de tão sedutor, havia se enraizado na sociedade. Enquanto no cotidiano, o que a população negra vivia era um cenário em que o contexto social os colocava subjugados e à própria sorte. Isso significa dizer que o Movimento Negro, desde a sua fundação e constituição, foi responsável por reivindicações e por transformações sociais que nos anos posteriores puderam ser vivenciadas por outras gerações. Ademais, o tom de denúncia do racismo, a construção de bases sólidas e um discurso afiado com base em exemplos de acontecimentos explícitos, sem o menor constrangimento, fizeram com que começasse um processo de reconhecimento acentuado de que no Brasil havia um problema racial em que brancos produziam opressões contra pessoas de cor.

Fundamental na minha argumentação é a compreensão do contexto em que acontecia um

---

<sup>7</sup>O artigo “*Estado e raça no Brasil: notas exploratórias*”, de Carlos Vainer. Estudos Afro-Asiáticos, nº 18-1990, é uma fonte extraordinária de informações e análises sobre as influências do racismo científico entre a intelectualidade, e nas políticas públicas, que estruturaram o estado republicano e suas instituições.

evento daquele porte no Rio de Janeiro: os anos 1970 e 1980 assistiram ao surgimento de novas entidades e grupos negros, articuladas a manifestações culturais e religiosas, produção de eventos (políticos, artísticos, culturais) críticos aos preconceitos e ao mito da democracia racial. Tudo isso fazia parte de um amplo processo de organização, nem sempre articulados, que acontecia em âmbito nacional, como mostrou a pesquisa de ALBERTI e PEREIRA (2007).

No Rio de Janeiro, devo destacar a força dos ENCONTROS DE BLACKS em subúrbios e na Baixada Fluminense, que mobilizou milhares de jovens, na primeira metade dos anos 70, em apoteóticos bailes de Soul Music!<sup>8</sup> No mundo do Samba, também estavam sendo reelaboradas características, dimensões e perspectivas e os papéis que manifestações culturais de matrizes africanas viriam a desempenhar nas próximas décadas. Apenas como exemplo, pois não é possível nesse momento aprofundar, como eu gostaria: a criação do GRANES Quilombo, uma empolgante “virada” de significados e uma nova proposta para sambistas e “quem mais quisesse nos enxergar”, sob a liderança de Antônio Candeias Filho; e a criação do FUNDO DE QUINTAL: articulação (assim como também pretendia o GRANES Quilombo) de gente do mundo do Samba no terreirão, onde há décadas se congregava o Bloco Carnavalesco Cacique de Ramos (dos maiores e mais importantes, no RJ): aí foram plasmadas as novas características melódicas, poéticas, instrumentais do “pagode” e o impulso final de inúmerxs cantores, compositores, ritmistas, etc, que “*libertaram na garganta do povo as suas emoções*”<sup>9</sup>, impondo o mundo do Samba, como legítima “*arte popular do nosso chão*”<sup>10</sup> na cena artística brasileira. Com pretensão, mais propriamente política, é importante registrar a criação da SINBA-Sociedade de Intercâmbio Brasil-África-1974, do IPCN-Instituto de Pesquisas das Culturas Negras-1975 e do CEBA-Centro de Estudos Brasil-África-1975. A primeira resultou da convergência de ativistas negras e negros de várias regiões do RJ em reuniões semanais no CEAA-Centro de Estudos Afro-Asiáticos no Conjunto Universitário Cândido Mendes, em Ipanema, ao longo dos anos de 1973-4. A SINBA, entre 1977 e 1980, publicou um jornal, que cumpriu papel relevante na difusão das ideias antirracistas e de informações sobre lutas de libertação no continente africano. A partir de 1978, o grupo de militantes negros da SINBA se aproximou do IPCN, momento em que contribuíram para a recuperação física e patrimonial da entidade e acabaram se fundindo a ela, encerrando as atividades da SINBA com o jornal de

---

<sup>8</sup>Estão disponíveis inúmeros vídeos no canal CULTNE, um canal no youtube, de referência sobre cultura negra e Movimento Negro.

<sup>9</sup>Verso do Samba “*Coisa de pele*”, de Jorge Aragão, que compôs a primeira formação do grupo FUNDO DE QUINTAL, que “revolucionou” o Samba a partir dos anos 70. Importante para compreender o contexto em que emergiam essas vozes: *O samba na realidade*, de Nei Lopes.

<sup>10</sup>Idem.

1980.

O segundo, resultado de articulações de grupos de artistas e de intelectuais negros e negras, se tornaria adiante a mais importante entidade negra do estado, para onde convergia a ampla variedade de militantes negros(os) da capital da Baixada Fluminense e de cidades do interior. Isso devido a ter conseguido comprar uma sede na Av. Mem de Sá, 208 no bairro da Lapa, região central da capital. Ao longo dos anos 80 e 90 o IPCN se tornou uma das mais conhecidas organizações do Movimento Negro no Brasil. O antigo grupo da SINBA, agora membros e dirigentes do IPCN, ocupando uma pequena sala na parte superior da sede, realizou durante anos uma atividade semanal em praças e calçadas de subúrbios e na região metropolitana do RJ – *A IMPRENSA NEGRA ESTÁ BOTANDO BANCA* – que se tornou o núcleo central da organização e realização de 4 ENCONTROS ESTADUAIS DO MOVIMENTO NEGRO-RJ. E o CEBA, criado no município de São Gonçalo, na região metropolitana, se tornou o núcleo de articulação do CENIERJ-Conselho de Entidades Negras do Interior do RJ, que realizou mais de 30 Encontros em dezenas de municípios, em todas as regiões do RJ, ao longo de mais de quase 40 anos.

Através de entrevistas e de leitura de textos de referência sobre essa trajetória, é possível estender um olhar sobre a dinâmica de ações que, a partir do final dos anos 70, tinham o IPCN como Centro Irradiador da Luta Contra o Racismo.<sup>11</sup> Foi na sede do IPCN, quase sempre, envolvendo outros grupos, que se definiram ações desafiadoras como a manifestação de outubro de 1982, na frente da Secretaria de Segurança do RJ, ou como a participação do MN na campanha das DIRETAS JÁ-1984 na campanha internacional LIBERTEM MANDELA-1986. A sede do IPCN abrigava, também, o núcleo de organização dos 4 ENCONTROS ESTADUAIS DO MOVIMENTO NEGRO, onde abrigou o Comando da Marcha contra a farsa da abolição de 1988 além do Fórum Estadual do Movimento Negro, que realizou a terceira reunião preparatória – Centro de Formação de Líderes-Moquetá-NI - do 1º ENEN-Encontro Nacional de Entidades Negras-SP-1991, que manteve essa articulação até o 2º ENEN, realizado na UERJ em 1999.

É fundamental abordar, ainda que brevemente, a criação do AGBARA DUDU, o primeiro Bloco Afro do RJ, logo seguido por vários outros e pela criação da FEBARJ-Federação de Blocos Afro-RJ.

---

<sup>11</sup>Essa frase foi exposta em placa de madeira, de 1.20 m de altura, por 1.80 de largura, por cima do portão de entrada do IPCN, de frente para a Av. Mem de Sá, via central da tradicional região da Lapa, no centro antigo, do RJ – de acordo com antigos militantes, causou muitos problemas: pessoas se sentiam agredidas e foram incontáveis as rugas com passantes; a diretoria chegou a ser ameaçada de inquérito policial, mas conseguiu contornar a situação na delegacia.

Eram associadas-militantes do IPCN, algumas das principais articuladoras do Movimento de Mulheres Negras, cuja sessão do RJ organizou o 1º ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS. Embora, com perfil de atuação um tanto diferenciado, é importante registrar o papel do CEAP-Centro de Articulação de Pessoas Marginalizadas já a partir dos anos 1990.

Será demais afirmar que esse legado foi importante, para que, aqui no Rio de Janeiro, um parlamentar tenha proposto a primeira legislação que adotou as cotas e ações afirmativas nas universidades estaduais?

Penso que o PVNC e o Coletivo DeNegrir podem ser vistos como legado da geração dos anos 1978 a 1988 bem como do impacto da Marcha construída pelos Comitês. Conhecedora desse legado, e tendo a oportunidade de conhecer pessoas importantes daquela geração anterior, a jovem militância negra, desses e de outros contextos de luta, teve condições de se estabelecer e levantar outras bandeiras dentro do contexto social que convergiam com as relações raciais no Brasil. A jovem militância negra ainda assistiu pelas retinas de testemunhas oculares, participantes da linha de frente do comando da Marcha, o modo como o estado brasileiro em diversos aspectos, tratou importantes vozes na denúncia contra o racismo. Sobre isso, PRUDENTE (Jornal – O dia, 19 de maio de 1988)

[...] quem acreditou que os calorosos debates em torno do centenário da Abolição jogaram o racismo para bem longe daqui pasmou...Ainda no 13 de maio um debate sobre a Lei Áurea que seria levado ao ar ao vivo pela Funtevê, via Embratel para diversos estados do Brasil e que contava com a participação de alguns dos mais brilhantes intelectuais negros deste país, Joel Rufino dos Santos, Júlio César Tavares e o próprio Carlos Moura, foi suspenso e nenhuma desculpa serviu de manto para uma censura clara, branca e evidente. Temiam alguns certamente que os debatedores fossem discutir no ar as tropas contra o movimento. No dia 14, o cozinheiro negro Geraldo Máximo de Oliveira é espancado e torturado cruelmente por policiais militares que tinham contra ele a acusação formal de estar com a cabeça cheia de 13 de maio...

[...]Mais importante que o Centenário da Abolição, é o questionamento de que seu povo brasileiro quer ou não quer entrar no século XXI com essa antiga realidade. Quanto ao resto, não desanime, Geraldo, é apenas uma ressaca do 13 de maio.

Importante ressaltar essa entrevista de Wilson Prudente ao Jornal O Dia – Coluna Opinião (19 de maio, 1988). Apesar do amplo contexto de lutas, que “explodiu” publicamente” e marcou aqueles tempos, através da Marcha de 1988 ter movimentado muitos corações e mentes, fazendo com que diversas instituições se posicionassem e criassem agendas para reflexão sobre o racismo após 100 anos de Abolição da Escravatura. Não obstante, tamanho impacto na consciência coletiva, não foi suficiente para mudar comportamentos, ou gerar políticas públicas eficazes contra o racismo. Melhor dizendo, a Marcha, ao passo que representou um importante manifesto político, social e cultural da história dos afro-descendentes em solo brasileiro, ao

mesmo tempo serviu de um termômetro para que se compreendesse o tamanho das barreiras e dificuldades que haveria pelo meio do caminho. No entanto, seus idealizadores merecem grande reverência pelo compromisso moral, ético, pela vida ao organizarem e espriarem, incansavelmente, os motivos pelos quais o povo negro precisava estar com os punhos cerrados e na rua para lutar.

### **1.3 – Registros históricos que o tempo não apaga: O impacto da Marcha na imprensa e em outras instituições**

Na investigação, abordei jornais da imprensa brasileira dos anos 80. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foi o ponto de partida, pois nela encontram-se grandes acervos referentes a eventos que marcaram a história do país. Contudo, o acervo do Centenário da Abolição, disponível na plataforma PACC-UFRJ (Programa Avançado de Cultura Contemporânea – Acervo de Cultura Contemporânea) foi fundamental para que eu tivesse noção da proporção e da consciência do impacto da Marcha de 1988.

O acervo em questão reúne um conjunto de notícias, matérias e entrevistas do mês de maio de 1988 que veicularam em vários Jornais e em vários estados brasileiros dada à proporção que a Marcha tomou.

A partir disso, foi possível verificar no conjunto de documentos do Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos–UFRJ, onde consta disponível edição do Jornal O Globo (07.02.1988) com a seguinte coluna “Negros Renegam o 13 de maio em favor do herói de Palmares”:

“Figura máxima das comemorações da Abolição da Escravatura no Brasil, a Princesa Isabel esta prestes a ser destronada do seu posto. Exatamente no ano em que se festeja o Centenário da Lei Áurea, o movimento negro, organizado em mais de 600 grupos pelo país inteiro, luta para mudar o foco das comemorações para outra data que não a tradicional 13 de Maio. “O maior exemplo da resistência negra é Zumbi dos Palmares”, assegura o historiador Joel Rufino, um dos muitos a integrar à corrente que pretende valorizar o dia 20 de novembro – data em que morreu Zumbi, há 293 anos – como o marco fundamental para o movimento” – Essa é a verdadeira data da consciência negra – desabafa o fotógrafo Januário Garcia, presidente do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), entidade que reúne mais de cem grupos negros e registra 1.200 associados. Como Januário, o ator Milton Gonçalves, membro da comissão que organiza o Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura, coordenado pelo Ministério da Cultura, também aposta na elevação de Zumbi a herói nacional e no dia 20 de novembro como principal data de luta abolicionista”

Em face do exposto, verifiquei o contexto e as abordagens preliminares sobre a Marcha Contra a Farsa da Abolição, que mesmo antes de seu acontecimento produziu e criou um conjunto de ânimos e disposições que influenciou todo cenário nacional, como o citado acima por meio de um de seus principais veículos de informação. Depois de 1988 nunca mais se comemoraria o

13 de maio da mesma forma, os obstáculos e desafios mais importantes diante um modelo político e econômico que via o negro apenas como um objeto de reposição era ali colocado contra a parede. A expressão “Motor e Ponta-de-lança da Luta contra o Racismo” usada por PEREIRA (2007) faz todo sentido, quando pensamos o que significou a Marcha do Movimento Negro no Centenário da Abolição. Em entrevista concedida à jornalista Celina Côrtes na edição do Jornal O dia em 15 de maio de 1988, o militante do Movimento Negro, fotógrafo e Presidente do IPCN (Instituto de pesquisa das Culturas Negras) Januário Garcia, fez a seguinte análise a respeito do histórico ato do movimento negro Contra a Farsa da Abolição após ser questionado por Celina sobre os motivos de tamanha repressão do exército brasileiro:

“A gente começa a perceber que há todo um equívoco do Estado brasileiro com a Nação brasileira. A Nação tem um rosto, e o Estado tem outro. O que se reproduz no rosto do Estado é a oligarquia. Não há espaço para a Nação ter sua representatividade dentro do Estado. O sistema usa o racismo como ideologia de dominação, e há também a ideologia do embranqueamento. Segundo ela, quanto mais claro você for, mais oportunidade terá na sociedade. Você tem o branco como identidade para mira, para fazer com que você negue a sua identidade do negro. O não branco é 80% da população, e esta grande população é marginalizada no sistema. Então a gente começa a refletir sobre quais são os direitos civis da população brasileira, que são negados pelo estado brasileiro. A única forma de obstruir esse livre direito de ir e vir é cercar essa população com as tropas militares. Você pode medir o nível de liberdade do povo brasileiro e do pleno exercício de seus direitos pelo percurso de apenas pouco mais de 1 quilometro que a Marcha percorreu no dia 11, da Avenida Rio Branco à Avenida Passos”

Em outras palavras, como muito bem disse o histórico militante Januário Garcia, o Estado através de suas forças militares enviava um duro recado ao povo negro que lutava por dias melhores diante sua situação de empobrecimento, que seus direitos estariam limitados a mesma proporcionalidade do percurso que os verdes<sup>12</sup> permitiu marchar, da Avenida Rio Branco à Avenida Passos. A Marcha significou um ponto importante da frustração entre o Estado e as vidas negras. Aquela militância não aceitaria falsos pactos, fictícias integrações e paternalismos assistencialistas nos limites do poder das oligarquias brancas racistas. Para o Movimento Negro a dívida do Estado para com a comunidade negra brasileira deveria ser colocada à luz do dia como um dever político e econômico de realinhamento do país. Em artigo escrito à Folha de São Paulo em 12 de maio de 1988, a parlamentar negra Benedita da Silva fez a seguinte reflexão:

“No entanto, é enganoso afirmar que o negro tem, no Brasil, a mesma igualdade de oportunidades dispensadas ao branco em termos de renda, prestígio social e poder. A própria realidade questiona essa igualdade, indicando que existe mais discriminação e preconceito do que democracia nas relações sociais. Concluimos, então, que não passa de uma grande mentira afirmar que vivemos numa “democracia racial”. Nosso

<sup>12</sup> “Os Verdes” expressão usada pelo o então ex-secretário da Polícia Civil Hélio Saboya. No dia 11 de maio de 1988, quando a Marcha Contra a Farsa da Abolição chegava a seu auge com milhares de manifestantes ocupando a principal Avenida do Rio de Janeiro, Av. Presidente Vargas, Hélio Saboya alertava sobre uma provável repressão do Comando Militar do Leste.

caso caracteriza mais uma “tolerância racial” do que propriamente uma democracia. E o primeiro passo para abolição do preconceito é, além de admitir abertamente sua existência, admitir que sua manifestação, entre nós, ocorre de maneira dissimulada, e não como em outros países, onde ele é praticado de forma explícita e às claras”

Carlos Nobre, por sua vez, destacou precisamente no jornal *Questões Negras* em novembro de 1988, um encontro entre gerações do movimento negro, onde a celebração festiva era apenas um detalhe que de fundo cumpria o objetivo de olhar e cuidar da realidade do povo negro e pensar um projeto político de poder.

O contexto da época eram os 13 anos de existência do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e a nova geração de jovens negros e negras que ao circular por seus corredores e salas aspiravam conhecer melhor a história de lutas do povo negro e dessa instituição marcante para essa geração de militantes. Naquela época, esses jovens teriam entre 20 e 40 anos e um balanço se fazia necessário.

Considerando que a Marcha contra a Farsa da Abolição foi propagadora de vozes silenciadas e direitos historicamente negados, compreende-se tão bem a sua expressividade, enquanto demonstração de força política e social da história do Movimento Negro no século XX, por uma geração que marcou de criatividade e ação toda uma década de grandes acontecimentos e avanços para a pauta da luta de combate ao racismo, da luta contra a ditadura militar e a redemocratização do país.

Por isso, na medida em que se compreendeu que o racismo possui relação direta com sistema de poder, logo foi possível afirmar que se tratam de pensamentos, sentimentos, comportamentos e ações estruturais. De acordo com Almeida (pág 27)

[...]Sob essa perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. Na medida em que as instituições são mantenedoras do poder da classe dominante, pois criam todas as condições para tal, por conseguinte, pessoas negras acabam por ocupar as funções menos prestigiadas, seja por falta de oportunidades dentro do mundo do trabalho, por se perpetuarem as desigualdades de oportunidades e padrões discriminatórios.

Partindo dessa observação precisa, o Movimento Negro assume o papel de despertar a mente da população negra e de pessoas não negras para participarem coletivamente da luta pela erradicação do racismo, visto que se infere que o racismo é uma doença que assola o mundo e atrasa as sociedades.

A naturalização do desrespeito a pessoas negras se enraizou no país de tal forma que engendrou situações de desagregação social, culminando dessa forma no agravamento do problema racial no país. Aqui, deixaremos bem explícito de que a categoria racismo não foi criada pelo negro e

seus descendentes, mas sim, pelo conjunto de esforços do branco em que divulgar facetas ordinárias a respeito do ser humano escravizado, tornado produto e trazido no tráfico Atlântico sob a égide do terror e do medo. De acordo com esse aspecto, é preciso conceber que a Marcha de 88 foi um movimento tangível que reuniu cabeças em prol da Libertação de mentes, corpos e dos espíritos mais valentes. Segundo, o jornal Diário de Notícias (12 de maio de 1988, Curitiba):

Um gigantesco aparato policial impediu que a “Marcha contra a farsa da abolição”, passeata promovida ontem à tarde, no centro, por milhares de manifestantes do movimento negro para marcar o 13 de maio, alcançasse seu destino: a estátua de Zumbi situada na antiga Praça Onze, Tropas das Polícia Militar, do Exército e da Polícia Civil bloquearam a pista lateral da avenida Presidente Vargas (sentido da Zona Norte-Centro) por onde evolua a manifestação, na altura da rua Tomé de Souza. A justificativa, segundo nota divulgada pelo Comando da Polícia Militar do Leste, foi a de evitar tumultos na cidade e protestos diante do Pantheon onde estão depositados os restos mortais de Duque de Caxias. Os manifestantes, que pouco antes do início da passeata, por volta das 17 horas, souberam da proibição e tomaram conhecimento da proposta de alteração do percurso – o Exército sugeriu que a “A Marcha” passasse por trás do campo de Sant’Anna – decidiram levar o movimento “até onde o racismo permitir”. Diante de um “paredão” formado pela tropa de choque da PM, dois caminhões da polícia fechando a pista, e mais uma tropa da Polícia do Exército a reforçar o bloqueio, porém, decidiram retornar, promovendo ato público no trecho da Presidente Vargas entre a Avenida Passos e a rua Tomé de Souza. Não houve incidentes.

Vale a pena referir “A Marcha que mudou o Movimento Negro”, coluna escrita no Jornal Questões Negras, assinada por um militante do Movimento Negro e membro do Comando da Marcha. Em conformidade com a análise de conjuntura de PEREIRA (pág.6, 1988):

Aludindo desta forma às pressões do Comando Militar do Leste que prometia reprimir a manifestação, Hélio Saboya, então secretário de Polícia Civil, em 1988, visivelmente preocupado, repetia esta frase aos membros do comando da marcha, que foram convidados por ele para conversar em seu gabinete horas antes do evento. No dia 11 de maio de 1988, o centro da cidade amanheceu ocupado por forças militares. Os pedestres não entendiam o que estava acontecendo e os boatos corriam soltos. O fato é que tamanho aparato visava impedir que a Marcha contra a Farsa da Abolição programada para o fim de tarde. Para tal, os militares cercaram e depredaram os palanques montados pela Riotur em frente à Central do Brasil, reprimiram e prenderam militantes que chegavam dos subúrbios e da Baixada Fluminense nos terminais ferroviários e destruíram faixas, cartazes etc, e se posicionaram em maior número frente à igreja da Candelária e início da Av. Presidente Vargas, onde seria a concentração. A sua principal desculpa para impedir a Marcha – a alegação de que pretendíamos agravar a imagem de Duque de Caxias – caiu por terra no momento em que concordamos em avançar pela pista do lado contrário da avenida – passaríamos a quase cem metros daquela estátua – e mesmo assim, eles permaneceram irredutíveis.

Porta vozes do comando militar do leste alegavam que os componentes do ato depredariam a imagem de Duque de Caxias. É importante dizer que os militares destruíram toda a estrutura montada pela Riotur na Central do Brasil, onde haveria os discursos e encerramento da Marcha. Dessa forma, determinou que não seria possível prosseguir com a Marcha até o final, tão pouco

os militantes e representantes dos comitês poderiam discursar a respeito da importância e necessidade do ato no contexto e cenário político da época. Ainda, é cabível de atenção por se tratar de práticas de violência que evidenciam o caráter repressivo com o qual a população negra era tratada, ao modo como militantes foram presos arbitrariamente pela polícia.

Nada indicava que o espírito da mobilização seria a destruição do patrimônio público, mas sim uma chamada de atenção do Governo a condição social em que a população negra estava submetida.

Ademais, PEREIRA (pág. 06, 1998) nos alerta sobre o desenlace que levou o Comando Militar do Leste a ocupar diversas áreas, vias públicas, com as polícias no centro do Rio de Janeiro. Uma das hipóteses é a de que “o Estado ficou perplexo com o poder de mobilização alcançado pelo Movimento Negro”; a outra possível hipótese é a de que dificilmente os militares teriam condições de controlar a quantidade de pessoas que estavam nas ruas. Para tanto, passado um período, após a Marcha, a singularidade com que o racismo é expresso a partir de suas sutilezas, ficou evidenciado na atuação das forças de segurança com relação a um ato pacífico do movimento negro. Ainda, para PEREIRA (pág. 06, 1998):

“a maioria deles não poderia admitir a “ousadia” do Movimento Negro. Afinal, “o centenário da Abolição deveria ser festivo, comemorando a integração racial”. As reclamações desses negros não têm sentido, são antipatrióticas”...além disso, aquela postura ideológica percebia outras implicações: pelo primeira vez, o percurso da Marcha inverteria o sentido usual das manifestações políticas – seguiríamos na mesma direção do “mar de gente” que abandona a cidade no horário do rush (da Candelária à Central), o quê potencializaria a nossa manifestação, ampliando o alcance das nossas mensagens e o nosso êxito. Ainda mais que finalizaríamos, em grande estilo, no maior ponto de circulação de massa do Rio de Janeiro.”

Já para CABRAL (pág. 61, 2010) o combate à discriminação racial e a denúncia do mito da democracia racial, ao mesmo tempo em que se busca a afirmação de uma identidade racial negra positivada, são características fundamentais do movimento negro contemporâneo que se constituiu no Brasil na década de 1970. Naquele momento, a opção pela utilização da ideia de raça como um instrumento para construção de uma identidade negra positivada e com o objetivo de combater as desigualdades estruturais que atingiam a população negra no Brasil, foi uma saída encontrada pelo movimento social negro. Este se constituía em meio às propagandas oficiais da “democracia racial” brasileira, que vinham desde os anos 1930 e foram reforçadas pelos sucessivos governos durante o regime militar instaurado em 1964. Nesse sentido, a pauta de uma luta direta contra o racismo era um elemento impulsionador do movimento negro contemporâneo sendo isso evidente.

Seguindo a visão de Joel Rufino dos Santos, a vertente do Movimento Negro que vai merecer maior atenção, na qual se insere o Coletivo DeNegrir, é a de grupos e entidades de diferentes tipos, aptos às disputas políticas e institucionais.

Mais recentemente, PEREIRA (2005, 22), definiu assim:

Foram as Entidades e grupos de negros surgidos na década de 70 que tornaram comum o uso do termo Movimento Negro para designar o seu conjunto e as suas atividades. Documentos de Entidades e declarações de militantes do passado já haviam utilizado antes essa expressão, mas não chegara a fixar-se com o significado que tem hoje – Grupos, Entidades e Militantes negros que buscam a valorização do negro e da Cultura Negra e se colocam diretamente contra o racismo, buscando, através deste combate, o respeito da sociedade e a melhoria das condições de vida para a população afro-brasileira.

PEREIRA (2005), MEDEIROS (2022), DOMINGUES (2007) discutem especialmente esse viés do Movimento Negro em sentido estrito, enfatizando de diferentes maneiras, a complementaridade dos protagonismos e sua variedade de enfrentamentos de preconceitos e discriminações.

Penso que é útil neste trabalho, para além da recuperação histórica, a releitura e análise desses 35 anos da Marcha de 88, para observarmos em que setores sociais avançamos, em quais setores é preciso avançar e quais lições devemos considerar para que se transite por um caminho na construção da cidadania plena e digna em que o direito, as garantias e as liberdades individuais e coletivas sejam respeitadas e que a população afro-brasileira tenha as mesmas oportunidades, e qualidade e garantia plena da vida no amplo concerto da nação.

Nesse sentido, reler e analisar esse período é resgatar uma militância e ativismo que deixou inúmeros ensinamentos, lacunas abertas, perguntas a serem respondidas, impactos no cenário político institucional, que deram origem a políticas públicas voltadas à população afrodescendente, abrindo novas possibilidades do ponto de vista da militância mais orgânica até a militância mais intelectual, muito presente no contexto das Universidades Públicas, nos Institutos Federais de Educação, nas Escolas do Município e Estado; alargando não só a ideia, como também a organização e ações materiais da juventude negra. Sobre isso, SANTOS (pág. 01, 1985) afirma que Movimento Negro é antes de mais nada aquilo que seus protagonistas dizem que é Movimento Negro. Ainda indaga dizendo que:

Não é difícil ver que o movimento negro, no sentido estrito, foi uma resposta, em condições históricas dadas, ao mito da democracia racial. Esse conjunto de imagens idealizadas, consensual e bastante eficaz, que convencionamos chamar mito da democracia racial, elaborou-se, com efeito, no bojo da Revolução de Trinta - e é, portanto, uma das intuições reflexas da sociedade brasileira contemporânea. Nem importa a identificação dos diversos intelectuais - Gilberto Freyre à frente - que lhe deram acabamento científico e literário: a crença na democracia racial decorria do senso-comum brasileiro, naquelas circunstâncias históricas; e, ao mesmo tempo, estava entretida a outros conjuntos de imagens idealizadas, como o da história incruenta, o da benignidade da nossa escravidão, o da cordialidade inata do brasileiro, o do destino manifesto etc. (pág. 01/02, 1985).

Ainda no caminho de uma definição que dê conta de veicular um sentido que abarque as inúmeras formas de organização social, é imprescindível dizer que a palavra de ordem: "Movimento Negro é o negro em movimento" – não é mais cabível. Exatamente porque é necessário ter a compreensão que nem todos os negros e negras quererão fazer parte do Movimento Negro, que nem todos os negros que estão em movimento estão comprometidos na luta de combate ao racismo e de auto - determinação negro-africano no Brasil. Por esse motivo reduzi-lo a um jargão, ainda que utilizado em um contexto mais cultural, não deixando de ser político, seria retirar parte do sentido de suas lutas por reivindicação do bem viver e de sua trajetória. A partir disso, a elaboração teórica de Hanchard (2001, pág 25) ao dizer que a raça não é apenas um marcador de diferença fenotípica, mas, também do status, da classe e do poder político traduz a necessidade de um redesenhar conceitual que alinhe essa categoria de organização sem a possibilidade de brechas. Dessa maneira, atrevo-me a explicar que Movimento Negro é um conjunto de consciências individuais e coletivas de pessoas negras que se enxergam/entendem como subalternas, alijadas socialmente e que a partir da ideia de comunalidade atuam conjuntamente por melhores condições de existência. Nesse bojo, cabe dizer que as reivindicações por melhores oportunidades no mundo do trabalho, educação, saúde, moradia, alimentação, renda e etc entram por se tratarem de esferas essenciais para o bem viver. Por outro lado, a agilidade com a qual a contemporaneidade opera, por sua vez obriga especial atenção, frente ao contexto de banalização atual que o termo Movimento Negro tomou. Diante disso é preciso recontar a história administrando novos olhares para que não se permita que a memória faleça com os seus protagonistas e se evada no tempo.

É preciso criar as condições necessárias para que a categoria racial seja a temática mais importante a ser discutida dentro da sociedade brasileira, sem que para isso, as categorias de gênero, classe, identidade sexual e outras sejam obliteradas. Mas no sentido de compreender e educar a população para o problema que o Racismo representa nesta sociedade, impossibilitando, inclusive, que a Democracia avance enquanto princípio constitucional. Nesse sentido, inscrever uma ideia de raça e racismo politicamente é dar sentido afirmativo num estágio absolutamente novo em que se discute não só a importância, representação, o legado, mas, sobretudo, os 35 anos da Marcha de 1988. Então, concordamos com o que diz Gomes (2017, Pág. 22)

“Ao politizar a raça o movimento negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta

afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial”

A partir da pesquisa documental realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do CEMUFP - Centro da Mulheres de Favelas e Periferias, do Acervo de Cultura Contemporânea – UFRJ e da edição exclusiva do Jornal Questões Negras, do acervo de Edson Borges, redator do mesmo, foi possível alinhar o pensamento na reelaboração histórica dos inúmeros significados e desdobramentos da Marcha de 88 e na soma das equações não solucionadas frente à memória, à história e à luta política que acompanha a trajetória da população negra no Brasil. Posto isso, penso que a contribuição mais relevante daquele período foi quebrar o fundamentalismo do pensamento social brasileiro que se constituiu com a ideia de que no Brasil haveria uma democracia racial em que todas as raças viveriam em comunhão e fraternidade. A referida tese defendida por intelectuais nas décadas iniciais do século XX da época como Gilberto Freyre, dentre outros, foi profunda e consistentemente questionada por Abdias do Nascimento (pág. 20, 1978), ao dizer que:

Durante séculos, por mais incrível que pareça, esse duro e ignóbil sistema escravocrata desfrutou fama, sobretudo no estrangeiro, de ser uma instituição benigna, de caráter humano. Isto graças ao colonialismo português que permanentemente adotou formas de comportamento muito específicas para disfarçar sua fundamental violência e crueldade. Um dos recursos utilizados nesse sentido foram a mentira e a dissimulação. A consciência do mundo guarda bem viva a lembrança do colonialista Portugal encobrindo sua natureza racista e espoliadora através de estratagemas como a designação de “províncias de ultramar” para Angola, Moçambique e Guiné Bissau; como as leis do chamado indigenato<sup>1</sup>, proscrevendo, entre outras indignidades, a assimilação das populações africanas à cultura e identidades portuguesas. Essa rabulice colonizadora pretendia imprimir o selo de legalidade, benevolência e generosidade civilizadora à sua atuação no território africano. Porém todas essas e outras dissimulações oficiais não dissimularam a realidade, que consistia no saque de terras e povos, e na repressão e negação de suas culturas – ambos sustentados e realizados, não pelo artifício jurídico, mas sim pela força militar imperialista.

Minha visão, então, é que à vista disso a Marcha de 88 representou uma enorme contribuição para o descrédito do Mito de Democracia racial, seu sentido e seu significado nas mentes e corações do conjunto do povo. Por conseguinte, para que se evidenciasse o racismo presente na sociedade brasileira revelando seu caráter hediondo, desumano, excludente, genocida, discriminatório, colocando-o na centralidade do debate, ainda que prescrito na legislação brasileira de 1988, qualificando-o como crime. Porém, com a ineficácia de aplicação das leis no sistema jurídico brasileiro, quando o autor do crime cometido é pessoa branca, e quando é pessoa branca considerada influente, fica muito evidente a atenuação do crime em questão. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), os crimes de racismo tiveram um aumento de mais de 50% em 2022 em relação ao ano de 2021. Aqui fica evidente que o aumento

dos crimes de racismo está em alinhamento com a impunidade impregnado no Estado e nas instituições como pacto de naturalização de desumanização de negras e negros Carlos Nobre (1998, pág 5) joga luz no papel do Estado em proteger aqueles que cometiam crimes contra negras e negros motivados pela raça e classe, ele afirma o seguinte:

Como dar precisão técnica a esta questão se o próprio Estado – nos boletins de ocorrência das delegacias – não registrava a cor dos mortos. Se o fazia, era de forma completamente desvinculada das definições científicas de raça. Abundava termos como “moreno”, “pardo”, “mulato” para designar negro. No debate, algumas ONGs discordavam do Movimento Negro, dizendo ser impossível determinar que a população negra fosse o alvo preferencial da violência.

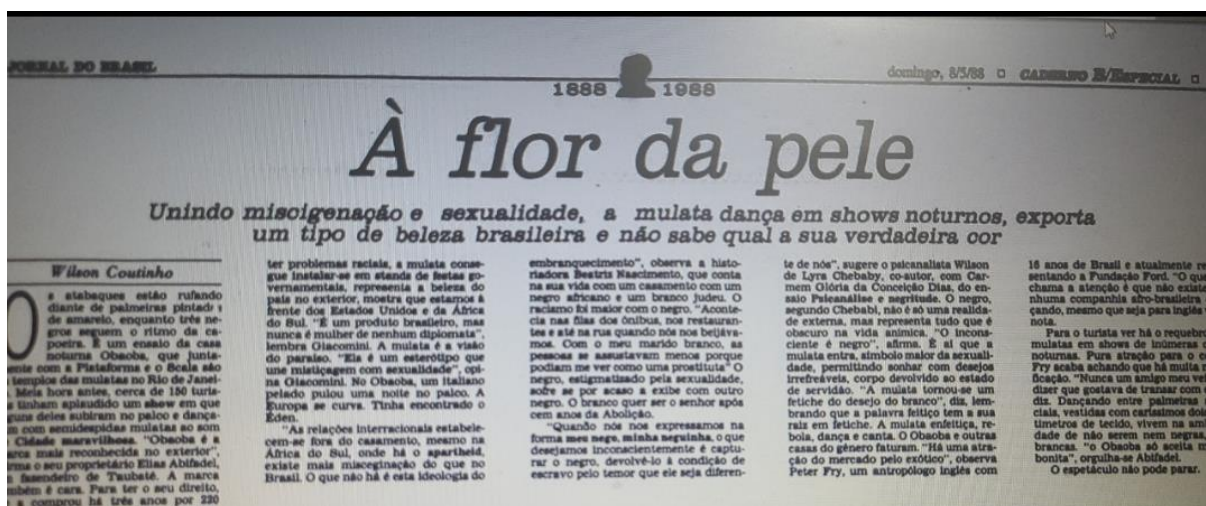
No dia 11 de maio 1988 na principal Avenida do centro do Rio de Janeiro, a ação política do Movimento Negro, através da força mobilizadora dos comitês espalhados por bairros da capital e em cidades da região metropolitana, criou uma “tsunami”, que animou toda militância. Entre esses não restavam dúvidas que 88 seria um ano do aperfeiçoamento da radicalidade, da criatividade e da ação do/no movimento negro. Para os-as membros do Comando da Marcha e dos Comitês um novo cenário de lutas se desenhava no país, aquela ação figurava como um dos principais acontecimentos do ano do centenário da farsa da abolição. Apontavam para o país e o mundo que a nova configuração e os novos rumos políticos e econômicos não poderiam ignorar a presença e o significado do povo negro para o Brasil.

Segundo as palavras de Ivanir dos Santos, em artigo escrito ao Jornal Questões Negras (1998,pág. 6) essa Marcha foi importante em todos os sentidos, porque possibilitou reunir um conjunto muito amplo do movimento negro do centro, das periferias do Estado do Rio de Janeiro e de diversos outros estados da federação. Consideramos oportuna às considerações de Rodrigo Bueno de Abreu (2014, pág.1) quando diz:

A Marcha figurou entre os grandes eventos programados pelo Movimento Negro para aquele ano. O poder simbólico do contexto foi muito significativo para o país e para todos os atores envolvidos na redemocratização, após o encerramento do regime militar. Foi um ano de mobilização para a militância. Enquanto o centenário da abolição da escravidão provocou uma reunião das diversas associações e órgãos – em franca expansão e reconfiguração desde os anos 70, em especial após a fundação do MNU (Movimento Negro Unificado), em 1978 – com o objetivo de denunciar a permanência do racismo e as condições de exclusão dos negros brasileiros, a sociedade acompanhava o fim dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que havia marcado para outubro a promulgação da nova Constituição. Anunciava-se a Nova República, uma nova democracia, um novo Brasil.

A disputa pelo significado político e a nível do aumento de consciência entre 13 de maio e o 20 de novembro acirrou os antagonismos entre os setores da camada dominante do país e negras e negros em luta, organizados e mobilizados no/pelo movimento negro. De um lado, como

destacavam e davam notícia alguns órgãos oficiais de comunicação, tal como o Jornal do Brasil publicações de 8 e 9 de maio de 1988, em suas páginas 4 e 9 anunciando no alto da página de seu Caderno B/Especial o que seria o panorama do mês de maio de 1988 de amostras e atividades artísticas e de exaltação de uma sexualidade excessiva. O que existia era uma defesa declarada do 13 de maio como data oficial de celebração e do papel de importância da princesa Isabel no fim da escravidão, em contrapartida, do outro lado, há mais de uma década o movimento negro questionava, estabelecendo o 20 de novembro como data oficial de lutas pelo



JORNAL DO BRASIL, 8 de maio de 1988.

fim da escravidão, Zumbi dos Palmares, o verdadeiro herói nacional e a princesa Isabel apenas uma figura que seguindo pressões políticas e econômicas internacionais assinou uma lei sem pretensões de garantias de direitos e reparações a população negra-africana recém libertada.

Com a Marcha do Movimento Negro Contra A Farsa da Abolição de 11 de maio, um importante legado nos foi deixado. Como cantaria em sua ladainha Mestre Moraes, no Álbum Capoeira Angola – Salvador from Brazil (1997), que abre as reflexões dessa dissertação, viva 20 de novembro momento pra se lembrar, não vejo em 13 de maio nada pra comemorar e que Zumbi é nosso verdadeiro herói. Um novo horizonte político, intelectual e militante estava desenhado para as próximas gerações. No tocante aos acontecimentos e narrativas dessa época o professor Amílcar Araujo Pereira (2010, pg. 228) declara:

Amauri Mendes Pereira, outra liderança na Marcha de 1988 no Rio de Janeiro, refletiu em sua entrevista sobre o que estava sendo preparado oficialmente pelos governos para o centenário da Abolição, e qual era a postura do movimento em relação à essa preparação naquele momento: “tudo era uma forma de ver harmonia. E nós estávamos ali exatamente para botar água nessa sopa. Era para mostrar que não havia harmonia. Nosso ímpeto era mostrar que havia o contrário, havia o racismo, que a gente queria a harmonia, mas que isso tinha que ser construído.” E completou: “Talvez a expressão

não fosse exatamente essa, mas a idéia era: ‘Queremos, mas isso não existe. Queremos porque não existe. Se alguém diz que existe, está errado e nós temos que combater’.” E, como disse Ivanir dos Santos acima, todo aquele aparato militar disposto pelo Exército para impedir uma marcha pacífica de militantes negros, já no período democrático, gerou repercussões na mídia e acabou trazendo mais visibilidade para o movimento e para o seu discurso em relação a não-existência da democracia racial no Brasil, mesmo 100 anos após a Abolição.

Cabe ressaltar que, a partir da constituição de 1988, os casos de racismo no país, graças à lei Caó (Lei nº 7.716/89), deixaram de ser definidos por contravenção penal, tornando-se crime inafiançável e imprescritível, NASCIMENTO (pg. 184, 1997) uma vez que tipificado como crime, o discriminador passa a sofrer maiores sanções prescritas na lei, inclusive com a possibilidade de não responder ao ato em liberdade, fato que demonstra o endurecimento do sistema jurídico brasileiro na aplicação imediata da lei. Evidente a importância dos esforços de Coletivos e demais organizações de base como, associações de moradores, núcleos de Juventude, Grupos afros e Centros independentes de cultura, tais como o Grupo Afro Agbara Dudu, Grupo Afro Alaafin Aiyé, Grupo de Capoeira Angola Pelourinho (GCAP), Centro Comunitário Winne Mandela do Morro do Andaraí, entre muitos outros e o próprio Movimento Negro são os responsáveis pelas mudanças, indicando a necessidade de novos paradigmas para que se analise as relações étnico-raciais em contexto brasileiro. Além de retirar a ideia de Democracia Racial do trono da intocabilidade, em minha visão a Marcha nos permitiu continuar na luta com a percepção de que somente as organizações de base e os movimentos sociais podem caminhar rumo a transformação positiva do que se espera de uma sociedade em que a parte de seu povo mais vulnerável em complexas desigualdades receba a devida correção em perdas políticas e econômicas no decorrer dos acontecimentos históricos. Por isso, há necessidade de um compromisso de se abordar essas questões, no ensino formal e no contexto da militância negra, uma vez que é no espírito das liberdades que são semeadas as inquietações de uma revolução de valores.

#### **1.4 A importância e as lições deixadas pelos Comitês que organizaram a Marcha**

“Foi deliberado por assembleias massivas, nossas assembleias foram sempre realizadas no subúrbio e na baixada fluminense. Dessa sua deliberação foi que a Marcha passasse pacificamente pela Av. Presidente Vargas até a Central do Brasil. Isso foi deliberado por assembleias constituídas por mais de 200 companheiros, assembleias de organização no subúrbio e na baixada fluminense, mobilizadas pelos Comitês do Movimento Negro que organizaram essa Marcha. Nesse momento nos vemos barrados pela Força Policial, estamos sentindo que esse é o limite imposto pelo racismo aos negros brasileiros. O que fazemos? O que fazemos?”

Sabemos que o racismo é capaz de nos eliminar, isso tem sido feito individualmente. Nesse momento é necessário frisar que agora que estamos organizados, não podemos mesmo assim determinar nossos caminhos. Agora estamos organizados nas favelas, em todo lugar onde o negro é massacrado. Se diz, que se mata negro por que são marginais, por que não tem reflexão, por que não tem consciência. Aqui por que querem nos oprimir? Essa é a pergunta que o comando da Marcha deixa. Por que querem nos oprimir? Nós que sabemos que nossa Marcha deve ser pacífica. Isso é uma humilhação, que o mundo inteiro tem que ver. Mas nós somos responsáveis, nós somos responsáveis. Perante essa força policial, teremos que reforçar muito mais as nossas forças. Ainda não é hora desta confrontação.”<sup>13</sup>

A fundação do MNU – Movimento Negro Unificado em 1978 – insuflou um novo período de mobilização, organização, o despertar da consciência coletiva de militantes antigos e uma nova safra de militantes recém-chegados, em descoberta de si e do outro. A organização social, como tal, foi responsável por inúmeros eventos de formação da consciência étnico racial por agitar as mentes e os espíritos mais corajosos em construção. Segundo AZEVEDO no Jornal Questões Negras - (pág 2, 1998)

[...]Esta reflexão prende-se ao fato da humanidade estar despedindo-se do século XX, século que foi palco de muitas injustiças, mas também do alvorecer da conscientização política dos povos oprimidos. Os negros e as mulheres, em sua grande maioria ainda são vítimas das desigualdades raciais, obrigando-os a organizarem-se e apresentarem encaminhamentos políticos de mudanças na esfera nacional. O Movimento Negro Unificado (MNU) desempenhou papel de grande relevância no processo de transformação da contra-informação ideológica, com o objetivo de explicitar para a população as artimanhas do “racismo” e das “discriminações”. Após 20 anos de acúmulo de luta, o MNU coloca-se no campo de forças comprometidas com as transformações. Não para mendigar espaços, mas para ocupar o centro do debate de um “Projeto Político de Sociedade”, que contemple o negro como parte indispensável do poder. Vale ressaltar que os ideais do Movimento Negro Unificado foram elaborados nos ensinamentos da Ancestralidade Negra, que resistiu bravamente às injustiças e desigualdades de um passado distante.

O pensamento, que levou à criação dos comitês pela base, era colocar o movimento negro na vanguarda de luta contra o racismo, elevando o tempero de uma época de grandes acontecimentos políticos e de lutas de reivindicação pelo bem viver da comunidade negra. Para os (as) militantes que definiram aquela estratégia, a partir do surgimento dos comitês nada seria como antes e nenhum passo seria dado atrás. A partir de sua criação, os comitês de luta abriram uma importante advertência no meio do Movimento Negro para a necessidade de inserção nas camadas mais populares da comunidade negra. À frente das forças do Exército, o discurso daquele militante deixa uma importante pergunta do Comando da Marcha, “Por que,

<sup>13</sup> Discurso de Amauri Mendes Pereira, membro do comando da Marcha Contra Farsa da Abolição, diante de tropas da polícia militar e do exército. Mesmo combinado a rota da Marcha por amplas assembleias de base dos Comitês do Movimento Negro, os manifestantes foram barrados por um forte aparato militar do Comando Militar do Leste que impediu a chegada ao seu destino que era a Central do Brasil. Imagens produzidas em 1988 pela produtora ENUGBARIJO, através dos Videomakers Ras Adauto e Vik Birckbeck e recuperadas e digitalizadas em 2013 por Filó Filho para o Acervo CULTNE.

aqui querem nos oprimir?” Por que uma Marcha que desde de sua origem já se dizia pacífica, obedecendo todas as orientações de segurança e não conflito, criava tanto temor e preocupação no próprio secretário de polícia civil, Hélio Saboya e no alto comando das forças armadas da região? O que trazia de tão perigoso que poderia provocar um abalo na estrutura de poder do governo, que ainda tinha certa influência de militares na recém nascida democracia ?

Os comitês de luta atuaram nos territórios da Baixada Fluminense, Zona Norte e Zona Oeste do Rio de Janeiro, em especial, destacamos os núcleos dos municípios de Nova Iguaçu, São Gonçalo, Queimados, Niterói, São João de Meriti e em muitas cidades do interior; no Centro da Cidade e em vários bairros, como Campo Grande, Jacarepaguá, Cidade de Deus, Cordovil, Rocha Miranda, em incontáveis e não registrados locais de pobreza, de maioria negra. Conforme o Boletim dos Comitês do Movimento Negro /RJ (págs. 03/04/05, 1988)

Há alguns anos, desde o início da década de 1980, vem tomando forma no interior do movimento negro a polarização de duas linhas de pensamento quanto ao direcionamento da luta do negro na sociedade brasileira. Uma delas usa o discurso da luta contra o racismo no sentido de ocupação de espaços dentro da ordem econômica social existentes. É a política de ascensão social do negro. A outra, a vertente transformadora, coloca a luta contra o racismo no Brasil como fator importante no sentido da transformação social da sociedade.

A formação dos Comitês do Movimento Negro/RJ provocou grande reflexão interna por parte de seus militantes. É importante dizer, que até então, a militância do Movimento Negro era majoritariamente composta por negros e negras intelectualizadas(os). Na perspectiva dos Comitês, aos poucos se consolidavam a ideia de Consciência Negra, novas entidades e grupos negros que se definiam como de luta direta contra o racismo. Isso quebraria o elitismo ainda predominante em algumas organizações negras. Segundo a própria redação do seu Boletim:

Surge o embrião de uma nova forma de organização dentro do Movimento Negro – Os Comitês. Mobilizando e ampliando a possibilidade de participação da grande maioria dos negros, nos subúrbios, na Baixada Fluminense e nas cidades do interior. Combatendo o elitismo que sempre embaralhou os nossos passos. [...] a articulação entre grupos e entidades negras da capital e do interior do RJ, além da articulação com os outros estados está muito mais forte e muito mais dinâmica. Ademais, se reforça cada dia mais a atuação consciente de todos aqueles negros ou não, que combatem o racismo e questionam os dogmas e a visão elitista e eurocentrista predominante nos partidos políticos e sindicalismo, e tão presente no Movimento comunitário. A interação entre o Movimento Negro e o conjunto do Movimento Social será decisiva para o avanço das nossas lutas e a transformação radical da sociedade brasileira.

É notório que após a Marcha, o Movimento Negro expande suas pautas e reivindicações em direção a denúncia do racismo e da forma como a sociedade brasileira tratava as pessoas de cor. Importante lembrar, nesse momento, da Marcha Zumbi dos Palmares de Novembro de 1983, a

primeira realizada pelo Movimento Negro, cujo trajeto foi da Candelária para a Cinelândia. O Boletim dos Comitês diz, que aquela Marcha anterior foi

“Momento histórico e marcante. Depois de quase 15 anos em sua nova fase, o Movimento Negro se mostrou a sociedade numa passeata pela Av. Rio Branco, no Dia Nacional da Consciência Negra, com a participação principal das novas entidades e grupos negros que se definem como de luta direta contra o racismo.”

No interior do movimento negro, buscando alcançar a base e ampliar o debate, pensava-se estratégias que dessem conta dessa tarefa, desse esforço político, intelectual e militante. Com a criação dos Comitês, iniciava-se um poderoso movimento, cuja perspectiva era se ampliar por todo estado do Rio de Janeiro. No Boletim dos Comitês–RJ, esse movimento foi descrito da seguinte forma:

Há alguns anos, desde o início da década de 80, vem tomando forma no interior do Movimento Negro a polarização de duas linhas de pensamento quanto ao direcionamento da luta do negro na sociedade brasileira. Uma delas usa o discurso da luta contra o racismo no sentido de ocupação de espaços dentro da ordem econômica-social existente. É a política de ascensão social do negro. A outra, a vertente transformadora, coloca a luta contra o racismo no Brasil como um fator importante no sentido de transformação social da sociedade, na medida em que identifica o racismo no Brasil, como um fator importante no sentido da transformação social da sociedade, na medida em que identifica o racismo no Brasil, como uma ideologia de dominação da classe dominante brasileira.

Esta polarização insere uma luta política no interior do Movimento Negro, na qual a hegemonia política ainda pertence a vertente da ascensão social. [...] enquanto os setores elitistas do Movimento Negro legitimam a farsa da Nova República e buscam se inserir na estrutura da sociedade capitalista defendendo os interesses da burguesia nacional. Os setores que lutam pela transformação radical da sociedade, organizaram esta Marcha dentro de um eixo político socialista e de independência do Movimento Negro; trabalharam na criação dos comitês do Movimento Negro da Baixada Fluminense, nos subúrbios do Rio de Janeiro e no interior do estado, proposta que representa efetivamente, a organização do Movimento pela base.

Os Comitês do Movimento Negro representam, desta forma a nova estrutura que possibilitará ao Movimento um salto de qualidade. Esta organização reforçará política e ideologicamente o pensamento transformador dentro do Movimento, com sua respectiva inserção no conjunto dos movimentos sociais e junto a massa da população. Desta forma, os Comitês são um importante instrumento político da vertente transformadora do Movimento Negro e se constituem efetivamente no embrião de uma nova forma de organização.

A pesquisa de Flávia Rios (2014, pág 11) identificou críticas antigas de setores da política tradicional, acerca da existência de uma Elite Negra militante, que não se preocupava em promover o despertar de uma consciência racial e social transformadora, entre as maiorias negras e na sociedade brasileira. A ver:

Todavia, no veio da interpretação Marxista, essa elite negra não passava de indivíduos com ideais pequeno-burgueses que aspiravam uma vida melhor e se viam prejudicados pelas práticas racistas, mas longe de proporem uma transformação social radical (expressa na luta de classes), o que efetivamente resolveria os problemas socioeconômicos do “negro-massa”, esses grupos dispersavam seus recursos políticos em discursos e ações calcados em problemas raciais.

Em meu entendimento, a militância dos Comitês pensava que os elementos fundamentais de onde poderiam retirar suas referências estavam inseridos na própria cultura da população negra. Porque outros movimentos sociais bem sucedidos se baseavam em suas próprias culturas para construir suas pautas. Então, por que seria diferente com o Movimento Negro e, dentro dele, com o Movimento dos Comitês? Sobre isso, a redação do Boletim dos Comitês do Movimento Negro – RJ nos informa que a cultura negra está presente na luta contra o racismo. As Religiões de Matrizes Africanas, o samba, e a capoeira estão representados por aqueles que, de fato, são vistos por aquela militância, como produtores da cultura e herdeiros da resistência secular.

Visão semelhante expressou Lélia Gonzales, no Jornal do MNU, de 19 de maio de 1999 na pág.8:

Eu acho que a contribuição foi muito positiva, no sentido de que nós conseguimos sensibilizar a sociedade como um todo, levamos a questão negra para o conjunto da sociedade brasileira, especialmente na área do poder político e nas áreas relativas à questão cultural. E aí a nossa contribuição é muito mais nossa, digamos assim, produto dessa criatividade que marca a comunidade negra. Estou pensando em termos de Bahia, fundamentalmente, porque eu acho que a Bahia é um grande fulcro nesse sentido da emergência da identidade a partir do cultural. A Bahia, como diria Gil, deu a régua e o compasso. E estou pensando, especificamente, nos blocos afro e afoxés por esse papel que tem de levar a conscientização para dentro da comunidade negra, embora levem também para fora.

O movimento dos comitês, pelo que se lê em seu Boletim da Marcha, pretendia cumprir uma importante tarefa de popularizar as ideias da militância negra, chamando atenção para um tema extremamente importante e central: a ideia de que somente com mais ampla participação e consciências, seria possível enfrentar o racismo, mudando a situação de desvantagem econômica, social e política da comunidade negra.

Nesse sentido, o Boletim dos Comitês, pode ser inserido como um episódio da imprensa negra, que cumpriu um papel fundamental na construção de novas bases, no despertar de consciências e na veiculação de informação acerca das lutas contra o preconceito e a discriminação racial. Cabe ressaltar, que o próprio conjunto de jornais e boletins foi indispensável enquanto patrimônio imaterial das organizações negras, além de alinhar e remodelar a função histórica e social do movimento negro no Brasil. Coube a essa imprensa negra realizar uma reflexão acerca do centenário da Abolição da Escravatura que abrisse os olhos da população e dilatasse as pupilas para a situação de subjugação e alijamento social em que viviam os negros do país; Para isso, foi necessário desconstruir as narrativas sobre o curso da história de 100 anos pós a assinatura da Lei Áurea, para que pudesse ser revelada a Cara do Brasil.

A grande mídia se viu forçada a realizar cobertura e dar informes sobre a Marcha, devido ao volume, a empolgação e postura desafiadora de pessoas, ao absurdo aparato repressivo que

ocupou locais de grande circulação de pessoas no centro do Rio de Janeiro, a partir do meio-dia. A presença e participação da “massa negra” não aconteceria se não fossem os Comitês, que se organizaram e prepararam para a luta. Cumpriram sua missão, ao pensarem nas camadas mais populares como fundamentais na construção de uma luta que denunciava os preconceitos e discriminações raciais no Brasil, os prejuízos causados pelo racismo nos corações, nas mentes e nos espíritos de pessoas negras no Brasil. No período, o país passava pelo processo de redemocratização e a Ditadura Militar com seu pensamento ideológico havia cumprido o papel de potencializar o racismo no país e reforçá-lo na mente da sociedade brasileira marcada pela herança do colonialismo português. De acordo com o Jornal do Brasil, de cinco de maio de 1988 (pág.4), já se aproximando do centenário da Abolição, foi preciso chamar atenção para “uma semana de reflexão”.

“[...] na extensa e variada programação do centenário da libertação dos escravos, três eventos se destacam: a Caminhada Estudantil pela verdadeira abolição, terça-feira, a tarde, no Centro; a Marcha contra a farsa da abolição, a partir das 16h de quarta, da Candelária à Central do Brasil, promovida pelo movimento negro; e a Missa dos Quilombos, que reunirá 300 artistas, na noite de sexta-feira, nos Arcos da Lapa. Curiosidades, também, não faltarão: a caneta de ouro da princesa Isabel, por exemplo, poderá ser vista a partir de sexta-feira no Museu Imperial, em Petrópolis. [...] ainda, o Jornal, em sua redação trouxe o seguinte slogan: Passeata – Alunos das escolas municipais do Rio farão, à tarde, a Caminhada pela verdadeira Abolição na Avenida Presidente Vargas, Centro, após concentração no Sambódromo, marcada para as 14h. Na manifestação, promovida por 32 grêmios estudantis e apoiada pelas secretarias de Educação e de Cultura, os participantes cantarão músicas compostas nas escolas e lerão Manifesto. A caminhada pela Presidente Vargas terminará no Memorial Zumbi, onde os alunos da Prefeitura apresentarão jograis e cenas teatrais. Cantarão Sambas-enredo alusivos à escravidão e colarão cartazes com o tema: o que Zumbi diria à Princesa Isabel”.

A influência do movimento dos Comitês do Movimento Negro-RJ é identificada com notoriedade na área da educação, uma vez que esses comitês representavam uma corrente mais politizada e comprometida com a inserção dos afrodescendentes na vida social e econômica do país.



Essa foto registra o dia do lançamento do Comitê, num sábado de 26 de março de 1988.

### Uma surpresa: a ação do Mov. Estudantil

No Rio de Janeiro, conforme exemplo acima, o Movimento Secundarista teve um papel de força e afirmação, um dia antes da Marcha, reivindicando que a sociedade repensasse como a população negra era tratada no país. De acordo com o “Manifesto Pela Verdadeira Abolição-10 de maio de 1988”, o Movimento Estudantil e os Grêmios Escolares discursaram que:

[...] e em toda parte dá para ver o drama desse país que tem 36 milhões de crianças na miséria, sendo que 7 milhões delas estão em total abandono. Em 1871 os poderosos da Monarquia fizeram a Lei do Ventre Livre: as criancinhas negras que nascessem não seriam mais escravas

. “Tremendo “um-sete-um”. De fato, elas deixaram de ser escravas na senzala. Mas continuaram a ser escravas de uma sociedade que as obrigava a trabalhar por um salário de fome, a vender o corpo, a perambular pelas ruas. Elas deixavam de ser crianças e passavam a ser “menores”. Até hoje! Apesar dos discursos bonitos das autoridades em favor das crianças, um monte delas vive embaixo marquises, nos reformatórios, sendo corrompidos pela violência. E não é à toa que a maior parte desses pequenos brasileiros é de negros! Não é por acaso também que de cada dez crianças sem escola, sete não negras. Cadê a Democracia? Onde está a igualdade? Que abolição foi essa? Nada mudou!

Estamos aqui, no Memorial Zumbi. Para dizer que valeu. Valeu a luta de todos os escravos contra a escravidão. Valeu não desistir, não aceitar calado o chicote, a tortura, a corrente. Valeu brigar, valeu cantar, valeu rezar, valeu fugir, valeu batucar, valeu se organizar. Valeu construir o país, que ainda vai ser mais dos brasileiros, mais dos negros, mais de todos os que não tem voz nem vez. Valeu Zumbi! Mas ainda não acabou não: tem muita batalha pela frente. Acabou a exploração do trabalhador no Brasil? Não! Acabou a exploração do trabalhador no Brasil? Não! Acabou o preconceito racial? Não! Já estamos aprendendo a nossa verdadeira História, onde não existem apenas heróis brancos que vivem em mansões e palácios? Não! Estamos aqui,

Zumbi, para dizer que nós, estudantes, temos orgulho de ser um povo que é composto por 44% de negros e que isso não é vergonha para ninguém. Fazemos parte grande raça humana. Valeu Zumbi! Nas nossas escolas, nos nossos Grêmios, nas ruas da cidade, vamos continuar tua luta pela liberdade. Vamos Mudar!

O manifesto acima exprime que o Movimento Estudantil, caso essa linha de atuação tivesse prosperado, poderia resultar num canal de participação crítica ao racismo, cumprindo um papel fundamental na conscientização das novas gerações.

Esse papel foi cumprido, em alguma medida, por profissionais da educação que também eram militantes do Movimento Negro e que foram pontuais na reclamação do direito à educação antirracista. Com isso tiveram a incumbência de proporcionar um letramento e um alfabetizar no que condissesse com as relações raciais.

A Secretaria Municipal de Educação, em caráter extraordinário, enviou comunicado aos Professores de História e Grêmios Estudantis, incentivando-os a integrarem a Marcha Pela Verdadeira Abolição:

Como é do conhecimento geral, dia 10 de maio próximo acontecerá a Caminhada Estudantil pela Verdadeira Abolição, da quadra de esportes do Complexo Educacional Avenida dos Desfiles (na rua Afonso Cavalcanti, próximo ao metrô da Praça Onze) ao Memorial Zumbi (na Av. Presidente Vargas). No Memorial realizaremos um ato cultural que tem como eixo a questão “o que Zumbi diria à Princesa Isabel?”.

O evento estudantil, que antecede a Grande Marcha dos Movimentos Negros do dia 11/05, é muito importante, mas não se limita a manifestação. Entendemos que ele faz parte de um projeto maior, que deve durar o ano inteiro: “Cem anos de Abolição, e agora?”. Cada escola encontrará meios e modos de desenvolvê-lo, a partir das orientações gerais da equipe de História da SME. O importante é que este Centenário da Lei Áurea provoque uma reflexão crítica que venha questionar a chamada “democracia racial brasileira” e a propalada “inexistência de discriminação” nesse que é o segundo país do mundo em população negra (e que foi o último a acabar com a escravidão jurídica...).

Para a caminha do dia 10/05 é muito importante um debate nas escolas sobre Zumbi, a resistência dos negros à escravidão e os quilombos, e também sobre a Princesa Isabel, a posição da elite imperial e os significados das Leis Abolicionistas, da segunda metade do século passado. O artigo de Clóvis Moura, no verso dessa carta, é bastante interessante. Mas além do estudo de personagens e movimentos da História, a indagação “o que Zumbi diria à princesa Isabel”? deve se entendida de uma forma mais ampla, como “o que uma pessoa discriminada no Brasil de hoje – um negro, um trabalhador braçal, uma favelada, uma criança abandonada etc. – diria as autoridades?”. A ligação do que aconteceu com na nossa história com a realidade atual é fundamental, pois Zumbis e princesas continuam aí, desempenhando seu papel na sociedade.



144  
Secretaria Municipal de Educação  
Departamento Geral de Educação  
Coordenadoria de Assuntos Educacionais e Culturais

PREFEITURA  
DA CIDADE  
DO RIO DE JANEIRO  
Prefeito Roberto Saturnino Braga



Aos professores de História  
e Grêmios Estudantis:

Como é do conhecimento geral, dia 10 de maio próximo acontecerá a Caminhada Estudantil pela Verdadeira Abolição, da quadra de esportes do Complexo Educacional Avenida dos Desfiles (na rua Afonso Cavalcanti, próximo ao Metrô Praça Onze) ao Memorial Zumbi (na av. Presidente Vargas). No Memorial realizaremos um ato cultural que tem como eixo a questão "O que Zumbi diria à Princesa Isabel?".

O evento estudantil, que antecede a Grande Marcha dos movimentos negros do dia 11/05, é muito importante, mas não se limita à manifestação. Entendemos que ele faz parte de um projeto maior, que deve durar o ano inteiro: "Cem Anos de Abolição, e agora?". Cada escola encontrará meios e modos de desenvolvê-lo, a partir das orientações gerais da Equipe de História da S.M.E. O importante é que este Centenário da Lei Áurea provoque uma reflexão crítica que venha a questionar a chamada "democracia racial brasileira" e a propagada "inexistência de discriminação" por e que é o segundo país do mundo.

Relações Raciais/Coleção Centenário da Abolição/Impressos/Estudantes

O evento estudantil, que antecede a Grande Marcha dos negros do dia 11/05, é muito importante, mas não se limita a marcar o ano inteiro: "Cem Anos de Abolição, e agora?". Cada escola encontrará meios e modos de desenvolvê-lo, a partir das orientações gerais da Equipe de História da S.M.E. O importante é que este Centenário da Lei Áurea provoque uma reflexão crítica que venha a questionar a chamada "democracia racial brasileira" e a propalada "inexistência de discriminação" nesse que é o segundo país do mundo em população negra (e que foi o último a acabar com a escravidão jurídica ...)

Para a Caminhada do dia 10/05 é muito importante um debate nas escolas sobre Zumbi, a resistência dos negros à escravidão e os quilombos, e também sobre a Princesa Isabel, a posição da elite imperial e o significado das Leis Abolicionistas da segunda metade do século passado. O artigo de Clóvis Moura, no verso dessa carta, é bastante interessante. Mas além do estudo de personagens e movimentos da História, a indagação "O que Zumbi diria à Princesa Isabel?" deve ser entendida de uma forma mais ampla, como "o que uma pessoa discriminada no Brasil de hoje - um negro, um trabalhador braçal, uma favelada, uma criança abandonada etc. - diria às autoridades?". A ligação do que aconteceu na nossa História com a realidade atual é fundamental, pois Zumbis e Princesas continuam aí, desempenhando seus papéis na sociedade.

É com o conteúdo dessas reflexões - que podem ser enriquecidas com palestras do (a)s companheiro (a)s do movimento negro-IPON: tel. 252-6683; Centro Cultural Axe Kyaseji Foman; tel. 201-3650 - que serão elaborados os cartazes, os painéis e as faixas, indispensáveis para a animação do evento, e será redigido o Manifesto a ser lido no Memorial.

Contamos com a participação de todos! Que cada escola mostre sua cor e sua voz!

2286112 2286112 2286112 2286112

Se por um lado o Movimento Negro protestava contra a farsa da Abolição da Escravatura, por outro, o Movimento Estudantil e os Grêmios Escolares ao compreenderem e alinharem-se à pauta do Movimento Negro, manifestavam a sua indignação propondo a partir do tema: "Caminhada pela verdadeira Abolição", as condições necessárias no âmbito da educação, cultura, esporte, mercado de trabalho, moradia, lazer e etc para o bem viver da população negra, como parte integral da cidadania nacional. Será que é possível dizer que a consciência dos estudos da situação do negro e as ações do Movimento Negro impactaram de alguma maneira com as estruturas do país, mexendo com as mentes mais conservadoras na cobrança por respostas e ações concretas que mais tarde viriam a se transformar em políticas públicas no âmbito dos Direitos Humanos, nas Liberdades Individuais e Coletivas e pela garantia de direitos e à cidadania plena?

A participação do Movimento Estudantil, naquele momento, nos revela que foi acertada a decisão de realizar a Marcha, tendo como base, os Comitês, para que fosse ampliada a participação negra e antirracista. Se a visão expressa no Boletim dos Comitês, assim como o que consta no manifesto da Marcha do Movimento Estudantil tivessem perseverado, o debate da questão racial teria avançado muito mais na sociedade. O problema é que, nem os Movimentos Sociais, assim como os partidos políticos e as mais influentes instituições da

sociedade civil, não estavam alinhados ao debate racial, desde longe havia timidez e ressalvas ao tratar o tema. Num primeiro momento, a partir de 78, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), com a volta e incremento da Imprensa Negra, além da criação da sessão Afro-Latino América no Jornal Versus, destinada a discutir a problemática do racismo, criaram novas condições de debate sobre a questão racial e a luta contra o racismo. Pode-se dizer que estavam abertas as condições objetivas e subjetivas para que o campo da Esquerda e dos Movimentos Sociais se conscientizassem de que para avançar, enquanto sociedade, seria primordial discutir a questão racial. Mas até que ponto isso aconteceu? Porque indicadores sociais e econômicos continuam evidenciando que a maior parcela da população brasileira é negra, padecendo prejuízos materiais e simbólicos por isso.

A passeata do Movimento Estudantil foi articulada, em confluência com profissionais da Educação, que pensavam o ambiente escolar e o contexto da Escola como um espaço de políticas transgressoras. A partir disso, a Secretaria de Cultura da época somou esforços para que as escolas municipais, que tivessem grêmios estudantis e quisessem participar, estivessem presentes. A ideia, para além do momento efervescente e farto de acontecimentos na esfera política, econômica e social, era verificar o nível de informação e entendimento do que representou o período colonial no Brasil com a escravização de negros e negras pelos portugueses. Posto isso, pode-se afirmar que a passeata teve como objetivo realizar um trabalho pedagógico com viés multidisciplinar. É preciso afirmar que a formação em seu sentido mais amplo acontece para além dos muros da Escola. Lamentavelmente, não houve continuidade!!! Ao se pensar na Av. Marquês de Sapucaí, local marcado por inúmeros acontecimentos históricos indispensáveis à formação da cultura carioca e brasileira, observa-se a partir da Coleção do Centenário da Abolição que a geografia do Rio de Janeiro, no território do Centro da Cidade, sofreu modificações no decorrer do tempo. A Praça Onze, o Sambódromo, “A Pequena África”, - como era conhecida até meados do século passado, a área que vai da Pedra do Sal, na região portuária, até a Praça Onze – configuram uma unidade na geografia simbólica da cidade.

É como se A “Caminhada estudantil pela verdadeira abolição” representasse, juntamente, a outros eventos que ocorreram naquele dia 10 de maio, um aquecimento para o dia posterior, dia em que aconteceu, de fato, a Marcha de 88. Segundo a Coleção do Centenário da Abolição – Impressos:

A “caminhada” fora concebida como parte dos eventos promovidos pelos movimentos negros na semana do 13 de maio. Foi pensada por seus organizadores, em certo sentido, como uma preparação para a aguardada “Grande Marcha” dos movimentos negros programada para o dia seguinte. É importante remarcar que, como que por ironia (da História?) a “caminhada”, diferentemente, da “Grande Marcha”, cumpriu

integralmente o percurso programado. Em outras palavras: À “caminhada” do sambódromo ao busto de Zumbi não foi proibida a reconstrução simbólica dos fortes liames que aproximam “o berço do samba” ao “espaço do guerreiro” – Zumbi.

O Jornalismo oficial representava a opinião das Elites da época, como os militares, os políticos mais conservadores e coube, como tarefa, amortecer o manifesto da Marcha de 88, reduzindo à programação dos eventos que ocorreram na semana do dia 13 de maio, como intervenções folclóricas. Porém, estudantes de 43 escolas entre município e estado tomaram as ruas da Candelária rumo ao Mártir Zumbi. Fica evidente que não houve interrupções na caminhada do movimento estudantil por agrupar um grupo que contou com crianças da 5ª à 8ª série e, além de ser um escândalo, incriminaria o Estado, caso houvesse qualquer ato de hostilidade contra crianças.

## CAPITULO II – “FILHXS DE 1988”: DAS LUTAS PELO ACESSO A UMA NOVA UNIVERSIDADE

“O único lugar onde os negros não se revoltavam é nas páginas dos historiadores capitalistas”

C.R.L James<sup>14</sup>

### 2.1 – O Movimento dos PVNCs-Pré-Vestibulares para Negros e Carentes

Ao falar do Movimento dos Pré-vestibulares Sociais para Negros e Carentes (PVNC) é necessário a compreensão de que aqui tratamos de um seguimento do Movimento Negro (Movimento Social) que teve em sua principal linha de atuação o contexto histórico, social e político da educação de negros e negras no Brasil com foco na preparação de gente negra e da periferia para o acesso em universidades públicas, através do exame vestibular. Ou seja, é um movimento que luta por justiça social e igualdade de direitos, que para isso levanta um discurso de mobilização por mudanças na ordem social, propondo ações junto ao Estado Brasileiro. A emergência com a qual o debate das Políticas de Ações Afirmativas, chegam ao Brasil no século XXI traz à tona e torna evidente a falha e a incoerência na Democracia Brasileira, uma vez que descortina o Mito da Democracia Racial.

A constituinte de 1988 abre um novo momento das lutas negras contra o racismo e todas as formas de exploração e opressão no Brasil. Além dos direitos individuais, os direitos coletivos e as demandas sociais passam a ganhar espaço a partir das reivindicações de maiorias excluídas. No caminho de promover um Estado de Direito mais democrático, a luta contra a eliminação do racismo passa a ser uma luta por mais democracia no país. Segundo VALENTIM (pág. 57, 2012)

[...] temos presenciado diferentes iniciativas públicas que partem do reconhecimento de desvantagens sociais experimentadas por grupos culturais como mulheres, negros, índios, deficientes, homossexuais e outros, através de políticas públicas a eles destinadas, ainda que limitadas, que se propõem a remediar as desigualdades. A partir da década de 1980, a emergência dos novos movimentos sociais, como a exemplo, o Movimento Negro (grifo meu), dá visibilidade a formas inovadoras de organização dos trabalhadores, às vezes em oposição mesmo às estruturas tradicionais dos partidos

<sup>14</sup> C.R.L James. O historiador, Jornalista, pensador e militante Cyril Lionel Robert James (1901-1989) nasceu em Trinidad e Tobago, onde é lembrado como um dos pais da independência do país, na Inglaterra e nos Estados Unidos, ele é celebrado como um pioneiro do movimento negro. Seu pensamento também teve influência decisiva sobre os movimentos anticoloniais na África. Autor dos clássicos “Os Jacobinos Negros – Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos” e “Uma história da Revolta Pan-Africana”

políticos e sindicatos. Mulheres, homossexuais e negros, por exemplo, passaram a formular diferentes estratégias para o desenvolvimento de políticas da diferença, construindo uma pauta de demandas relativas aos modernos direitos sociais, que impuseram o tema da identidade como central nessas demandas.

É profunda a contradição, quando, partindo do pressuposto de que a sociedade brasileira é democrática, respeitando a diversidade cultural e as demandas sociais coletivas de grupos minoritários deparamos com os dados do Atlas da Violência (pág 49, 2021) em que:

A intensa concentração de um viés racial entre as mortes violentas ocorridas no Brasil não constituiu uma novidade ou mesmo um fenômeno recente. Pelo menos desde a década de 1980, quando as taxas de homicídios começam a crescer no país, vê-se também crescer os homicídios entre a população negra, especialmente na sua parcela mais jovem. Embora o caráter racial da violência letal tenha demorado a ter presença constante nos estudos mais gerais da violência<sup>22</sup>, as organizações que compõem o movimento negro há décadas tematizam essa questão, nomeando-as de diferentes modos, conforme apontado por Ramos (2021): discriminação racial (1978-1988), violência racial (1989-2006) e genocídio negro (2007-2018). Nesse sentido, a desigualdade racial se perpetua nos indicadores sociais da violência ao longo do tempo e parece não dar sinais de melhora, mesmo quando os números mais gerais apresentam queda. Os números deste Atlas, mais uma vez, comprovam essa realidade. Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras. Ao analisarmos os dados da última década, vemos que a redução dos homicídios ocorrida no país esteve muito mais concentrada entre a população não negra do que entre a negra. Entre 2009 e 2019, as taxas de homicídio apresentaram uma diminuição de 20,3%, sendo que entre negros houve uma redução de 15,5% e entre não negros de 30,5%, ou seja, a diminuição das taxas homicídio de não negros é 50% superior à correspondente à população negra. Se considerarmos ainda os números absolutos do mesmo período, houve um aumento de 1,6% dos homicídios entre negros entre 2009 e 2019, passando de 33.929 vítimas para 34.446 no último ano, e entre não negros, por outro lado, houve redução de 33% no número absoluto de vítimas, passando de 15.249 mortos em 2009 para 10.217 em 2019.

A pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) traz evidências de que para que a população negra tenha condições de usufruir de políticas públicas que caminhem em direção à equiparação frente ao atraso de 200 anos da entrada de negros no Sistema Público de Ensino, é fundamental unir forças e organizar debates públicos, onde a sociedade civil seja convidada à reflexão sobre a urgência de implementação, revisão e criação de Políticas Públicas que funcionem como garantia dos direitos fundamentais, garantindo o acesso, a permanência e a extensão de pessoas negras no sistema público de ensino brasileiro. Ainda assim, a desigualdade com a qual os dados desnudam o comportamento social são a

imagem e semelhança de políticas que não caminham em direção à diminuição das diferenças. Nesse sentido, VALENTIM (pág. 59, 2017) nos diz que:

Cada vez mais, as pessoas, individual ou coletivamente, se mobilizam, pretendendo minorar injustiças étnicas, religiosas, raciais e/ou culturais. Uma luta que faz parte de um processo histórico por mudança social e liberdade cultural, com iguais oportunidades culturais, ou seja, por demandas voltadas ao reconhecimento cultural, sem olvidar as necessárias demandas por políticas de redistribuição socioeconômicas. Nessa perspectiva, grupos politicamente minoritários, em articulação com a sociedade civil organizada, vem, por sua luta e esforço de visibilização, clamando por uma cidadania apta ao convívio democrático, com base no reconhecimento da diferença cultural. Nesse contexto, as relações entre educação e cultura(s) estão adquirindo paulatinamente maior importância, em especial, entre outras medidas, com o incremento das ações afirmativas voltadas aos estudantes negros nas universidades públicas e privadas.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a institucionalização do Movimento Negro que se organiza, também, a partir da base, foi imprescindível na reivindicação pelos direitos fundamentais e pelas liberdades individuais, conforme prescrito na Constituição de 1988 ao assumir um protagonismo em diferentes frentes e ao criar estratégias de lutas de acordo com as demandas da população afro-descendente com o propósito maior de minimizar as desigualdades sociais no país.

Para EMERSON (pág 232, 2006)

Institucionalidades são criadas, atores são reconhecidos: o movimento PVNC se torna um ator e interlocutor político no debate sobre a democratização racial do ensino superior, dialogando em diferentes esferas do Estado, inclusive com o Governo Federal; alguns núcleos do PVNC se tornam atores políticos importantes em diferentes contextos locais – sendo referência para discutir, às vezes, todas as questões e carências sentidas no local, e não somente as referidas à questão racial e seu entrelaçamento com as desigualdades no mundo da educação, que são eleitas como sendo as fundamentais do movimento; alguns núcleos se tornam referências políticas municipais; outros núcleos não se envolvem com qualquer plano de intervenção política; enfim, uma série de configurações possíveis se materializam na relação entre os núcleos, o PVNC enquanto coletivo, e a dimensão na intervenção no campo da política.

Sendo assim, a pertinência do trabalho do Professor Alexandre Nascimento é essencial, sendo o primeiro a abordar o Movimento do PVNC em sua dissertação de mestrado e, em sua tese de doutorado. Esse autor destaca o papel crucial daquele movimento, constrangendo o Estado Brasileiro, ao criar com seus próprios recursos, mecanismos de mobilização e preparação para o acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo em que denunciava o descaso governamental pela ausência de Políticas Públicas efetivas e concretas para a população negra e empobrecida. O que os Pré-Vestibulares para Negros e Carentes desempenharam na formação política, intelectual e acadêmica dos estudantes de periferia foi um divisor de águas para um público que

ainda não tinha até o presente momento uma perspectiva do que era a Universidade Pública. É importante dizer que a grande maioria negra e pobre não tinha perspectiva de avançar nos estudos e via o acesso ao ensino superior como um lugar distante e inalcançável.

Nascimento (2012) nos dá a oportunidade de conhecer os PVNCs na sua relação orgânica. GOMES apud SANTOS (pág. 24, 2017)

Afirma que toda experiência social produz conhecimento. [...] não existe conhecimento sem prática e atores social. E como umas e outros não existem senão no interior das relações sociais, diferentes tipos de relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes tipos de epistemologias. O Movimento Negro, entendido como sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas que ressignificam a questão étnico-racial em nossa história, é reconhecido, nesse estudo, como sujeito de conhecimento.

O surgimento do PVNC (Pré-vestibular para Negros e Carentes) representou o trilhar de um caminho em busca de novas oportunidades e de escurecimentos acerca dos anseios de gente negra e pobre, o papel pioneiro dos PVNCs, cuja ação estratégica, talvez, possa ser vista como um motor nos anos finais do século XX para o que depois se convencionou conhecer por Políticas de Ações Afirmativas e o processo de redemocratização, vivenciado em Universidades Públicas e em inúmeros sistemas educacionais no país. Em seu livro, *Do Direito à Universidade à Universalização de Direitos: O Movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa*, o Professor Alexandre do Nascimento afirma:

“Ao se apresentarem como alternativas para ajudar estudantes pobres e negros a ingressarem no ensino superior, os cursos pré-vestibulares populares constituem-se como lutas por afirmação de direito, como questionamento da qualidade do ensino básico, como denúncia das discriminações presentes nas políticas educacionais e nas dinâmicas das instituições de ensino superior, como exigência de mudanças nas formas de funcionamento dessas instituições e como demanda por medidas de universalização dos direitos. Essa dimensão política do trabalho dos cursos pré-vestibulares populares coloca, também, em debate a capacidade desses cursos em se constituir como um movimento social que, nas suas dinâmicas de luta, contribua para a redução das desigualdades e das relações sociais assimétricas que a própria existência do movimento denuncia, ou seja, a capacidade do movimento de ensejar um processo de universalização material do direito ao ensino superior.” (NASCIMENTO, 2012, pg. 24)

No decurso desse trabalho, cabe afirmar o Movimento dos Pré-vestibulares para Negros e Carentes enquanto Movimento Social em decorrência de suas ações, impactos formativos do ponto de vista social, político e econômico para a população negra em contexto brasileiro. Seu caráter de impulsionador de agente de transformação social, coloca-o em destaque significativo na trajetória do Movimento Negro Brasileiro.

Para FERREIRA (pág. 85, 2009):

“as normas que criaram as primeiras ações de políticas afirmativas no ensino superior no Estado do Rio de Janeiro decorreram, sobretudo, do trabalho de entidades que buscaram promover a inclusão de estudantes negros e pobres nas universidades. Os principais exemplos nesse campo, como dissemos, são os pré-vestibulares comunitários, principalmente aqueles que militam pela inclusão racial.

[...] Estas organizações tem atuado politicamente na defesa da democratização do ensino superior de quatro formas: lutando por isenção das taxas de inscrição para os vestibulares das universidades públicas; conseguindo bolsas de estudo em instituições privadas (PUC/RJ, FGV, por exemplo) , buscando alternativas para o apoio à permanência dos estudantes na universidade e exigindo a instituição de ações afirmativas no ensino superior numa atuação guarda sintonia com as reivindicações antigas do Movimento Negro, a diferença está no fato dessas entidades imprimirem maior foco na luta pela inclusão racial no ensino superior. ”

Ao ressaltar o papel político, social e educador do PVNC não poderíamos deixar de elucidar sua práxis afirmativa no combate ao racismo, na luta pela diminuição da desigualdades sociais para a população negra, principalmente, no âmbito educacional, no despertar das consciências individuais e coletivas a partir do estudo da cidadania e da ética dentre outras ações e frentes de trabalho. Diante disso, NASCIMENTO (pág 36, 2012), diz que:

[...]Esses movimentos colocaram-se como sujeitos da sua própria história ao afirmarem suas discordâncias e desconfianças em relação aos poderes instituídos, e, ao buscarem interferir e tomar para si as decisões que afetam as suas condições de vida, constituíram um espaço público além da medida do sistema de representação política. Podemos dizer que os movimentos sociais promovem profundos questionamentos das instituições de poder estabelecidas, acompanhados pela afirmação de autonomia e construção do reconhecimento do valor da luta: só com as lutas são produzidos direitos e se conquista o controle das próprias condições. Os movimentos sociais como o movimento social negro, não somente vem conseguindo transformar suas reivindicações em debates e políticas públicas e institucionais, como também redefinir comportamentos e práticas sociais e culturais, recompor espaços de representação e participação política e, conseqüentemente, contribuir para que a sociedade avance na constituição material da democracia.

Ao radicalizar a luta por mais acesso à educação superior às camadas negras e empobrecidas, os PVNCs incomodaram os setores dominantes da sociedade que nunca tiveram cuidado ou inquietação com o quadro de quase exclusão total da população afrodescendente e indígena das universidades do país. E nesse sentido está o pioneirismo dos PVNCs: esse movimento identificou que o problema das desigualdades não eram simplesmente sociais, de classe como parcela majoritária dos movimentos sociais defendia, mas sim, que a questão raça e racismo eram cruciais nas chances de aprovação de negras e negros num vestibular e, caso aprovados(as), cursar e terminar a graduação. Ao promover o debate, que não era apenas melhorar as condições gerais de ensino fundamental e médio, era, principalmente, criar condições de encorajamento e de oportunidades reais à juventude negra, os PVNCs inauguram uma luta contundente por mais democracia, já que a jovem democracia nos inícios dos anos 90, engatinhava sobre certa

influência de setores na política nacional que seguiram alinhados a ideologias do regime de ditadura militar e da classe dominante mais ortodoxa, que nunca se convenceu da garantia de direito à educação para todos e todas.

Sobre isso, é importante considerar o que dirá o Professor Jacques d'Adesky (pág. 88, 2021) a respeito da jovem democracia brasileira:

“A “Constituição Cidadã” se espelha no respeito baseado no reconhecimento dos direitos fundamentais de igualdade e liberdade em direitos. Em outras palavras, ela consiste num documento que expressa um momento histórico de conquista e do retorno à plena expressão da vida política que permitia vislumbrar, depois do fim do regime militar, um horizonte ideal onde todos seriam considerados no mesmo pé de igualdade, abarcando a perspectiva teleológica de uma igualdade concreta a se alcançar entre brancos, negros (pardos e pretos) e indígenas, assim como expressando o respeito e a valorização da diversidade étnica e do pluralismo cultural.

Obviamente, nenhuma Constituição, mesmo que seja apelidada de “Constituição Cidadã”, deve ser considerada uma chave mágica. Talvez possa ser associada no máximo a uma lanterna que venha iluminar os princípios nela contidos, bem como as orientações implícitas que apontam os caminhos favorecendo a promoção do bem comum necessário à concretização de uma vida harmoniosa entre cidadão. A Constituição não se assemelha, portanto, a um conjunto de receitas visando estabelecer um “viver junto” chancelado por uma visão monológica da vida política, na medida em que remete à noção de democracia com base no pluralismo de ideias e no confronto de debates realizados num plano igualitário e não assimétrico.

Diante deste horizonte constitucional, talvez possamos perguntar em quê a população afrodescendente tem sido contemplada nas suas reivindicações para alcançar um patamar socioeconômico decente, que venha a se equiparar ao da população branca em termos de oportunidades de trabalho, condições de saúde, moradia, a cesso igualitário ao ensino fundamental e superior”

## 2.2 – Estratégias pedagógicas dos núcleos do PVNC

Na contramão das desigualdades sociais que geram e alimentam o espectro da pobreza e da miserabilidade em países como o Brasil, movimentos como o PVNC precisaram traçar estratégias de enfrentamento e rompimento para que os afro-descendentes pudessem fugir à balança de uma sociedade que “*produz pobres nos períodos de crise econômica, mas também em fases de crescimento*”, nas palavras de Jaccoud e Theodoro (pág 103, 2005).

Dessa maneira, é preciso dizer que o Movimento de Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC) aparece na sequência de um processo – que se intensificou no pós-Marcha Contra a Farsa da Abolição, de geração de novas estratégias no âmbito do Movimento Negro. Agora pensadas a partir da necessidade de acesso e permanência à educação.

Diante das investigações de SANTOS (pág 232, 2005)

- (i) A escolarização dos negros como processo de construção de novas lideranças e fortalecimento de outras lideranças, (ii) a capilarização de militantes da luta anti-racismo em diferentes espaços de luta e intervenção

social, que vai legar a este novo movimento (o pré-vestibular) uma cultura de convergência e hibridação de valores, leituras do social e formas de atuar. O PVNC nasce, portanto, como uma estratégia diante da necessidade do aumento da escolarização da base social dos movimentos negros, em discussões que tiveram lugar nos anos 80 sobretudo no âmbito dos Agentes da Pastoral do Negro, onde ganhou corpo a ideia de intervir na ponte entre o segundo e o terceiro graus, ou seja, de fortalecer a entrada na universidade de estudantes negros.

Na medida em que era preciso subverter o status quo racial no contexto da educação, a experiência bem sucedida do PVNC abriu espaço para um movimento que já se insinuava em âmbito nacional, passando a ter vários núcleos pelo país como forma de organizar e ampliar a pauta da luta contra o racismo. A interação entre diferentes sujeitos sociais fez com que outras agendas fossem disputadas discursivamente e o olhar para as maiorias excluídas seja pela desigualdade social, misoginia, discriminação da população LGBTQIA+ dentre outros ganhasse voz e espaço de luta. SANTOS (2005, pág 234) irá dizer que as estruturas institucionais do PVNC são fruto de embates entre diferentes visões e projetos de mundo e de movimento, representando, portanto, vitórias parciais dos diferentes campos que disputavam hegemonia em seu período de formação.

Peço licença para essa longa citação, dada sua importância no contexto de minha argumentação:

[Ainda que]... as intervenções dos agentes envolvam esforços de racionalizações, motivações e monitoração reflexiva, que são incapazes de evitar consequências impremeditadas ou de suprimir os efeitos das condições não reconhecidas da ação, é possível identificar cânones, marcos fundamentais nas formas destas “estruturas institucionais” que remetem, sobretudo, à influência do corte ideológico católico-franciscano, hegemônico no movimento. A forma como se estruturam os núcleos, amplamente difundida e reproduzida por todo país, é lapidar. Os núcleos do PVNC – e a grande maioria dos pré-vestibulares populares criados na esteira de sua experiência – se constroem com uma estrutura que parte dos seguintes preceitos basilares:

- a) A “auto-gestão” – boa parte dos núcleos é coordenada pelos próprios alunos, ex-alunos e professores. Este aspecto, de um lado, confere uma autonomia decisória aos núcleos que, diante do afastamento e da tensão entre as agendas e enfrentamentos correntes no seu cotidiano e o plano dos fóruns coletivos, se torna um forte componente a facilitar sua ruptura com o movimento organizado em rede. De outro lado, esta autonomia acaba por valorizar os debates cotidianos dos núcleos enquanto instâncias decisórias, o que tem como efeitos motivar, criar e fortalecer sujeitos através de uma cultura de participação marcada por um padrão de democracia como relação, e não como formato institucional. Ainda que muitos núcleos sejam marcados às vezes por gestões despóticas – afinal, toda revolução dos bichos pode ter seu porco!-, há um sem número de casos de conflito e até deposição de coordenações e professores por alunos que então assumem a condução do núcleo, fatos pouco imagináveis nos espaços formais de escolarização. Esta vivência insta os integrantes do pré-vestibular à participação e politização, o que, significa a responsabilidade na definição dos marcos ideológicos norteadores da iniciativa. O pré-vestibular ganha, então, uma dimensão de formação política pela prática à qual os sujeitos são compelidos, o que se dá num contexto onde, mais do que nunca, o cenário lega heranças e influências. Uma coordenação nova a assumir um núcleo, ainda que formada por sujeitos inexperientes em iniciativas políticas ou discordante das bandeiras fundadoras do PVNC, não abandona (pelo menos no plano discursivo) práticas políticas “cristalizadas” no movimento, como a disciplina Cultura e Cidadania, que

objetiva um trabalho de politização através de temas que não necessariamente serão trabalhados nos exames vestibulares.

- b) A quase inexistência de compromissos financeiros – normalmente os alunos contribuem com algo em torno de 10% do salário mínimo, verba destinada à aquisição do material didático necessário, alimentação (nos cursos que funcionam ao sábados e domingos durante todo o dia), custeio de passagem para os professores e, se possível, ajuda aos alunos no pagamento das taxas de inscrição no vestibular, quando não conseguem isenção. Este traço – que na construção do PVNC – condiciona uma alergia de grande parte dos pré-vestibulares populares ao financiamento – público ou empresarial. Esta não aceitação de aportes externos inviabiliza parcerias e dinâmicas cooperativas de trabalho desses cursos com o Estado e com o setor privado, criando um vazio nas tendências atuais de execução de cursos pré-vestibulares como política pública ou iniciativa vinculada a parcerias empresariais, que vem sendo ocupado por ONGs, movimentos sociais e uma série de organizações e atores atuantes em outros campos que se fortalecem e se territorializam – se inscrevem no espaço e se inserem em contextos sociais locais – mediante a criação de cursos pré-vestibulares financiados.
- c) O trabalho voluntário – dos professores e coordenadores, num contexto marcado pela desmobilização e esvaziamento de militância de diversos movimentos sociais no Brasil, e, paradoxalmente, pela emergência de valores como a solidariedade e a participação, ainda que marcados por uma negação da dimensão política de sua participação.

Ainda que alguns de seus analistas não tenham como referência, ou mesmo, não vejam dessa maneira, a ideia de Consciência Negra (valorização do ser negro e necessidade de enfrentar o racismo), foi extraordinariamente impulsionada a partir dos eventos do Centenário da abolição, em que se destaca a mobilização dos Comitês que organizaram a Marcha, conforme já analisado no primeiro capítulo. Ou será que é irrelevante, o fato do PVNC surgir em São João do Meriti, sob a orientação de Frei Davi Raimundo dos Santos, um dos mais ardorosos participantes das plenárias dos Comitês da Marcha? Por sinal, foi na Igreja da Matriz, a mesma onde surgiu o PVNC, que foi realizada a maior de todas as plenárias da Baixada Fluminense, de organização da Marcha do 11 de maio no centro do RJ.<sup>15</sup>

Com base na memória da luta política orgânica, acadêmica e intelectual é possível afirmar que o movimento de Pré-Vestibulares Comunitários para Negros e Carentes nasce enquanto uma linha de atuação do Movimento Negro enquanto Movimento Social na tentativa mais certa de atuar e construir através da pauta e reivindicação da Educação. Os PVNCs não são um fenômeno solto no tempo e no espaço, muito pelo contrário, ele foi resultado dos acúmulos e articulações de lutas negras, que não pararam de crescer desde a fundação do MNU–Movimento Negro Unificado em 1978, que culminaram nos eventos do ano do Centenário da Abolição. Uma década de formação de uma vanguarda negra que lutou pelo fim da ditadura contestando a jovem democracia burguesa e os limites da constitucionalidade. A pergunta

---

<sup>15</sup>A radicalização de Frei David, que declarou em entrevista do seu desejo de pichar a estátua de Caxias (para ele, responsável pela imensa perda de vidas negras, na Guerra do Paraguai), foi uma das principais alegações utilizadas pelo Comando Militar do Leste, para colocar um efetivo desproporcional, intimidador, e bloquear a Marcha, mesmo seu percurso passando a mais de cem metros do panteon de Caxias.

que precisamos fazer é: Seria possível pensar um Movimento da envergadura dos PVNCs sem os acontecimentos anteriores que impulsionaram toda uma geração de militantes do Movimento Negro e reflexões em amplos setores da sociedade? Para o intelectual e militante do movimento negro Renato Emerson dos Santos, em seu texto *A difusão do ideário antirracista nos Pré-vestibulares para negros e Carentes*, a construção do movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) é um desdobramento de um conjunto de estratégias do Movimento Negro nas décadas de 1970 e 1980 (pág.232, 2005). Reforça tal análise o Professor Alexandre Nascimento (pág. 69, 2012) quando diz:

Embora tenham proliferado e se tornado politicamente expressivos ao longo dos anos de 1990, os cursos pré-vestibulares populares não surgiram nesta década. Em 1975, por exemplo, o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), uma organização do movimento negro, situada no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, organizou um curso pré-vestibular para negros. Podemos citar também o curso pré-vestibular do projeto “Universidade para Trabalhadores”, da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Assuftrj, atual Sintuftrj), criado em 1986.

Entretanto, foi na primeira metade da década de 1990 que este tipo de organização para lutar por acesso ao ensino superior ganhou popularidade e formas que tornam possível caracterizá-las como um movimento social. Isso começou a acontecer, principalmente, a partir do surgimento dos cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC), na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Por isso, estamos considerando as experiências que foram referências para a popularização da proposta de curso pré-vestibular popular na década de 1990. Além disso, a gênese da configuração atual do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares está relacionada aos novos contextos políticos-econômicos e às novas formas das lutas sociais (os chamados novos movimentos sociais), que surgiram com força na década de 1980.

Adentrando o bojo de perspectivas, concepções, ideias, pensamentos até a prática concreta de ações como propostas de mudança e/ou construção de uma trajetória social é necessário dizer que executar a educação antirracista é ir de encontro à corrente. Melhor dizendo, é um ato contra-colonial que conjuga as inúmeras cabeças que trabalharam na construção dos PVNCs, que se alinhavam politicamente em torno de um projeto maior que não só dialogasse, mas colocasse em xeque as políticas de racismo no Brasil, no fundo políticas de controle e/ou exclusão social.

De acordo com PINHO (2007, pág. 23-24)

[...] Estabelecido no limite ou nas fronteiras do discurso como um campo separado dos fatos da linguagem, a discursividade sobre a miscigenação no Brasil produziu o mestiço como um objeto indeterminado, incapaz de se propor como um sujeito. Este objeto, o mestiço ou a cultura miscigenada, está eivado de componentes raciais e de controle social e é parte da estratégia de biopoder característica das formações sociais latino-americanas. Revelando as marcas particulares da história colonial local neste processo.

Numa sociedade com diferenças abissais entre negros e brancos, onde o racismo ainda é capaz de definir quem tem o direito de viver melhor ou/e mais, é uma sociedade onde a democracia não se consolidou. Ao lutar por ajustar e/ou dar fim a tais diferenças, raciais e sociais, os PVNCs cumpriram um legítimo e histórico papel de radicalização da luta por mais democracia. Um país, onde indivíduos e grupos não possuem seus direitos assegurados, é um país com pouca democracia ou “democracia” para alguns. Os PVNCs em suas propostas e estratégias pedagógicas desenvolveram novos métodos, que ampliaram muito as oportunidades e pontes de acesso a Universidade Pública. Mais do que isso, favoreceram a formação política e de consciências sociais mais consistentes, especialmente, a partir da criação de uma disciplina que chamou **Cultura e Cidadania**.

A disciplina de Cultura e Cidadania figurou como instrumento pedagógico primordial na formação e no aumento da capacidade de pensar e de ver o mundo, de tal forma que entrar na Universidade Pública, para a maioria de seus beneficiários, não era um fim em si mesmo. Na verdade, constituiu-se numa parte importante de um projeto mais amplo de redefinição de lugares e da condição de desvantagem histórica do qual negros(as) e empobrecidos(as) sempre estiveram condicionados. À face do exposto NASCIMENTO (pág.99, 2012) se expressa da seguinte forma:

Além disso, “Cultura e Cidadania é o conceito de uma prática pedagógica que não é um momento isolado, é um conceito para todas as áreas”

Desde o seu início, em 1993, o PVNC discute internamente como o seu trabalho pedagógico pode contribuir para o “desenvolvimento da atitude de questionamento, de reflexão, de leitura crítica do texto e do contexto e para um posicionamento autônomo no mundo”.

Essa preocupação não é apenas do PVNC. Em geral, nos cursos pré-vestibulares para estudantes negros, há a mesma preocupação. É assim na Educafro, que, por ser uma dissidência do PVNC, também possui a matéria de “Cultura e Cidadania”; é assim também no curso pré-vestibular do Instituto Steve Biko, que inclui em seu currículo uma disciplina semelhante, chamada de “Cultura e Consciência Negra”

Além da preocupação pedagógica com a questão racial, os Cursos Pré-Vestibulares para Negros desenvolvem outras ações de combate à discriminação e à desigualdade racial. Como já foi dito, esses cursos pré-vestibulares, a partir de 1993, passaram a reivindicar, estudar, elaborar e propor, e a participar ativamente do debate público sobre políticas de ação afirmativa, voltadas a promoção da igualdade de oportunidades, tratamento e reconhecimento cultural.

Uma hipótese muito provável, diante dos acontecimentos políticos e populares que sacudiram o ano de 1988, é que os PVNCs herdaram um proceder de ações, mobilização e inserção dos temas de raça e racismo no interior das cidades, periferias e bairros, que lembram muito e guardam semelhanças, considerando, evidentemente, suas diferenças, à forma como os Comitês

do Movimento Negro surgiram e se insurgiram para levar a frente a tarefa política de popularizar e dar dimensão de massas a triste situação em que a população negra vive, a questão do racismo e os privilégios da brancura. O que reforça ainda mais essa ideia é que o articulador, idealizador e um dos fundadores dos Pré-Vestibulares para Negros e Carente, Frei David Raimundo, também foi um importante personagem que polemizou radicalmente com os militares. O pertencimento racial era um ponto crucial, embora não se menosprezasse a condição social de pobreza, que dava sentido e orientava os PVNCs, no critério de escolhas e acolhimento de alunos nos Núcleos. Quanto a importância disso o Dos Santos (pág. 242, 2005) diz o seguinte:

O pertencimento racial emerge, portanto, enquanto critério de seleção de alunos: isto já era praticado, ainda que parcialmente, no âmbito do PVNC e de cursos diretamente influenciados por ele, mas agora passa a ser um ponto de inflexão e tensionamento de todos os cursos que se denominam populares. Portanto, onde tal critério não é praticado, as coordenações são instadas a elaborar discursos justificando tal negação – discursos, normalmente, marcados por uma subsunção da dimensão racial das desigualdades a outras manifestações, como a da pobreza e da renda (vista como fator de diferenciação, e não como consequência de diferenciações nas trajetórias dos indivíduos e dos grupos sociais), do pertencimento a alguma comunidade pobre, de escolas públicas, etc. Tais manifestações, segundo estes discursos, “contemplam” a dimensão racial – o que é absolutamente questionável. De outro lado, quando recordamos que, até bem poucos anos atrás, a maior parte destes indivíduos sequer imaginava o estabelecimento da correlação entre racismo e as desigualdades, ser obrigado a construir tal retórica os coloca numa situação de questionamento que já é, em si, um flagrante avanço – sobretudo pelo caráter constante deste questionamento, que muitas vezes acaba por fazer estes indivíduos mudarem de posicionamento, num processo que vem tomando cada vez maiores setores da sociedade favoráveis às políticas racialistas.

Após significar as principais pretensões do Movimento Negro em sua linha de atuação na educação é imprescindível encerrar esta análise retomando a ideia de que somente a luta coletiva e organizada é capaz de mover as estruturas sociais e ser agente de transformação. É assim, que outros atores tem ocupado espaços de protagonismo e caminham em direção à mudança. É forçoso reconhecer que essa linha de atuação do Movimento Negro deu certo em toda sua base de atuação e nas estratégias pedagógicas. O protagonismo do PVNC, e de incontáveis pré-vestibulares (sociais, comunitários, ou outros nomes) que seguiram seu exemplo, é de máxima relevância, quando se analisa o contexto de criação das Políticas de Ações Afirmativas, que oportunizaram o acesso ao ensino superior de muitos milhares de jovens negros-as e pobres. Assim, contrariando o status quo racial-social, ao obter formações que até outrora só eram possíveis para as famílias mais abastadas.

### 2.3. O Movimento AVANÇAR e o Coletivo DENEGRIR: Notas sobre uma nova agência<sup>16</sup>

“É o país mais escravizador debaixo do sol. Eu não posso quase chegando ao centenário, aos 100 anos, mentir para vocês. Eu morro protestando, lutando, exigindo e enfrentando todos os inimigos, todos os detratores do negro. E, é isso, a minha alegria de ver esse grupo de jovens dessa universidade criando sua organização de combate sobre a bandeira do DENEGRIR!”

Abdias Nascimento em discurso sobre o Coletivo DeNegrir-UERJ<sup>17</sup>

Das lutas por acesso advindas do movimento dos PVNCs, insuflado pelas experiência e energias da Marcha de 1988, o início dos anos 2000 foram marcados por corajosas iniciativas de jovens negros militantes, honrando a ancestralidade e acúmulos de décadas de ativismo social negro, por dignidade de direitos e por reparações políticas, econômicas e culturais.

O Movimento Avançar surge com a chegada da primeira geração de jovens negros no ensino superior, através do regime de cotas raciais e sociais, com o objetivo de redefinir os modos operandi do mundo estudantil e acadêmico. Em entrevista Ras André Guimarães (2023), um dos pioneiros e idealizadores do Movimento Avançar, afirma o seguinte:

Eu participava das reuniões do Coletivo Lélia Gonzalez também, que era um setor mais radicalizado. Tinha nosso Irmão Fabio Florêncio, que hoje assume o nome de Kwesi. Então eu circulava, entre o CONEN, o LELIA e CENEG. Eu compartilhei junto a galera de ir para a UERJ, na época o Rogério encorajou, tipo “vai para UERJ sim, irmão!”. Eu já estava quase terminando história na FEUDUC, eu já estava 5<sup>a</sup> período. E aí, já nos reunimos no Espaços Afirmados, tinha uma articulação ali, Rogério junto ao Espaços Afirmados, que era um espaço junto ao Laboratório Políticas da Cor, junto ao PPCor – Programa Políticas da Cor. Que foi uma assessoria de estudantes oriundos das políticas de Cotas que tinha como direção Pablo Gentili, Emir Sade e uma galera da CLACSO. Eles prepararam um espaço que tinha computador, tinha aula de redação, aula de metodologia de pesquisa para os estudantes oriundos das ações afirmativa. E na época sabíamos que não estávamos defasados da questão acadêmica, da questão de produção, mas já existia um peso muito maior em cima dos estudantes oriundos do sistema de cotas. E ali começamos a conversar. Eu tive a oportunidade de encontrar ali, nessas reuniões, Rodrigo Reduzino e compartilhei com ele que estava indo pra UERJ tinha feito a prova, que estava aguardando resultado mas que estava muito confiante que tinha passado. Ele por outro lado achou muito

<sup>16</sup> Agência – Conceito desenvolvido pelo Professor Molefi Kete Asante, do qual é a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana. O Professor Molefi é do departamento de Estudos Americanos da Universidade Temple, Filadélfia, EUA. Onde fundou e implantou o primeiro programa de doutorado em Estudos Africano-Americanos dos Estados Unidos.

<sup>17</sup> Trecho do discurso de Abdias Nascimento, em 2009 na ocasião da homenagem e inauguração da sala/sede do Coletivo de Estudantes Negras e Negros – 9<sup>a</sup> Andar/UERJ, N°9001 – BL F, no auditório 91. Todo o discurso de Abdias Nascimento consta na íntegra citado nesse trabalho acadêmico e disponível, também, no link nomeado UMA CRUZ Á MAIS : [https://youtu.be/GTOAx\\_t7byA?si=2VNTjFoA3OrcBU3e](https://youtu.be/GTOAx_t7byA?si=2VNTjFoA3OrcBU3e)

legal. Eu comentava com ele que o Movimento Estudantil da UERJ era reacionário, era racista e tinha os pretos apenas como tarefeiros, cumpridores de tarefa.

Chego na Universidade, no segundo semestre de 2005. Começamos a conversar com a galera por que na semana dos Calouros, algumas semanas depois abria o edital de inscrições de chapa para o DCE – Diretório Central dos Estudantes. Chego na universidade encontro o Rodrigo Reduzino, juntamente com Orlando, que é um grande irmão que estava na luta. Orlando participava das reuniões do CENEG lá nos espaços afirmados. Participavam das reuniões do Espaços Afirmados Orlando, Ellen, Adriano, Cyro Garcia Jr.

Na primeira semana de aula tivemos a oportunidade de recrutar a galera. Falei com Luciene, encontrei Cizinho e começamos a conversar e a reunir a galera com o objetivo de disputar as eleições. E durante um tempo fizemos reuniões, fizemos reuniões no pátio, ali próximo do auditório. Chamávamos o povo para as reuniões ate que conseguimos mobilizar componente. Ai foi Reduzino, Hugo que também participou das reuniões do CENEG dentro dos Espaços Afirmados, teremos daí em diante algumas pessoas que vão vir também, como Luane Bento, Elle, Allyne e vão começar participar da reunião com objetivo de se mobilizar para poder disputar a chapa, que deu origem a chapa AVANÇAR, uma chapa inédita. Uma Chapa que foi 100% preto, que disputou do DCE e gerou alguns ruídos. Por que tínhamos algumas figuras na universidade que não queriam esse tipo de situação, que queriam ficar mendigando e dos interesses e dos desejos da chapa que era majoritariamente do PT, que tinha o PCdoB, PSTU. As vezes vinham com os independentes, uma galera do PCR e uns setores que ficavam por ali circulando. Na época não tínhamos o PSOL estava em construção. Estávamos disputando com essa galera. Nós Chapa Avançar éramos 100% só de preto e que estávamos extravasando e criando uma ruptura com o tradicional Movimento Estudantil, inclusive esse tradicional Movimento Estudantil era contra as Cotas

No dia 19 de julho de 2001, jovens negros oriundos do pré-vestibulares para negros e carentes e a Educafro realizam um significativo ato político, no qual André Guimarães, um jovem negro é crucificado nos portões da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, exigindo a destinação e garantia de 50% das vagas para negros e empobrecidos. O ato pretendeu uma analogia com a Via Crúcis em que Cristo sofreu todas as dores e humilhações possíveis e impossíveis até a sua crucificação, semelhante às dores enfrentadas pelo povo negro na luta pelo reconhecimento do seu papel na formação da sociedade brasileira.



Ato da Educafro - RJ, O Cristo Negro protagonizado pelo militante do movimento negro Ras André Guimarães, pelo cumprimento da Lei de reserva de 50% das Vagas para Negros e Carentes no Vestibular da UERJ, junho de 2003.

Em 2003, como dito em alguns parágrafos acima, a Lei de Cotas<sup>18</sup> é sancionada e a UERJ, que em minha visão experimentou um dos maiores acontecimentos políticos de correção de caminhos no âmbito da educação: a democratização do acesso ao ensino público superior. Nessa

<sup>18</sup>Lei que criou modificações no acesso ao ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, primeiro com a Lei n. 3.524/2000, seguida em 2001 da Lei 3.708/2001 de reserva de vagas para Negros e Pardos, em 2003 essa Lei sofre nova mudança passando a ser a Lei n. 4.151/2003, juntamente a essas leis temos as leis 5.074/2007 e n. 5.346/2008.

ocasião jovens negras(os) recém ingressos na universidade pública, juntam-se, organizam-se e desenvolvem coletivamente um programa político de intervenção e disputa do espaço acadêmico, assim, nasce o movimento **Avançar** que mais tarde daria espaço para a fundação do **Coletivo de Estudantes Negras(os) DeNegrir**.

Desse modo, compreendendo que o processo histórico brasileiro sempre destinou ao negro o lugar da margem, é fundamental referir suas lutas de resistência e combate ao racismo. Com essa perspectiva, penso que o Movimento dos PVNCs tencionou a sociedade e contribuiu para a redefinição do projeto de nação. Sendo suas ações, pelo exemplo e resultados obtidos por incontáveis jovens pobres e negros aprovadas (os) em vestibulares, inauguraram novas formas de luta contribuindo significativamente, com o acesso da juventude negra e empobrecida de periferia ao ensino superior, inspirando o surgimento do coletivo de Negros e Negras da UERJ – DENEGRIR, no início do novo século.

O mesmo nasce do desejo, da força e da coragem de subverter a ordem social, *o status quo*, do racismo à brasileira. Por esse motivo, seus processos de organização – dos PVNCs e do DENEGRIR – podem ser vistos como tendo o mesmo “espírito” da marcha do dia 11 de maio de 1988, que ousou se insurgir contra agentes da repressão. Assim como nos anos 1990, os PVNCs criaram seus próprios mecanismos e jeitos de acessar o ensino superior, furando bloqueios estruturais, que perpetuavam a brancura nas universidades públicas, a juventude dos anos 2000, através de suas mentes e corpos mostrou a urgente necessidade de construir um programa de estudos com o intuito de pedagogizar pessoas negras; reivindicou espaço nos Centros Acadêmicos (CA) dos cursos de graduação; disputou o Diretório Acadêmico dos Estudantes (DCE); participou das assembleias de discussão sobre reforma acadêmica e curricular, promovendo ações para conscientizar a sociedade civil dos malefícios do racismo, como, também para se posicionar contra as repetidas práticas de racismo.

Desse desejo, surge no ano de 2001, um movimento que procura desempenhar um papel de formação e educação, rompendo com o senso comum que alimentava o imaginário social racista: de que a universidade pública não seria um lugar para negros e pobres! “Metendo os pés na porta” se reposiciona, questionando, radicalmente, seu lugar nas relações estruturais da sociedade brasileira. Nesse sentido, e, sem arrogância intelectual, toma para si a tarefa de ajudar a ampliar as vozes silenciadas nas periferias, favelas, ruas e becos, inflamando os discursos e intervenções, afirmando que o “Lugar de Negro” é no ensino superior definitivamente. Sem ter medo de errar e dando a “cara a tapa” que o DENEGRIR, esse “filho de 1988”, e “irmão” do Movimento dos PVNC, procura fazer parte desse importante capítulo da história das lutas negra no Brasil, assumindo sua posição nas primeiras linhas do front na defesa das Políticas de Ações

Afirmativas (Cotas) no STF (Supremo Tribunal Federal). O Professor Alexandre Nascimento já nos alertava que as Cotas seriam uma realidade desde de 2001/2002. Primeiro com a aprovação na Assembleia Legislativa da Lei nº 3.708/2001, modificada para Lei 4.151/2003 e logo no ano posterior a 2001, com a PL Nº 73/2002. Sobre essa questão o Professor Nascimento diz:

“Entre as universidades, as primeiras a instituir cotas para negros, em 2002, foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), não por iniciativa própria, mas por meio da Lei n. 3.708, de 09 de novembro de 2001, aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Na proposição, aprovação e regulamentação da lei no interior das universidades estaduais, foi decisivo o trabalho dos cursos pré-vestibulares, cujas lideranças participaram ativamente das audiências públicas e dos debates internos que aconteceram nas duas universidades. A consolidação das cotas para negros no Rio de Janeiro abriu as portas para que outras instituições adotassem a mesma medida. Na Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, a proposta de um sistema de cotas é de 1999, mas só foi aprovada em 2003 pelo Conselho Universitário. A UnB, além de ser a primeira universidade federal a adotar cotas para negros, foi também a primeira universidade do Brasil a tomar essa decisão com base na autonomia universitária” (NASCIMENTO, 2012, pg. 173)

Em decorrência desse fenômeno político, outros(as) estudantes negras e negros reuniram-se e fundaram coletivos em diversas universidades espalhadas pelo país.

A construção de políticas públicas inclusivas para a educação é uma conquista dos movimentos sociais, contudo antes de qualquer coisa, uma pauta muito discutida e reivindicada pelas maiorias, até então excluídas, que formam a base da pirâmide sócio-econômica do país e indicam os mais variados níveis de desigualdades existentes. Nesse caso, cabe dizer que foi na base, com trabalhadores informais e formais que se ampliou o debate, ao mesmo passo que se formou por meio da conscientização de raça, classe e gênero essa via de mão dupla que só foi possível porque a esperança acalorava os corações mais humanos em busca de transformação social. Dentro da egrégora da luta contra o racismo no Brasil, nascia em 1990, um dos movimentos de base mais importantes para negros e carentes da história, que contava com formação de base política, educacional e oportunizava o ingresso das camadas populares nas universidades públicas.

Como já dissemos anteriormente, o trabalho do Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes consistia em ensinar conteúdos solicitados nos exames de seleção das instituições de ensino superior, a fim de preparar estudantes oriundos de classes populares e de grupos sociais discriminados para tais exames, os chamados vestibulares. Essa é a atividade fundamental a que mobiliza pessoas num trabalho de cooperação e solidariedade.

Na Democracia se encontra uma base que deveria sustentar as camadas mais empobrecidas do país. No entanto, não ocorre porque por mais que se tenha conhecimento de que a cultura, a sociedade, e a escola não são organismos estáticos, ainda assim, valores morais preconceituosos e discriminatórios predominam, num modelo de ensino conservador e ultrapassado, perante uma diversidade étnico-racial tão grande dentro de um mesmo território. Acredita-se que o processo de aprendizagens é homogêneo, isso significa dizer que a diversidade cultural pautada em diferenças geográficas, linguísticas, ontológicas, religiosas, de identidade de gênero e etc, não são levadas em consideração, excluindo sujeitos sociológicos pela diferença que os marca. O que ratifica ser uma das formas simbólicas e concretas de criar desigualdades que afetam o campo das identidades e corporificam prejuízos sobre sujeitos que se encontram à margem das melhores oportunidades em processos educativos e sociais.

Para compreender com maior profundidade todos esses processos políticos, militantes e institucionais, entrevistei jovens da primeira e segunda geração de negr(x)s oriundos das Cotas sócio-raciais, que protagonizaram lutas e não se esconderam, que deram “a cara a tapa” nesse despontar das políticas de ações afirmativas.

As subjetividades reveladas mostram que há jovens negros/negras cansados do alijamento social e de andar pelas beiradas sem poder acessar o centro. O centralizar-se é afirmar um lugar de sujeito que imputa da experiência concreta do viver/existir, mesmo que essa experiência empírica aconteça, seja demasiado tomar de assalto a voz, que ao passo que liberta, silencia. Fruto dessas experiências de base é que o DeNegrir se torna, já dentro da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), um entrave para a estrutura acadêmica e na mesma proporção uma solução, e/ou possível campo de proposições e análises da condução da vida educacional de seus estudantes. Por isso que o coletivo passou a criar programas que dessem conta de formar redes educativas dentro do contexto universitário para falar a respeito da experiência enquanto coletivo negro, contribuindo na formação da consciência social dos estudantes que por ali passaram. Orientando sobre os por quês, não servimos de modelo com a apresentação de novos paradigmas para o conjunto de valores equivocados da branquitude.

O movimento Avançar pela primeira vez na história do movimento estudantil disputa as eleições do DCE da UERJ com uma chapa somente com negros(as). Esse fato nunca antes na história do movimento estudantil estabeleceu novas relações institucionais e na pedagogização e no método de atuar das organizações estudantis, DCE, DAs, CAs e os departamentos de graduação e pós-graduação em relação à presença e interesses de estudantes negros. Também, será motivo de profunda atenção o que significou “Os Espaços Afirmados” no início da implementação das ações Afirmativas.

A tarefa que ali se cumpria, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por jovens negros organizados sobre a sigla do movimento Avançar de redefinição do paradigma institucional e acadêmico, é o que nos vai apontar o Professor Alexandre Nascimento em seus estudos sobre os movimentos sociais negros:

“Os movimentos sociais continuam sendo importantes para a produção e democratização de direitos. Alguns movimentos sociais, como o movimento social negro, não somente vêm conseguindo transformar suas reivindicações em debates e políticas públicas e institucionais, como também redefinem comportamentos e práticas sociais e culturais, recompõem espaços de representação e participação política e, conseqüentemente, contribuem para que a sociedade avance na constituição material da democracia” (NASCIMENTO, 2012, pg.36)

O movimento Avançar da mesma forma que abriu conflitos no modo de vida, do senso comum acadêmico e institucional, também promoveu reconfiguração de posturas e nos olhares.

Daí a necessidade de registrar nos autos da história o que possibilitou o surgimento do Coletivo de Negros e Negras da UERJ – DeNegrir. Bem como, o(s) porquê(s) que impulsionaram as ações que pressionaram a comunidade acadêmica e convidaram a sociedade civil a repensar o ethos que formou a categoria social brasileira. Assim, o tempo histórico rememora momentos de lutas, insurgências que foram cruciais para reorientar pensamentos, mudanças de posturas e ordenamentos na esfera público e privada. Além disso, é válido insistir que a expressão “cidadania de papel” ainda não foi modificada graças ao enraizamento e a prática encontrada no aforisma, “uma mentira contada diversas vezes se transforma em verdade”. Ratificar a ideia de que “política não se discute”, acaba por endossar o desinteresse em um tema tão vital para uma coletividade que se quer trabalhadora, estudante, melhorias que impactem a qualidade de vida e oportunizem o acesso à informação em amplos seguimentos sociais. É essa mesma coletividade que reclama por direitos, sendo lesada historicamente no sistema de ensino no Brasil. Por isso, apresento algumas reflexões sobre a trajetória e as lutas de negros e negras do coletivo DeNegrir (UERJ), analisando os acontecimentos históricos advindos da organização coletiva do movimento social negro, como imprescindíveis na discussão, adiante, das políticas de ações afirmativas e nas políticas públicas que alteraram a LDB 9.394/96, a partir da lei 10.639/2003 e da lei 11.645/2008. A proposta pode ser descrita como uma declaração pedagógica de cunho étnico-racial, que visa contribuir na construção de paradigmas que pensem a universidade enquanto espaços democráticos e na universalização do ensino de modo equânime. Uma proposição que valoriza a diversidade cultural e pensa em alternativas que impulsionem a educação na luta contra a barbárie.

O DeNegrir assiste o calor da implementação das Políticas de Ações Afirmativas (Lei nº 12.711) que determinam 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes negros(as), que tenham cursado o ensino médio em escola pública. A política pública que torna o sistema de cotas uma realidade, é pauta do movimento negro desde a sua reorganização pós marcha manifesto de 1988 e os seus desdobramentos revelam e evidenciam que o Brasil poderia estar à frente não somente no debate entorno das variadas esferas de atuação do racismo, como também de outras políticas públicas que dessem conta de margear as lacunas não preenchidas no percurso desses 10 anos de implementação da lei 12.711.

Nesse contexto, estudantes negros e negras, já com consciência de raça, classe e gênero, em grande parte são oriundos ou incentivados(as), graças ao protagonismo político e social dos movimentos dos pré-vestibulares para negros e carentes, que proporcionaram pedagogias indispensáveis à formação para ingresso na universidade pública. Reafirmamos as palavras, Abdias Nascimento, quando o mesmo em uma de suas últimas atuações públicas e em homenagem merecidamente recebida e preparada com todas as honrarias devidas pelo DeNegrir de Estudantes Negras e Negros (UMA CRUZ Á MAIS, 2009), proferiu o seguinte discurso no auditório 91, do 9º andar da UERJ:

Um esforço de quase um século de lutas. Na verdade eu não poderia deixar de aceitar o convite dessa juventude aqui da UERJ, para a inauguração de uma sala, para um grupo, cuja legenda, é uma bandeira e um desafio, a essa sociedade que nos colocou a margem daquilo que chamam de sociedade brasileira.

Nós fomos realmente os fundadores da nação, mas fomos alijados das suas bases e suas instituições mais representativas. Assim que, além de criarmos nossas próprias instituições, nós temos que dignificar essa cor e essa origem nacional, essa origem racial, que nós exibimos não como uma maldição, mas com orgulho. E este orgulho que eu estou aqui tentando representar e dizer a vocês, que orgulhem-se de sermos de origem negra. Por que nós não escravizamos ninguém, nós não tentamos invadir território e nem amordaçar seres humanos, nós não queimamos em ferros em brasa a nenhum de nossos semelhantes, nós não trouxemos em navios preparados para martirizar todo um povo, nós não fizemos isso.

Portanto, nós só fizemos coisas nobres, nós só fizemos coisas válidas para a humanidade. Assim, quando eu era criança, lembro de muitas pessoas de nossa raça que achavam que era uma maldição ter nascido negro.

Nós temos um passado de nobreza material, mas a nossa grandeza é o espírito e a capacidade criativa e sobretudo a fraternidade. Esses são valores de toda civilização e a base de toda nossa cultura de origem africana. Nós nascemos e somos educados desde da infância a queremos bem uns aos outros e a perdoar. Nós não queremos se vingar de

ninguém. Nós só queremos justiça da história desse país, um país que nós construímos não pode continuar a tratar raça negra da forma que tá!!! (Aplausos acalourados)

Nós não queremos vingança, mas exigimos, não mendigamos e nem pedimos consideração a cuja dita sociedade brasileira. Nós não pedimos e nem mendigamos, nós exigimos, não se trata um povo dessa maneira. Um povo que levantou os melhores elementos da nossa riqueza nacional. Desde dos primórdios daquilo que se chamaria Brasil, nós estivemos ali, junto com nosso irmão martirizado, nosso irmão Índio. Mas nós não estamos aqui, mendigando as sobras dessa sociedade. Nós temos que batalhar pelas melhores coisas. Até por uma educação que é obrigação de qualquer estado nós temos que mendigar. A grande luta, falasse de Cotas. Mas a quanto tempo nós gritamos pelas Cotas? Que lutamos pelas Cotas?

Eu estou aqui de cabelos brancos, não foi por que eu tingi o cabelo oxigênio, não! (Ironia). Foi por que mantive sempre uma luta dura para que meus irmãos de raça, de origem, de orgulho racial, pudessem estar bem nessa sociedade racista, ímpia. Se dizem católicos, isso e aquilo. Mas uma sociedade desmoralizada, uma sociedade que não respeita a humanidade dos Outros. Nós temos que clamar, exigir, nos organizarmos para desfralda-los e erguemos as bandeiras da nossa dignidade humana, da nossa dignidade que se abateu durante todo esse século de martírio. E até hoje o martírio continua!

É mentira o 13 de maio. 13 de maio é uma piada trágica. O que houve sim, é um problema de assinatura da Lei áurea, mas a escravidão continua cuspidando na cara dos negros e das negras desse país. Ainda somos tratados como cidadão de terceira e quarta classe. E isso não é só desumano, é injusto e é criminoso, o tratamento que nos dão. Lembro que quando fui fazer a faculdade de economia, o quanto eu sofri, foi nessa mesma universidade (UERJ) antes de ter esse nome, que eu obtive o diploma de economista. É claro que esses “economistas” aí são todos uns “almofadinhas”. Nós não entramos nesses negócios, nós estamos debaixo das pontes, pedindo e esmolando para não morrer de fome. É isso que nos dão.

Mas a nossa voz está se levantando, não com humildade, mas com arrogância, com orgulho. Por que nós temos direito, nós não roubamos de ninguém, não viemos aqui para fazer negociatas. Portanto nós temos o direito de exigir o que é nosso com dignidade, com a cabeça erguida. Olhando, olho no olho do branco usurpador. Não temos que ter nenhuma exitação, não temos que ter nenhuma humildade, humildade para que? Diante desses humanos desumanos. Que tem no aguilhoados, nos aferroado, durante tantos séculos.

Olhem meus amigos não temos que ter piedade. Por que na base da piedade nós fomos escravizados, nós vertemos sangue e suor, e hoje estamos de mãos vazias. Nós não temos estação de televisão, não somos donos de Jornal, não somos donos de banco, não somos donos de imobiliária, não somos donos de nada.

Quando se tem um barraco, se tem muita coisa. Esse país é o país mais injusto da terra. É o país mais escravizador debaixo do sol. Eu não posso quase chegando ao centenário, aos 100 anos, mentir para vocês. Eu

morro protestando, lutando, exigindo e enfrentando todos os inimigos, todos os detratores do negro. E, é isso, a minha alegria de ver esse grupo de jovens dessa universidade criando sua organização de combate sobre a bandeira do DENEGRIR! (Aplausos acalorados)

Eu quero agora prestar reverência a minha Mãe Jorgina, que morreu muito moça, e ela nos ensinava essa questão, que não tínhamos que baixar a cabeça, tem que falar olhando fixo. Na verdade, nós temos amigos brancos, mas no grosso modo a maioria desonestos, chamados indecorosos. Até hoje eu sei que se a minha mãe fosse viva seria chamada de uma negra rebelde. Ela nos ensinou a enfrentar mesmo no braço os que pensava que podiam chicotear as crianças negras sem ter quer, também, pagar um preço. Ela sempre se opunha a esse tipo de tratamento desumano, desrespeitoso e criminal. Ela se opunha e enfrentava esse tipo de mães brancas que achava que negrinho era para apanhar. Foi a grande lição de vida que eu recebi ainda criança e que procuro cumprir o que ela me ensinou.

Mas agora nós temos um momento na história desse país, é o nosso momento, é o momento que o negro precisa ter uma posição muito afirmativa. Não pensar nas consequências, por que tudo que a gente faz tem uma consequência. (Aplausos!) Temos que nos organizarmos no trabalho, no estudo, na diversão. Sempre onde for devemos estar como se tivéssemos numa trincheira. Para nós é sempre uma trincheira esse país. Eu testemunho e continuo dizendo que, EU NASCI NUM EXILIO! Eu não fui exilado apenas no período da ditadura militar, eu nasci no exílio. Esse país não é meu, eu não tenho nada. Agora eu tenho uma outra coisa aqui ó! O presidente Lula me deu uma cruz, então eu carrego uma cruz (Aplausos acalorados). Assim meus amigos eu encaro esse convite dos estudantes da UERJ, como um convite desnecessário (Ironia), me convidaram para luta e eu já nasci na luta.

De qualquer maneira eu sou muito grato a esses estudantes. Eles não tem essas atitudes bem brasileira da sociedade convencional de desprezar quem tem cabelos brancos. Eles não desprezaram esses cabelos brancos. Estão aqui somando forças para continuar a luta de Zumbi. A luta de Zumbi foi o resgate da dignidade, da liberdade e essa luta não pode parar enquanto esse país não tiver a nossa marca nas instituições. Por que nos expulsaram das instituições. As instituições do país não tem negro, o que tem negro é para limpar, fazer a limpeza. As mulheres negras só para trabalho doméstico deles. Por que o trabalho doméstico não tem nada de desonesto e nem de vergonhoso. Acontece que o trabalho doméstico para as mulheres negras, para minha mãe, minha irmã e minhas irmãs é um trabalho de limpeza deles, fazer a comida deles, é um trabalho que eles consideram inferior, então é um trabalho de negro. Nós não queremos mais esse tipo de separação e desse tipo de classificação social. Isso aí é classificação deles e não nossa.

E nós precisamos começar a fazer a classificação deles. E a classificação deles é essa, são desumanos, são racistas, são criminosos. Não tenhamos medo das palavras não, temos que rotulá-los. Por que para nós foram feitas as penitenciárias, eu mesmo por falar essas coisas que estou falando estive em duas penitenciárias. A penitenciária Frei

Caneca e tive na penitenciária de São Paulo, no Carandiru. Mas eu não parei de falar não. Fui para o exílio por 13 anos, por que temos que falar a verdade, ficamos com muita delicadeza com a sociedade branca e nós recebemos o que? Tapa na cara, cassetete da polícia ou então, tiro.

Nós não temos que ter esse tipo de consideração, não tiveram consideração com os nossos avós, não tiveram com os construtores desse país e não tem conosco.

Eu quero dizer que estou com esse grupo. Vou DeNegrindo bastante esse país, temos que fazer isso com muita consciência e muito entusiasmo. Eu estou ao lado de vocês e quero agradecer essa honraria. Essa honraria e por lutarem por essa causa nobre como está, é um convite que só se faz para grandes amigos. Nós temos que juntar forças e temos que continuar a luta de Zumbi. Axé!(NASCIMENTO,2009.Disponível em:

[https://youtu.be/GTOAx\\_t7byA?si=2VNTjFoA3OrcBU3e](https://youtu.be/GTOAx_t7byA?si=2VNTjFoA3OrcBU3e))

## Considerações finais

O presente trabalho, inicialmente, se propusera a realizar uma investigação minuciosa da formação do Coletivo de Negros e Negras da UERJ – Denegrir, bem como das circunstâncias que levaram ao seu surgimento, os principais agentes, a dinâmica de sua militância, as ações desenvolvidas, as formações políticas etc. No entanto, no decorrer do processo de pesquisa, a Marcha de 1988 – Contra a Farsa da Abolição da Escravatura, aparece ocupando um lugar merecidamente legítimo neste trabalho e a continuidade da pesquisa até chegar aos Filhos de 88 não poderia ser diferente. Afinal de contas, a população negra é diretamente ou indiretamente afetada positivamente por um conjunto de ações convertidas em Políticas Públicas que se espalharam por vários segmentos sociais dentro da sociedade brasileira. A exemplo das Políticas de Ações Afirmativas (Lei de Cotas – 14.723/2023); a Lei 10.639/03, de Inclusão Social, a Lei 12.288/10 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial dentre outras.

Penso que a Marcha é um marco, ao aproveitar os acúmulos de mais de uma década da reemergência do Movimento Negro e o ambiente propício, uma vez que a abolição da escravidão é um dos poucos dados históricos, profundamente, arraigados no imaginário social brasileiro, e (atendendo suas próprias agendas e interesses) os meios de comunicação repercutiam intensamente histórias da escravidão e o ambiente de “comemorações”. O Movimento dos PVNCs e o Coletivo DENEGRIR, me parecem representar bem a sequência de amadurecimento do Movimento Negro. Para finalizar, devo dizer que tenho consciência de uma lacuna neste trabalho.

Para abordar a potência e a contribuição dos “filhos de 1988”, me parece importante, também, observar o contexto político-institucional no qual atuou aquela vertente do Movimento Negro. Preparei-me para coletar visões e experiências de João Costa Batista (COINTER-Coord, de Interações Comunitárias)-SR3-UERJ, Paulo Fabio (Coord. Vestibular UERJ), Alberto (Ex-dirigentes do SINTUPERJ) e da pró-reitora de ações afirmativas, Rachel Villardi. Os quatro estavam investidos em funções, que implicavam posicionamentos sobre o contexto de implementação de medidas de apoio a oriundos(as) do PVNC nos anos 1990 e das cotas e ações afirmativas nos anos 2000. Esforcei-me para realizar essas entrevistas, mas problemas pessoais e profissionais me surpreenderam e exigiram que eu me contivesse, focasse no aprimoramento das análises sobre a Marcha e “seus filhos”.

A finalidade, nesta etapa, seria relatar o impacto daquelas mudanças sobre as instituições

referidas e o comportamento através das ideologias contribuintes para a formação de opinião que encabeçaram as discussões entorno de uma universidade mais ética e pluriversal. A política de acesso a Universidade Pública de negros(as) e pobres e/ou as ações afirmativas, que não se resumem apenas ao acesso ao ensino superior, chegou abrindo um verdadeiro abismo de pontos de vista, opiniões e posições na sociedade como um todo. Era voz corrente no Movimento Negro no início do século XXI, que, quando é pra manter o negro em lugar de pobreza e marginalidade, a esquerda e a direita fazem coro. Isso porque tanto o movimento sindical como o movimento estudantil assumiram por um bom tempo posições contrárias, ou mesmo, absolutamente tímidas em relação às políticas públicas de benefício à população negra.

Minha intenção era entender e explicitar as posições que marcaram as entidades docentes e discentes da UERJ no período em que estava no auge o debate sobre cotas raciais, quando, na época, essa discussão era destaque em todos os veículos de informação do país. Pareceu-me evidente que muitos dos principais agentes (gestores ou não) no contexto político-institucional daquela universidade seguiam as visões de alguns dos mais influentes e combativos ideólogos anti-ações afirmativas e cotas, tais como Demétrio Magnoli e a antropóloga Ivonne Maggie (UFRJ).

Na época o SINTUPERJ, a ASDUERJ, o DCE-UERJ e a maioria dos CAs e DAs da Universidade defendiam uma posição contrária, ou no melhor dos casos davam de Pilatos, “lavando as mãos”, e fingindo não ver o grito da juventude negra em ânsia por espaço nas instituições acadêmicas. Renato Emerson é assertivo em sua análise:

“A cena do debate sobre as desigualdades sócio-educacionais no Brasil é marcada, dentre outras, pela emergência da polemica acerca da reserva de vagas no ensino superior, vulgarmente chamada de política de cotas. Diferentes recortes sociais são evocados e discutidos, em sua pertinência e seus possíveis desdobramentos: (i) o corte racial, (ii) o corte pela renda, (iii) o corte pela natureza do sistema de ensino- público ou privado, e (iv) cortes apontando outros fatores de desfavorecimento em nosso tecido social, deficiência, etnia indígena e até mesmo de origem regional são matizes que vem dando lugar à implementação de reserva de vagas já existentes ou à criação de vagas adicionais em diversas universidades públicas em nosso país. A modalidade mais polêmica neste debate – e, podemos dizer, a maior impulsionadora dele – é a reserva de vagas para negros “ (SANTOS, 2005, pg.12)

No limite de meus esforços, descrevi, analisando características de ações políticas nos processos de articulação e mobilização do Movimento Negro, que levaram à realização da marcha de 1988, como marco referencial e histórico, por ser uma resposta ao mito da democracia racial, e uma crítica ao centenário da abolição da escravidão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A MARCHA DE 88. **Jornal Questões Negras**, Rio de Janeiro, Novembro, 1988.
- A MARCHA DO MOVIMENTO NEGRO. **BOLETIM DOS COMITÊS DO MOVIMENTO NEGRO /RJ**, Rio de Janeiro, Maio, 1988.
- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Movimento negro e “democracia social” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15f
- Almeida, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo. Editora Jandaira, 2020.
- Bento, Cida. **O Pacto da branquitude** – 1ª Ed. – São Paulo. Companhia das Letras, 2022.
- Caixeta, Bianca Aparecida dos Santos. **Movimento Negro Universitário : Um Olhar decolonial sobre afetos, trajetórias e organização política dos grupos/coletivos Negros na Universidade de Brasília**. Brasília – DF. UNB, 2016.
- CAMPOS, Adreliano de Oliveira; Maria Alice Rezende Gonçalves (Org.). **Educação, Cultura e Literatura Afro-Brasileira: contribuições para a discussão da questão racial na escola**. Rio de Janeiro: Quartet Editora e Comunicação Ltda, 2007.
- CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO: uma semana de reflexão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Maio, 1988, ed. 00031 disponível em [http://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_10&Pesq=%22Marcha%20Contra%20a%20Farsa%20da%20Aboli%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=231123](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=%22Marcha%20Contra%20a%20Farsa%20da%20Aboli%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=231123)
- D’Adesky, Jacques. **O Duplo antirrascismo da Constituição Federal de 1988**. Afro-Brasil II: Debates e pensamentos. Organizadores Jacques d’Adesky, Marcos Teixeira de Souza – Rio de Janeiro. RJ: Autografia, 2021.
- DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo, n 23. 2007.
- DOS SANTOS, Renato Emerson. **A difusão do ideário anti-racista nos pré-vestibulares para negros e carentes**. Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Organizador, Sales Augusto dos Santos. – Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. DIFEL. SP. 1971
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes**. Reedição da editora contracorrente. SP. 2021
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos nas Lutas por Emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

Hanchard, Michel George. **Orfeu e o Poder: O Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_cu](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cu)

[ltura&id=5977102978937&pagfis=72](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&id=5977102978937&pagfis=72)

[http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_cultura&id=5977102978937&pagfis=9185](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&id=5977102978937&pagfis=9185)

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Movimento Negro no Brasil – Desmentindo uma Historiografia Enviesada**. Revista AÚ. Ano 5, Edição 4. ISSN 2238-8494, 2021.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Na Lei e na Raça: Legislação e Relações Raciais, Brasil-Estados Unidos** – Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MOORE, Carlos. **O Marxismo e a Questão Racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao Racismo e à Escravidão**. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Do direito à universidade à universalização de direitos: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa**. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2012.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo; Selo Negro, 2009.

NOGUERA, Renato. **Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade**. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE). N. 18, 62-73, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/resafe.v0i18.4523>

Oliveira, Guilherme dos Santos. **Coletivos de Estudantes negros no ensino superior brasileiro: políticas da diversidade e organização política estudantil**. Rio de Janeiro. UERJ-FEBF, 2019.

OS NEGROS ESTÃO NAS RUAS. Jornal Versus, São Paulo, Julho/agosto, 1978. Suplemento – Afro-latina-américa. Disponível em

<http://www.marcosfaerman.jor.br/Versus23.html?vis=facsimile>

PEREIRA, Amauri Mendes, **Movimento negro brasileiro: motor e ponta-de-lança da luta contra o racismo**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Do Movimento Negro à cultura de Consciência Negra: reflexões sobre o antirracismo na sociedade brasileira**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajatória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional da ALERJ, 2006.

PEREIRA, Amílcar Araujo. **O Mundo Negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

Santos, Márcio André de Oliveira.

Thoth/ Informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento/ Abdias Nascimento, n.1 (1997 – Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1997.

Trindade, Azoilda Loreto da. **O projeto político da/na escola: capitalizando a temática das africanidades brasileiras**. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

TURE, Kwame (anteriormente conhecido como Stokely Carmichael ) e HAMILTON, Charles V. **Black Power: A política de libertação nos Estados Unidos**. Tradução Arivaldo Santos de Souza – São Paulo: Jandaíra, 2021.

Valentim, Daniela Frida Drelich. **Ex-Alunos Negros Cotistas da Uerj: Os Desacreditados e o sucesso Acadêmico**. Rio de Janeiro: Quarter: Faperj. 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sergio, RIOS, Flavia, SOTERO, Edilza. Coletivos Negros e Novas Identidades Raciais. Novos Estudos, CEBRAP. São Paulo, Maio – Ago. 2020. V.39 – N.02.

RIOS, Flávia. Elite Política Negra no Brasil (1978 – 2002). Tese Doutorado. Universidade São Paulo, São Paulo, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: Um Conceito Emergente do processo Histórico – Cultural da População afro-brasileira. In NASCIMENTO, Elisa Larkin. (ong.) Uma Abordagem epistemológica inovadora. São Paulo : Selo Negro, 2009.

COLETIVO DENEGRIR. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CG3JnXLTYVI>

COLETIVO DENEGRIR Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i0SNa9q9bPA>

COLETIVO DENEGRIR (Canto para Mãe Oxum) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3qpDJnTUPYg>

COLETIVO DENEGRIR Abdias Nascimento -Uma Questão 1 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QOu1zO7wAig>

COLETIVO DENEGRIR Abdias Nascimento – Uma Questão 2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=juLJaNZHpAI>

COLETIVO DENEGRIR Uma Cruz a mais ( Inauguração da Sala Abdias Nascimento)

Disponível em: [https://youtu.be/GTOAx\\_t7byA?si=2VNTjFoA3OrcBU3e](https://youtu.be/GTOAx_t7byA?si=2VNTjFoA3OrcBU3e)

COLETIVO DENEGRIR Professor Muniz Sodré na Sala Abdias Nascimento Disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=Bp05WmOGttA>

## **LISTA DE JORNAIS PESQUISADOS:**

### **➤ RIO DE JANEIRO**

Jornal do Brasil – Edição de 8 de Maio de 1988

Jornal O Globo – Edição 7 de Fevereiro de 1988.

Jornal O Dia – Edição 15 de Maio de 1988

Jornal do Comércio – Edição 12 de Maio de 1988

Jornal Tribuna da Imprensa – Edição de 30 de Maio de 1988

Jornal Questões Negras – Edição de 20 de Novembro de 1998

Boletim dos Comitês do Movimento Negro – Edição Única de Maio de 1988

Jornal VERSUS nº 23 – Edição de Julho/Agosto de 1978

Jornal do MNU – Edição de 19 de Maio de 1991

### **➤ SÃO PAULO**

Folha de São Paulo – Edição de 12 de Maio de 1988

### **➤ CURITIBA**

Jornal Diário de Notícias – Edição de 12 de Maio de 1988

## Anexos:



Ato Unificado Coletivo DeNegrir, Educafro RJ e militância Independe em 13 de maio de 2008, em defesa das Ações Afirmativas e Contra A Farsa da Abolição. Em Frente à Igreja de Nossa Senhora dos Pretos Novos na Uruguaiana e no Aeroporto Santos Dumont Centro do Rio de Janeiro.



Ato Unificado Coletivo DeNegrir, Educafro RJ e militância Independente em 13 de maio de 2008. Em defesa das Ações Afirmativas e Contra A Farsa da Abolição. Em Frente à Igreja de Nossa Senhora dos Pretos Novos na Uruguaiana e no Aeroporto Santos Dumont Centro do Rio de Janeiro.



Ato Unificado Coletivo DeNegrir, Educafro RJ e militância Independente em 13 de maio de 2008, Em defesa das Ações Afirmativas e Contra A Farsa da Abolição. Em Frente à Igreja de Nossa Senhora dos Pretos Novos na Uruguaiana e no Aeroporto Santos Dumont Centro do Rio de Janeiro.



Ato Unificado Coletivo DeNegrir, Educafro RJ e militância Independente em 13 de maio de 2008, em defesa das Ações Afirmativas e Contra A Farsa da Abolição. Em frente à Igreja de Nossa Senhora dos Pretos Novos na Uruguaiana e no Aeroporto Santos Dumont Centro do Rio de Janeiro.



Delegação do Coletivo DeNegrir -UERJ na audiência de avaliação da legitimidade das Ações Afirmativas em Plenário do STF – Supremo Tribunal Federal, 2009. Ação ajuizada pelo DEM – Partido Democratas que questionava a legitimidade das ações afirmativas para Negros e Pobres. O representante e militante dos Estudantes Negras e Negros, enquanto Coletivo DeNegrir – UERJ, Cizinho Afreeka, discursou em plenária do STF, representando todos os alunos Cotistas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=iOSNa9q9bPA>



Encontro com Abdias Nascimento em sua casa, Sede do IPEAFRO, Rua Bejjamin Constant – Glória, em 14 de agosto de 2008. Abdias do Nascimento se tornou o patrono da Sede/Sala do Coletivo de Estudantes Negras e Negros DeNegrir. Toda sala foi inspirada nas teorias e no exemplo de luta de Abdias Nascimento



Foto do evento de Inauguração da Sala/Sede do Coletivo DeNegrit em 27 de agosto de 2008. A sala foi batizada com o nome do patrono Intelectual e político do Coletivo, Abdias Nascimento. O Professor Abdias Nascimento se fez presente e emocionou a todos com um importante discurso. Na foto em questão, da esquerda para a direita, estão: Ademir Silva, Adriano, Paulo Henrique, Cyro Garcia Jr, Moacir, Rubens, Sandro e Clarissa França.



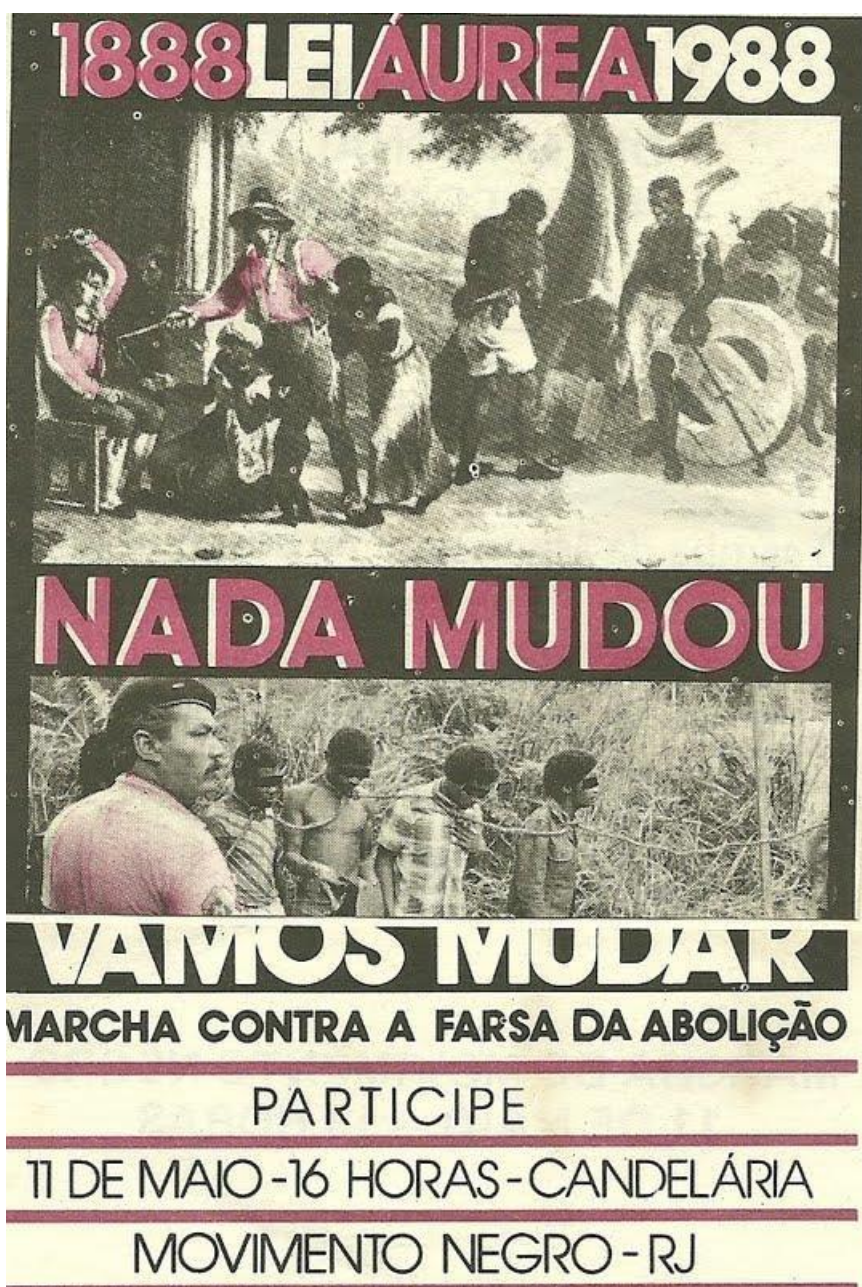
Entrega de presente ao Professor Abdias Nascimento, na inauguração da Sala que levaria o nome de Abdias Nascimento, no auditório do 9ª andar UERJ, em 27 de agosto de 2008. Rubens membro do Coletivo, é escolhido para a entrega ao Professor Abdias Nascimento, segura o microfone a Professora Eliza Larkim. Ao fundo assistem ao ato os seguintes membro do DeNegrir Coletivo de Estudantes Negros e Negras. Da esquerda para direita, Cyro Garcia Jr, Adriano, Sandro, Simone, Fabio Tavares, Fabiane (Bibi), Clarissa França e Ademir Silva.



Inauguração da Sede/Sala Abdias Nascimento, 9ª andar da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em 27 de agosto de 2008. Abdias Nascimento emocionou a todos e todas presentes ao se erguer da cadeira e proclamar seu discurso.



Jornal O Dia, edição 26 de julho de 2006. Ato do Coletivo DeNegritude no Hall do Queijo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Contra Agressão sofrida por aluno cotista dentro do campus da universidade.



Cartaz da Marcha de 11 de maio de 1988 Contra a Farsa da Abolição no ano de Centenário da Abolição. Com concentração na Candelária, às 16h, a Marcha tinha como trajeto Av. Presidente Vargas com destino a Central do Brasil. Em decorrência do aparato militar montado pelo Comando Militar do Leste a Marcha teve seu destino impedido.

● Os grêmios estudantis da rede municipal estão se mobilizando para preparar uma caminhada na semana da Abolição. Sairá da Praça 11 indo até ao Memorial Zumbi, onde será instalado um varal de trabalhos sobre o tema O que Zumbi diria à Princesa Isabel?

Matéria da Edição do Jornal do Brasil de 26 de março de 1988, dando nota à Marcha dos Grêmios Estudantis pela Verdadeira Abolição.

#### MANIFESTO PELA VERDADEIRA ABOLIÇÃO

Este pedaço de chão da nossa cidade, a Praça Onze, viu nascer o samba carioca, pela força da negra Tia Ciata. Aqui está, agora, o prédio do Juizado de Menores. E em toda parte dá para ver o drama desse país que tem 36 milhões de crianças na miséria, sendo que sete milhões delas estão em total abandono. Em 1871 os poderosos da Monarquia fizeram a Lei do Ventre-Livre: as criancinhas negras que nascessem não seriam mais escravas. Tremendo "um-sete-um"! De fato, elas deixaram de ser escravas de senzala. Mas continuaram a ser escravas de uma sociedade que as obrigava a trabalhar por um salário de fome, a vender o corpo, a perambular pelas ruas. Elas deixavam de ser crianças e passavam a ser "menores". Até hoje! Apesar dos discursos bonitos das autoridades em favor das crianças, um monte delas vive debaixo das marquises, nos reformatórios, sendo corrompidos pela violência. E não é à toa que a maior parte desses pequenos brasileiros é de negros! Não é por acaso também que de cada dez crianças sem escola, sete são negras. Cadê a democracia? Onde está a igualdade? Que Abolição foi essa? NADA MUDOU.

Estamos aqui, no Memorial Zumbi. Para dizer que valeu. Valeu a luta de todos os escravos contra a escravidão. Valeu não desistir, não

Estamos aqui, no Memorial Zumbi. Para dizer que valeu. Valeu a luta de todos os escravos contra a escravidão. Valeu não desistir, não aceitar calado o chicote, a tortura, a corrente. Valeu brigar, valeu cantar, valeu rezar, valeu fugir, valeu batucar, valeu se organizar. Valeu construir esse país, que ainda vai ser mais dos brasileiros, mais dos negros, mais de todos os que não têm voz nem vez. Valeu Zumbi! Mas ainda não acabou não: tem muita batalha pela frente. Acabou a exploração do trabalhador no Brasil? NÃO! Acabou o preconceito racial? NÃO! Já estamos aprendendo a nossa verdadeira História, onde não existem apenas heróis brancos que vivem em mansões e palácios? NÃO! Estamos aqui, Zumbi, para dizer que nós, estudantes, temos orgulho de ser um povo que é composto por 44% de negros e que isso não é vergonha para ninguém. Fazemos parte da grande raça humana. Valeu, Zumbi! Nas nossas escolas, nos nossos Grêmios, nas ruas da cidade, vamos continuar tua luta pela Liberdade. VAMOS MUDAR!

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 1988.

Manifesto Estudantil de 32 Grêmios lançado em 10 de maio de 1988, um dia antes da Grande Marcha Contra a Farsa da Abolição na Av. Presidente Vargas.

Caminhada Estudantil pela Verdadeira Abolição - 10 de Maio de 1988

Comissão Organizadora: Adriano Barbosa Melo (presidente do Grêmio Força Jovem - Ciep Olga Benário); Carlos Magno da Silva (presidente do CEC - EM Gilberto Amado); Sebastião Eugênio da Conceição (presidente do Grêmio Castro Alves - EM Isabel Mendes); Daniel de Mattos da Cruz (presidente do Grêmio Vilma Acidália Coelho - EM Uruguai); Patrícia Fernandes de Souza (presidente do Grêmio da EM Mendes Viana); Edson Nascimento Varela (conselheiro do Grêmio - EM Adauto Lucio Cardoso); Valdeci Moreira Dias (presidente do CEC - EM Rainha Vitória); Fábio Cordeiro (presidente do Grêmio - EM Chile); André Luis Lavinas (vice-presidente do Grêmio - EM Chile).

Apoio: Coordenadoria de Apoio ao Estudante - SME; Comissão de Cultura Afro-Brasileira - SME.

Etapas da Caminhada:

- 1) Concentração - quadra de esportes do Sambódromo: ensaio das músicas, organização da galera; anúncio do roteiro da Caminhada.
- 2) Leitura do Manifesto (1ª parte) - ao lado do Juizando de Menores;

Etapas da Caminhada:

- 1) Concentração - quadra de esportes do Sambódromo: ensaio das músicas, organização da galera; anúncio do roteiro da Caminhada.
- 2) Leitura do Manifesto (1ª parte) - ao lado do Juizando de Menores; 1 minuto de silêncio em homenagem à vovó Carmen Teixeira da Conceição.
- 3) Memorial Zumbi: afixação dos cartazes e colagem; apresentação de números das escolas sobre o tema; leitura do Manifesto (2ª parte); encerramento: Samba da Mangueira.

O B S: Durante a Caminhada, cantaremos as músicas compostas pelo pessoal da EM Goiás (Carlos, Rosil e Irineudo) e da Casa Comunitária de Guadalupe (Wallace, Daniel e Marcos).

Lembrar da Grande Marcha contra a Farsa da Abolição, 4ª feira (encontro do pessoal das Escolas Públicas: 16 horas, esq. Uruguaiana c/ Pres. Vargas, próximo à saída do Metrô), da Missa dos Quilombos, 5ª feira, nos Arcos da Lapa.

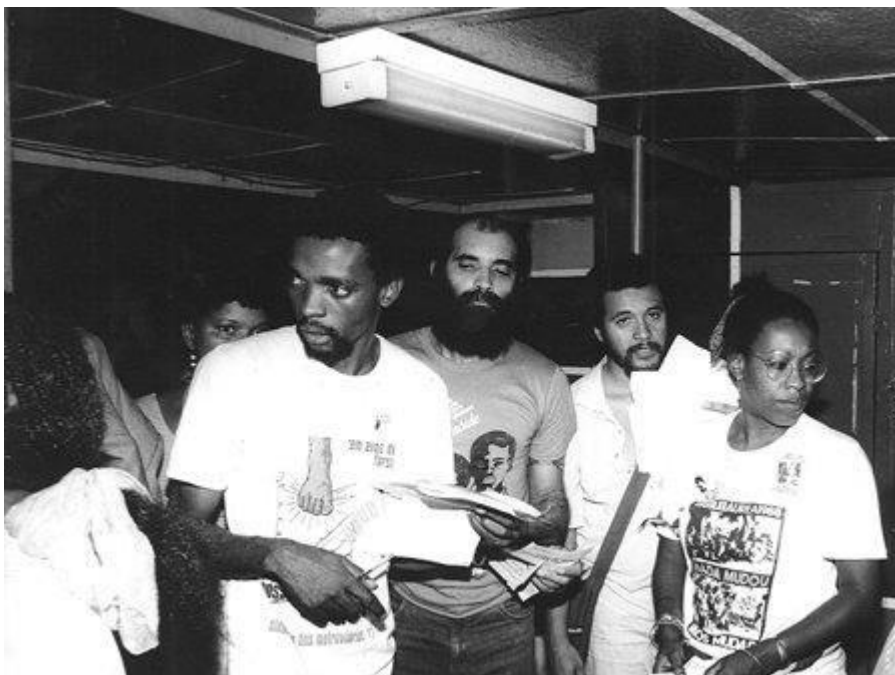
REUNIÃO COM OS GRÊMIOS PARA AVALIAÇÃO DA CAMINHADA e NOVAS AÇÕES:  
3ª feira, 17/5, 14 horas, auditório do 4º andar do Centro Administrativo da Cidade.

3) Memorial Zumbi: afixação dos cartazes e colagem; apresentação de números das escolas sobre o tema; leitura do Manifesto (2ª parte); encerramento: Samba da Mangueira.

C E S: Durante a Caminhada, cantaremos as músicas compostas pelo pessoal da EM Goiás (Carlos, Rosil e Irineudo) e da Casa Comunitária de Guadalupe (Wallace, Daniel e Marcos).

Lembrar da Grande Marcha contra a Farsa da Abolição, 4ª feira (encontro do pessoal das Escolas Públicas: 16 horas, esq. Uruguaiana c/ Pres. Vargas, próximo à saída do Metrô), da Missa dos Quilombos, 5ª feira, nos Arcos da Lapa.

REUNIÃO COM OS GRÊMIOS PARA AVALIAÇÃO DA CAMINHADA e NOVAS AÇÕES: 3ª feira, 17/5, 14 horas, auditório do 4º andar do Centro Administrativo da Cidade Nova.



No caminhão principal da Marcha de 1988, uma parte do comando da Manifestação do Movimento Negro. Na Foto da esquerda para direita Elias Alfredo, Silvia Mendonça, Amauri Mendes, Gil e Suzete Paiva

JORNAL DO BRASIL

Cidade

quinta-feira, 12/5/88 □ 1º caderno □ 14-a

## Marcha dos negros mobiliza grande aparato militar

Golpe de Estado? Renúncia do presidente Sarney? Intervenção militar no Rio de Janeiro? Depois do meio-dia de ontem, estas dúvidas marelaram as cabeças de quem circulavam pelo Centro da cidade. E não foi à toa. Em defesa do Pântano onde estão os restos mortais de seu patrono, o Duque de Caxias, que, segundo nota oficial do Comando Militar do Leste, corre o risco de ser desrespeitado durante a Marcha dos Negros Contra a Farsa da Abolição, o Exército montou, com 600 soldados, o maior aparato repressivo visto na Avenida Presidente Vargas desde o começo do regime civil, em 1965.

Nenhum dos organizadores da Marcha sabia explicar de onde o Comando Militar do Leste tirou a informação de que os manifestantes pretendiam fazer alguma coisa contra Caxias. "As atas de nossas reuniões para a organização da passeata mostram que o nome de Caxias jamais foi mencionado", disse Januário Garcia, presidente do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra e um dos líderes do movimento.

Mesmo assim, a mobilização militar conseguiu, com a ajuda do Batalhão de Choque da PM, impedir que cerca de 5 mil pessoas realizassem integralmente a "primeira marcha negra da história do Brasil". O percurso original da passeata, marcada para começar na Candelária e terminar em frente ao monumento de Zumbi, na Praça 11, foi liberado pela manhã numa reunião entre as lideranças do movimento negro e o secretário de Polícia Civil, Hélio Sabero. Atendendo a um pedido do secretário, os manifestantes concordaram em usar apenas a faixa esquerda da avenida, para não paralisar



O Exército participou do dispositivo de segurança no Centro da cidade até a noite

## Pais tornam-se sócios em escola alternativa

A vontade de participar da educação dos filhos levou alguns pais, em Petrópolis, a tornarem-se sócios de uma escola particular para garantir o bom ensino a baixo custo. A escola, hoje, tem 28 alunos no pré-escolar e primeiro grau, oferecendo uma grande área verde para praticarem as lições de ciências e uma casa com três pavimentos, conservada e restaurada por mutantes de pais, que se revezam na administração.

A ideia de abrir a escola à participação dos pais surgiu em meados do ano passado, durante uma reunião em que os proprietários do Colégio Colômbia, que funcionou anteriormente no prédio, começaram a impossibilidade de proseguir o seu projeto de ensino alternativo face aos aumentos sucessivos nos custos. Os pais decidiram montar o trabalho, participando como sócios da administração escolar e como conselheiros na parte pedagógica.

A escola funciona na Rua Almirante Tamandaré, área residencial próxima à Rua D. Pedro, no centro de Petrópolis. Os 28 alunos frequentam aulas à tarde, ministradas por quatro professoras (só há turmas até a terceira série, por enquanto) e acompanhadas por uma coordenadora

contratada. Dois funcionários realizam os pequenos serviços no prédio, já que os gradados são feitos em mutirão pelos próprios pais. Num quintal com muitas frutíferas, alunos e professores criam animais domésticos e cultivam uma pequena horta, que muitas vezes serve à cozinha da escola.

Qualquer pai pode se tornar sócio da Associação. Basta contribuir os filhos da escola e pagar 10 OTNs — que podem ser divididas em 10 parcelas mensais — além da mensalidade. A mensalidade não é baixa, mas ainda é inferior às das outras escolas particulares de Petrópolis. — C25 6 mil 200, em maio.

"Não temos finalidade de lucro. Estamos ganhando todos se garantirmos uma boa educação para as crianças, e conseguirmos evitar os aumentos das mensalidades em até 40% no seguinte, como ocorre com as escolas particulares de todo o país", diz a escritora Eliane Maciel, que tem um de seus seis filhos matriculados na Associação e é encabeçada da divulgação do projeto alternativo. "Já somos considerados de utilidade pública e as empresas que querem fazer doações podem descontar do imposto de Renda."

Edição do Jornal do Brasil de Quinta Feira 12 de Maio de 1988. Documento compartilhado por Silvia Mendonça, militante histórica do Movimento, do comando da Marcha de 1988 e uma das fundadoras do Comitê de Duque de Caxias.



Fotos do Acervo pessoal da Militante Histórica do Movimento Negro Silvia Mendonça, do Comando da Marcha e fundadora do Comitê do Movimento Negro de Duque de Caxias. Em

1988 os Comitês do Movimento Negro foram muito importantes para realização da Marcha de 11 de maio, Contra a Farsa da Abolição. Essa foto registra o dia do lançamento do Comitê, no sábado de 26 de março de 1988.



Coluna da Polícia do Exército do Comando Militar do Leste para impedir que a trajetória da Marcha de 1988 passasse pelo Panteon de Duque de Caxias, Av. Presidente Vargas.

## ANEXOS 2:

### ENTREVISTAS COM INTEGRANTES E EX-INTEGRANTES DO MOVIMENTO AVANÇAR E COLETIVO DE ESTUDANTES NEGRAS E NEGROS – DeNegrir-UERJ

- **Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2023**

**Entrevista realizada via GoogleMeet (<http://meet.google.com/rah-pqcs-kyc>)**

**Horário 17:00h**

**Entrevistador: Cyro Garcia Junior**

**Entrevistado: Ras André Guimarães**

**Tempo de Entrevista 1h 2min 42seg**

#### **1ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR** – Nome, Idade, Naturalidade, Formação e Como você chegou à Universidade e ao Movimento Negro?

**RAS ANDRÉ GUIMARÃES** – Meu nome é André Luiz Guimarães Daniel, idade de 43 anos, nasci no dia 10 de abril de 1980, sou natural de São João de Meriti, município da Baixada Fluminense. Sou formado em História e Teologia. Chego à universidade através do Movimento de Pré-Vestibulares Comunitários, que surge na década de 1990 e aí eu vou ter acesso à formação no chamado Núcleo de Pré-Vestibular Comunitário e na sequência eu sou aprovado com bolsa de estudos na Fundação Educacional de Duque de Caxias – FEUDUC, onde inicio meus estudos, graduação em História no ano de 2002. Em 2005, faço uma prova de transferência externa e sou aprovado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nesse momento eu inicio o Movimento Estudantil Negro. O Movimento Negro eu começo atuar paralelamente quando chego ao Pré-Vestibular Comunitário. Chegando ao Pré-Vestibular Comunitário eu tenho acesso a formação, leituras e acesso a uma percepção mais ampla de política. Sou de formação protestante-pentecostal (Assembleia de Deus), meu Pai Sindicalista-Ferroviário e minha Mãe Dona de Casa-Evangélica. Tive a oportunidade de ver meu Pai na atuação sindical, mas muito de forma muito orgânica e sem muita reflexão. A partir do Pré-Vestibular Comunitário, com as aulas de Cultura e Cidadania foi o espaço do qual gosto de dizer que foi o meu espaço de formação política. E, obviamente, foi o lugar onde eu tive maior acesso ao Movimento Negro, porque tive condições de estar próximo aos agentes Pastorais do Negro e de conhecer as pessoas ligadas ao GRUCON- Grupo de Consciência Negra, paralelo a isso eu conheci algumas figuras do MNU – Movimento Negro Unificado, só

conhecia, não tive uma abertura. Só depois, bem depois eu vou ter acesso de forma mais participativa a essas organizações.

## **2ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – O que é o DeNegrir? Como você definiria essa organização?

**RAS ANDRÉ GUIMARÃES** – O DeNegrir é desdobramento de um fenômeno interessante que acontece na UERJ no semestre de 2005. No momento que tivemos a oportunidade, na época, nós integrávamos o Coletivo Estadual de Estudantes Negros, uma iniciativa não regulamentada, não tinha uma regulamentação, não tinha um documento, não tinha uma carta de princípio, mas era um movimento, digamos, espontâneo. Esse movimento do CENEG tinha algumas linhas de conexão. Tinha o CONEI, que era a Comunidade Negra do IFCS-URFJ que tínhamos ali, alguns militantes como o Rogério José, Ellen Barcelos, Leonardo Bento. Eu ia de vez em quando e tinha o Zé Carlos, que era funcionário do IFCS que viabilizava espaço de reunião, onde tinha ali, Márcio André. Havia outras pessoas que participavam da Comunidade Negra do IFCS, pessoal da PUC e tal. Depois esse grupo racha e ampliando-se para outros estudantes negros de outras universidades. Era eu da FEUDUC, uma galera que frequentava o Coletivo Lélia Gonzalez que era lá da PUC, tinha o irmão Fabio, o Alexandre, o Lincoln, o William e algumas meninas que estudavam lá., Silvia, Fabiane e Elaine, essas meninas participavam mais do IFCS – CONEI.

Eu participava das reuniões do Coletivo Lélia Gonzalez também, que era um setor mais radicalizado. Tinha nosso Irmão Fabio Florêncio, que hoje assume o nome de Kwesi. Então eu circulava, entre o CONEN, o LELIA e CENEG. Eu compartilhei junto à galera de ir para a UERJ, na época o Rogério encorajou, tipo “vai para UERJ sim, irmão!”. Eu já estava quase terminando história na FEUDUC, já estava 5ª período. E aí, já nos reunimos no Espaços Afirmados, tinha uma articulação ali, Rogério junto ao Espaços Afirmados, que era um espaço junto ao Laboratório Políticas da Cor, próximo ao PPCor – Programa Políticas da Cor, que foi uma assessoria de estudantes oriundos das políticas de Cotas tendo como direção Pablo Gentili, Emir Sade e uma galera da CLACSO. Eles preparam um espaço onde havia computador, tinha aula de redação, aula de metodologia de pesquisa para os estudantes oriundos das ações afirmativa. E na época, sabíamos que não estávamos defasados da questão acadêmica, da questão de produção, mas já existia um peso muito maior em cima dos estudantes oriundos do sistema de cotas, ali começamos a conversar. Eu tive a oportunidade de encontrar, nessas reuniões, Rodrigo

Reduzino, compartilhando com ele que estava indo pra UERJ tinha feito a prova, que estava aguardando resultado mas que estava muito confiante que tinha passado. Ele por outro lado achou muito legal. Eu comentava com ele que o Movimento Estudantil da UERJ era reacionário, era racista e tinha os pretos apenas como tarefeiros, cumpridores de tarefa.

Chego à Universidade, no segundo semestre de 2005. Começamos a conversar com a galera por que na semana dos Calouros, algumas semanas depois abria o edital de inscrições de chapa para o DCE – Diretório Central dos Estudantes. Chego à universidade encontro o Rodrigo Reduzino, juntamente com Orlando, que é um grande irmão que estava na luta. Orlando participava das reuniões do CENEG lá nos espaços afirmados. Participavam das reuniões do Espaços Afirmados Orlando, Ellen, Adriano, Cyro Garcia Jr.

Na primeira semana de aula tivemos a oportunidade de recrutar a galera. Falei com Luciene, encontrei Cizinho e começamos a conversar, a reunindo a galera com o objetivo de disputar as eleições. Durante um tempo fizemos reuniões, no pátio, ali próximo do auditório. Chamávamos o povo para as reuniões ate que conseguimos mobilizar componente. Então foi Reduzino, Hugo que também participou das reuniões do CENEG dentro dos Espaços Afirmados, daí em diante algumas pessoas que vão vir também, como Luane Bento, Elle, Allyne e vão começar participar da reunião com objetivo de se mobilizar para poder disputar a chapa, que deu origem a chapa AVANÇAR, uma chapa inédita. Uma Chapa que foi 100% preto, que disputou o DCE e gerou alguns ruídos. Porque tínhamos algumas figuras na universidade que não queriam esse tipo de situação, querendo ficar mendigando dos interesses e dos desejos da chapa que era majoritariamente do PT, que tinha o PCdoB, PSTU. Às vezes vinham com os independentes, uma galera do PCR e uns setores que ficavam por ali circulando. Na época, não tínhamos o PSOL, estava em construção. Estávamos disputando com essa galera. Nós, Chapa Avançar, éramos 100% só de preto e que estávamos extravasando e criando uma ruptura com o tradicional Movimento Estudantil, inclusive, esse tradicional Movimento Estudantil era contra as Cotas. Tenho alguns recortes de Jornal que mostra M que tanto PCdoB e como alguns setores ligados ao PSTU e setores do PCR tinham dificuldades de assumir as ações afirmativas. Tanto que houve um Congresso, o CONEB da UNE de 2003-2004 que defendemos nesse congresso que se colocasse à mesa o debate sobre as Ações Afirmativas, que o PCdoB e o PT eram contra. Havia uma Professora chamada Giovana Xavier. Eu estava nesse congresso, CONEB da UNE lá

em São Paulo, estava Rogério José e Eu, e Giovana Xavier que estava na Chapa do REFAZENDO gritava contra as Cotas, falando que as Cotas eram uma estratégia de dividir a universidade pública. Na época, nós assumimos uma posição das Cotas que o Movimento Negro ainda não estava convencido. Tínhamos figuras como Ivanir, o próprio PVNC – Pré Vestibular para Negros e Carentes em que tinha uma posição reacionária em relação às cotas, dizendo que as cotas fragilizariam a educação pública de qualidade. É interessante, vendo essa galera hoje fazendo essa discussão nós somos defensores. Mas lá atrás nós éramos considerados os reacionários e eles se colocavam como os radicais de esquerda, que estavam zelando pela educação pública. O Coletivo de Estudantes Negras e Negros estavam numa articulação junto com uma galera de Brasília com um povo da UFBA, do NENOS UFFS – Universidade Federal de Feira de Santana. Essa galera junto com o ENEGRECER da UNB, estava articulando um debate nacional em relação aos estudantes negros. Então depois das eleições do DCE-UERJ, o Coletivo que se torna DeNegrir, se pensou a necessidade de se ter um Coletivo organizado para dar sustentação política aos estudantes que estavam ocupando o cargo, tanto da parte executiva e no corpo do DCE, então foi nossa irmã Luciene que era da Pedagogia e, depois a desistência de nosso irmão Orlando, é escolhido nosso irmão Hugo para assumir no corpo como estudante de Filosofia. O Denegrir é fruto desse movimento de estudantes que estão discutindo e disputando espaço estudantil dentro da universidade. Consequentemente o DeNegrir surge pra isso. Surge com esse objetivo, de ser um lugar de fortalecimento, de acolhida, de luta e de muitas coisas interessantes que o Coletivo pode fazer dentro da universidade. Claro, depois teremos um problema sério de personalismo, de desvio do que se propôs a ser o coletivo inicialmente. Entretanto, o Coletivo surge do objetivo de disputar o Movimento Estudantil e ser um lugar de fortalecimento dos estudantes e das estudantes, negras e negros da UERJ.

### **3ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Qual o ano e mês do surgimento do movimento avançar e Denegrir? O que muda no cenário da UERJ?

**RAS ANDRÉ GUIMARÃES** – Eu não estava no dia que colocaram o nome de DeNegrir. Foi no dia que rolou uma parada na casa do Cizinho. Por alguma circunstância eu não pude estar lá. Na época, lembro, que Ras Romeu apareceu na reunião e a proposta do nome DeNegrir foi de Ras Romeu. Essa reunião foi na casa do Cizinho que morava

ao lado UERJ. Pensou no ADINKRA, que era o símbolo da chapa Avançar, como símbolo do DeNegrir. Isso foi em 2005. A galera começou a se reunir na sala, as situações em relação ao racismo começaram a pipocar. O Coletivo se consolida de forma muito bonita, porque vamos ter gente da Engenharia, das humanas do 9ª andar, gente do Direito. Não conseguimos avançar para Medicina na época, acho que foi uma grande barreira que tivemos e uma grande perda não ter conseguido ganhar a galera da Medicina naquele momento. Como o Haroldinho ficava em outro lugar e a maioria ficava por ali mesmo Campus Maracanã, nós não tínhamos muito acesso ao Campus Haroldinho. A Chapa e o DeNegrir ficou muito circunscrito ao campus Maracanã. Por exemplo, FFP, nossa galera não ampliou para lá. A FEBF-Caxias, nossa galera não conseguiu ampliar para lá. Ficou muito centralizado no Campus Maracanã, na verdade foi um outro erro, visto que até hoje não fizemos um balanço disso, contudo não deixamos de ter votos lá. Tivemos votos na FEBF e por incrível que pareça na FFP, sem contar a unidade de Rezende onde nunca estivemos.

O que muda? O que muda na UERJ é que há uma correlação de forças. Os estudantes negros não são os estudantes negros despolitizados que precisavam de uma “grande organização” partidária para dar uma direção. Esses estudantes começam a se perceber como protagonistas capazes de gerar transformações. O Cenário do Movimento Estudantil na UERJ muda, porque não há mais chapas tradicionais, apenas organizadas pelos partidos. Você vai ter ali um grupo de autônomos, claro marcadamente de esquerda, eu, particularmente, tenho uma formação de esquerda, filiado ao PT, participei de um coletivo orgânico Raça e Classe. Mas quando o PT assume o governo federal, eu me desfilio, me afasto do partido. Logo eu me torno ali, uma pessoa crítica ao governo federal, crítico ao PT, e fazendo uma discussão que o Movimento Negro estava fazendo, principalmente, o MNU. De discutir o protagonismo de negros e negras, e denunciando a conjuntura política de uso dos pretos como massa de manobra. Do Lula como um “Grande bem feito”, na realidade não era. A Lei que Lula vai assinar em 2003, que dá uma ampliação as ações afirmativas é fruto do Movimento Negro, não é fruto da benesse do Lula. Em 2002, 2001 e 2000 os Pré Vestibulares estavam lá debatendo com o governo FHC acesso. Vamos ter uma grande mobilização em 1998, que foi uma sabotagem dos Pré Vestibulares junto, na época, com a UJS naquela greve na UFRJ, uma greve radicalizada que pela primeira vez não teve vestibular. A galera do Pré Vestibular Comunitário tencionando o Movimento de Greve da Universidade que não suspendia o vestibular. Era uma Greve radicalizada nacional de 98. Os Pré-Vestibular estavam no

Fórum em relação a ALCA, os Pré-Vestibulares estavam acontecendo e estavam fazendo a luta. Tanto é que em 2002 nós vamos ter o ato que resultou na grande visibilidade para os Pré-Vestibulares Comunitários na implementação da Lei de Cotas na UERJ. A implementação de Lei de Cotas na UERJ é resultado de luta política dos Pré Vestibulares Comunitários, uma vez que as organizações estudantis estavam em dúvida em relação ao caráter positivo e de luta das ações afirmativas.

O Cenário dentro da Universidade muda, só não mais os clássicos brancos e brancas que têm algum tipo de remuneração de mandatos onde estão fazendo política dentro da universidade. São pretas, pretos, pessoas de comunidade, pessoas de bairro periférico, Baixada Fluminense, de famílias pobres que estão lá fazendo a disputa, a discussão, em que estão falando o que é importante para eles. O cenário era esse. E agora, os estudantes negros representados pelo DeNegrir são chamados para o debate. Estão dentro do DCE, disputando a política estudantil, reivindicando condições para os estudantes. Essa é a grande mudança, os professores não podem falar futilidades racistas. Por quê? Porque os estudantes estão atentos. O tratamento não pode ser mais diferente, e a representação deles, por mais equivocada que depois é que foi. Por que o DeNegrir não conseguiu ter capacidade de ser e manter a escuta, de ter assembleias abertas, de ouvir ali os estudantes, mobilizando os estudantes negros dentro da universidade, com plenárias e grupos de trabalho, nós não conseguimos fazer isso. Até porque, na época, éramos muito entusiastas, a experiência política ainda estava em processo de construção, flertando depois com o que se conceituou mais tarde por Afrocentricidade, mas ao mesmo tempo havia uma discussão de Raça e Classe, tinha um setor interno que tinha dificuldade e que rechaçava tudo relacionado à esquerda, entretanto, por outro lado, descobrimos depois, que muita gente era reacionária, estavam ali no meio de nós e estava rolando uma situação de esvaziamento, ou seja, nós estávamos em disputa.

O que quero contribuir e dizer é que, a UERJ não foi mais a mesma. A UERJ teve um grande corte de Raça e Classe dentro da universidade e nós estávamos ali fazendo a discussão.

#### **4ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Fale sobre a atuação política do DeNegrir. Suas tensões e suas disputas no Movimento Estudantil.

**RAS ANDRÉ GUIMARÃES** – o DeNegrir era um espaço que acolheu muita gente. Havia uma galera que vinha de uma política de esquerda de partido, eu e você também.

Estávamos num setor que conseguíamos dialogar. Inclusive muitas intervenções dentro do cenário, dentro da política institucional da UERJ. Muitos irmãos que eram corpo do DCE não se posicionava, quem se posicionava era você ou era eu. Muitas vezes foi assim que aconteceu. Quando você faz a ruptura com PSTU e abraça o Coletivo, claro, gerou tensionamento com a galera que antes seus aliados no PSTU, eu causei um mal estar com setores que outrora eu dialogava do PT, Gustavinho e aquela galera toda, gerando aquele tensionamento todo. A Ellen Barcelos que caminhou com a gente na construção da Chapa, a proposta dela era que nós integrássemos na Chapa do PT, por que tinha ela como figura e que ela ganharia cargo, tanto é que ela ganhou o cargo dentro do DCE na época para fazer política contra nós.

Eu gosto de pensar que nós éramos diversos dentro do DeNegrir e conseguimos construir um setor mais combativo. De discussão e disputa, que era Eu, você, Reduzino que não pode esquecer que esse irmão foi muito importante nessa discussão. Em seguida, teremos também a figura do Cizinho, que vai tentar ali fazer as intervenções, mas de maneira muito tímida. Nós tentamos ensaiar uma aproximação do DeNegrir com o MNU, tivemos a oportunidade de levar lá na época o Haroldo, o Elias e o Julinho Condaque para fazer o dialogo. Tivemos algumas filiações no MNU do DeNegrir, que também resultaram em ações importantes, depois, eu lembro da tarefa sua, Cyro, de escrever a tese, dentro do que a galera hoje nem tem ideia. Fomos nós enquanto DeNegrir, dentro do MNU, disputando o que depois virou ENJUNE. A galera sabotando, ai eu lembro que havia o rapaz que era mulçumano chamado Onêre, nós na disputa e fazendo a discussão negra estudantil. Naquele momento a ANEN já havia se fragmentado indo para o MNU para construir o ENJUNE, que foi uma loucura. Há muita coisa! Precisamos fazer um trabalho conjunto para resgatar essa memória.

O DeNegrir fez esse movimento de fazer conversas, houve articulações fora do Brasil. Lembro que, também, um galera foi ao STF defender as Cotas. Nessa época eu já não estava tão ativo. Foram os meninos e as meninas do DeNegrir. Então tivemos uma atuação potente. Nesse momento tivemos a aproximação de alguns mandatos, como o da Jurema Batista, tivemos um problema por que descobrimos que o Erivelton recebia uma certa ajuda. Na época, por outro lado, não tivemos maturidade para administrar isso, que, talvez, pudesse ter sido interessante. No entanto tínhamos muita resistência ao PT que sempre usou a nossa galera para se dar bem. Depois fica evidente que a política estudantil, realizada na UERJ, não dava conta da realidade de estudantes negros.

Não dava conta, não tinham postura, não tinham política e não tinham condições nenhuma de falar e negociar por nós.

Tivemos muitas questões equivocadas? Tivemos. Todavia é inegável que o Coletivo construiu uma visibilidade, discussão e impôs uma outra leitura, escuta e acolhida as reivindicações. Em relação aos aspectos harmônicos, durante um tempo conseguimos resolver nossas crises e debates internos saindo unificados para fora. Chega um tempo que essa condição ficou muito fragilizada, porque no DeNegrir alguns setores se uniram em torno de uma política que não tinha o objetivo de alcançar mais os estudantes, apesar disso uma política personalista, personificada e de negociação com a reitoria. Não em prol de uma agenda dos estudantes, porém uma discussão de lugar de privilégio. Tanto que depois que o Coletivo conseguiu a sala o DeNegrir some do debate estudantil. Isso é algo duro e muito triste que ainda guardo no coração fazendo algum sentido. Em algum momento desistimos da disputa estudantil. Isso foi uma traição aos estudantes. Porque os estudantes contavam com a gente, contavam com a nossa posição. Os estudantes contavam com a nossa luta. E quando a gente assume o Coletivo, assumimos enquanto estudantes negros e negras da UERJ. Mas depois que foi adquirida a sala passamos a ter um diálogo mais institucional, nesse momento foi o início da traição, na minha avaliação. Daquilo que a gente se propôs a ser no início. Sabemos a tarefa do militante na construção, como dizia Amílcar Cabral que o quadro político tem a tarefa educadora. Que o quadro político tem a tarefa da educação. Tanto do partido como do movimento, durante muito tempo nós falhamos com isso.

## **5ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Qual a relação do DeNegrir com o Movimento Negro? Seus aspectos Harmônicos, Conflitivos e Colaborativos?

**RAS ANDRÉ GUIMARÃES** – Os aspectos harmônicos, inicialmente, foram que nos colocamos uma alternativa da organização, da luta. Aquela vez da Nota de Corte, que fomos para plenária e tensionamos em relação a isso. No que concerne aquela situação de estágio que vieram enquadrar a galera a respeito do padrão estético para o estágio que deveria estar com o cabelo arrumadinho. Sobre o estágio do SEPLAG e os estudantes reivindicando auxílio estudantil, e a diretora dá o papo “Por que os estudantes precisam estar ali limpinhos com o cabelo arrumadinho”. Na época, você estava com o Black estufadão, soltando os Dreads eu perguntei “Por favor, como é esse negocio de

arrumar o cabelo? E ele aqui, o que ele vai fazer com o cabelo dele?” o auditório venho abaixo com os estudantes vibrando com a nossa posição. (Risos)

Assim, nós começamos a enquadrar a universidade de como tratar os pretos e pretas. E a galera do movimento estudantil com medo, porque todos os debates em relação à universidade nós estávamos lá. Sempre levantávamos a questão racial, de forma radicalizada causando muito mal estar. Isso foi conflitivo, com certeza! Lembro da Greve, não lembro o ano, da ocupação da UERJ. Em que nós radicalizamos com a seguinte palavra de ordem “Ou é Greve Geral com os estudantes e implicando com Vestibular ou essa Greve é fachada” e, claro, muita gente do DCE ficava de lado porque não queria comprar desgastes.

O colaborativo eram as lutas. Nós estamos em todos os debates e em todas as lutas. Quero destacar justamente isso. O DeNegrir prestou um grande serviço ao conjunto do Movimento Negro, fazendo os debates do movimento negro na universidade. Tudo isso como fruto das ações afirmativas. A importância das ações afirmativas foi de alcançar esses espaços. Até chegar o jovem à universidade tem um processo de genocídio que funciona como uma peneira. Acontece quando o cara não morre na maternidade vítima de uma saúde obstétrica violenta, quando o cara extrapola isso a infância na escola, junto com a família, é uma infância de sofrimento. Falta de alimentos básicos, violência no território. Quando não morre ali, nesse lugar, de bala perdida, de fome ou da violência do estado. Esse preto e preta entram no ensino médio, totalmente fragilizados e arrebatados, e quando sobrevivemos a isso, nós entramos na universidade. Mas quantas outras políticas públicas que fortaleceriam suas existências foram negligenciadas ao longo da jornada? Por isso entendemos as ações afirmativas como algo tático dentro do grande conjunto estratégicos pensando o poder político do país. Outra coisa, falta o trabalho de formação política. Perdemos a mão na formação política. O que nós tínhamos nos Pré Vestibulares Comunitários como ação de Cidadania se perdeu. Hoje na universidade Pública pode ter um Fernando Holliday como pode ter um Fernando Senzada, que passaram de forma oportunista pelo movimento negro, bebeu do movimento de esquerda, se graduou, fez mestrado, doutorado através das políticas públicas de ações afirmativas e hoje tem a coragem de dizer que elas não são necessárias.

## 6ª PERGUNTA

**CYRO GARCIA JR.** – Qual a importância das ações afirmativas para a população negra? Tensões, avanços e potencialidades.

**RAS ANDRÉ GUIMARÃES** – Eu acredito que o seu trabalho de pesquisa é muito importante para isso, porque está apontando para gente a partir de um método, de uma pesquisa, sério e profundo, de maneira científico e metodológico. Do bom jeito de fazer pesquisa e do nosso jeito militante. São dados importantes que você vai trazer, justamente por que você está acompanhando a Marcha de 88, acompanhando os desdobramentos políticos dessa Marcha. E essas paradas que estão vendo hoje e discutindo, não caem do céu, não caem do pé de goiabeira, do pé de manga. É fruto de um debate e muita luta. Fazer uma avaliação do impacto das ações afirmativas é algo que a gente não teve coragem de fazer. Você está fazendo no âmbito da UERJ, mas olha quantas outras universidades, quantas famílias e olhas quantas estruturas, possivelmente, foram mudadas com pessoas que ingressaram com a cabeça, com o coração e que ocuparam espaço?

Depois vamos observar que uma outra geração que entrou não deu a devida importância a tudo que se conquistou. Uma geração de uma galera que vai entrar para a universidade e não vai ter esse lugar de acolhida e formação política. Era isso que o DeNegrir se pretendeu no início e que depois se perdeu. Ficamos preso no lugar da manutenção do consenso. Não conseguimos avançar mais na política, assim como observamos esse fenômeno em outros coletivos também, como o próprio Enegrecer, o NUNE- UFFS, o CONEI- Comunidade Negra do IFCS-UFRJ, o Lélia Gonzalez – PUC-RJ que depois virou TEIA, mas que também se perdeu. O que aconteceu com os Coletivos Estudantis Negros? A suspeita que tenho, é que foram mais uma vez sugados pela tradicional política estudantil branca, que transformou uma agenda, uma causa e uma luta em um puxadinho do discurso deles.

Acho que sua pesquisa, ela é muito potente e muito frutífera porque está buscando identificar essas causas e motivos de retrocessos e avanços. Até hoje ninguém discutiu o que foi o ENJUNE, os desdobramentos do ENJUNE. Os desdobramentos do Movimento Estudantil Negro em suas universidades. O que aconteceu no IFCS –UFRJ? O que aconteceu no Enegrecer em Brasília? O que aconteceu com o Coletivo de Estudantes Negros da UFBA? Algumas figuras do ENJUNE foram para o governo, como o filho do Miltão, o Samori. A Ângela Guimarães que, hoje, é secretária de Igualdade Racial pelo PCdoB era do ENJUNE. E qual os desdobramentos políticos do

ENJUNE e qual as lideranças políticas que esse ENJUNE produziu? O ENJUNE – Encontro Nacional de Juventude Negra ocorreu em 2007-2008, se não me engano. O DeNegrir fez essa discussão aqui no Rio. O ENJUNE surge dentro do MNU articulado junto a jovens e dirigentes do MNU ligados ao Miltão em Campinas, como Onêre, Tom, Samori, Thais Zimbabwue, Reginaldo Bispo. Depois esse grupo perde o controle do processo para Juventude do PT que mais tarde se tornaria o ENEGRECER.

Em 2005, tivemos um grande racha nisso que se consolidou por Movimento Negro Estudantil por causa da Marcha Zumbi + 10, porque o povo de Brasília rompe, que tinha o Jornal Erohin, rompem com aquilo tudo para poder cair na pauta de um dirigente do PT, que estava articulando a Marcha Zumbi +10 em São Paulo. Havia uma crise, depois todo mundo foi para Brasília. Havia um povo que queria Marchar dia 15 e o povo que queria Marchar dia 20 de novembro. Tiveram duas Marchas, uma coisa vergonhosa. As ações afirmativas geraram esse espaço político, viabilizando pessoas e grupos que se organizassem e disputassem essa arena pública.

➤ **Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2023**

**Entrevista realizada via GoogleMeet (<http://meet.google.com/ptp-cvuj-mrd>)**

**Horário 16:00h**

**Entrevistador Cyro Garcia Junior**

**Entrevistado Clarissa França**

**Tempo de Entrevista 1h 29min 50seg**

**1ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Nome, idade, Naturalidade, formação e como chegou a universidade e ao movimento negro?

**CLARISSA FRANÇA** – Me chamo Clarissa Marques Santos França, tenho 39 anos, natural de Sergipe. Sou Advogada, atuo na área e sou pós graduada nessa área. Chego ao Movimento Negro na Universidade. Meus pais foram universitários e para mim era algo que já estava traçado. Quando eu cheguei, fui ingressa na UERJ, entrei em meio a um furacão de discussões e assim nós formamos o DeNegrir. Eu cheguei quando se iniciava as reuniões para realização do Movimento Avançar. A primeira reunião que teve foi para organizar uma chapa só com pessoas negras. Saí dessa reunião convencida das nossas tarefas. Eu sou de Aracaju, sempre estudei aqui e fui para o Rio de Janeiro só para prestar o Vestibular. Porque eu queria ser diplomata, alguém me disse que eu teria que fazer Direito num grande centro. Ai, eu fiz vestibular em Brasília e não gostei,

achei muito ruim a cidade e meu sonho era morar no Rio de Janeiro. Fiz o vestibular, primeiro eu passei em Sergipe e numa universidade privada no Rio. Porque eu sabia que minha mãe não me deixaria ir para o Rio de Janeiro se eu não tivesse passado em nada. Eu passei em Relações Internacionais e ela me deixou ir por que não tinha em Aracaju. Eu fui, mas eu achei muito fraco o curso. Fiz 6 meses. Depois saí e voltei para o cursinho, foi quando eu fiz Direito. Realizei o Vestibular e não conhecia a UERJ, meu sonho era passar na UFRJ. Primeiro passei em Direito na UFRJ, comecei a fazer Direito entretanto, passei na UERJ na primeira reclassificação. Todo mundo dizia que a UERJ era a melhor, porém eu não me importava porque meu sonho era estudar na UFRJ, só que a universidade era um caos, não tinha aula. O povo me incentivou ir para a UERJ, decidi a fazer Direito na UERJ e na UFRJ eu mudei de curso fui para História. Acabou que eu larguei a História e segui só com o Direito. Isso tudo aconteceu no de 2003, começando no segundo período de 2003.

Eu conheci o Cizinho num evento da UERJ, minha turma do Direito era dividida, os brancos de um lado e os pretos do outro. Tinha uma garota que era a Monique, que era do Criola, ela era militante. Eu fui num evento de Capoeira com Allyne Andrade que era a minha caloura e aí Cizinho venho chamar a gente para essa reunião. Chegando à reunião, lá também estava o André. Fiquei lá ouvindo e eu era do Centro Acadêmico de Direito da UERJ, eu já sabia o que era ser preta. O DeNegrir nasce em 2005, eu já estava na UERJ há 1 ano e meio. Daí em diante comecei a participar, eu não fiz parte da chapa, porque eu era do CACO e a galera do CACO falava super mal da chapa dizendo que era um povo que queria dividir o movimento. Eu ouvi de um lado e achava coerente, ouvia do outro e não concordava, assim segui junto ao Movimento Negro. Assim eu rompi com o CACO, seguindo a construir a Chapa Avançar. O próprio Movimento Negro na figura de algumas pessoas que procuramos foram contra, acharam que estávamos fazendo idiotice, ouvimos coisas do tipo “eu tanto para esses garotos da UERJ fazerem uma chapa” não tivemos apoio de nenhuma das organizações antigas que eu tenha conhecimento. Não entenderam o espaço de formação e o espaço de disputa que era a universidade. Procuramos o Criola, o Ivanir, a Educafro e eles não aceitaram bem a ideia.

## **2ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – O que é o DeNegrir? Como você definiria essa organização?

**CLARISSA FRANÇA** – Eu definiria o DeNegrir como um grupo de pessoas pretas querendo fazer alguma coisa, e que se uniram, e que o mais importante era ter o grupo,

mesmo com todas as divergências, achava muito ter o grupo. Eu não concordava com posturas de racha ou sair. Não via sentido nos rompimentos, porque não via como um problema programático ou de objetivo, era muito por que questões pessoais. Eu sou muito mais pragmática e dizia que estava ali pra fazer política. Hoje em dia vejo que era um espaço de resistência e de existência, onde nos juntamos para sobreviver a realidade da universidade, do ponto de vista existencial, no qual teríamos um lugar de resistência, onde, principalmente, o que você sente é acolhido, porque o que você sente é o que o outro também está sentindo. Em outros espaços que você fala o que você sente, as pessoas falam que tal isso é “coisa da sua cabeça” ou “você só vê racismo”. Esse foi o primeiro lugar que eu consegui identificar o mal estar que eu sentia. Dar um nome para o mal estar que eu sentia de viver nessa civilização. Eu tinha vários problemas, porque eu sempre vivi entre brancos. Então eu tinha vários problemas de autoestima que eu não sabia por que e eu achava que a culpa era minha mesmo, achava que eu era o problema. Quando vou para o DeNegrir, eu vejo que não, que nós não tínhamos problema nenhum. O problema é da sociedade, o problema é histórico, tínhamos que nos valorizar, tínhamos que tomar a “pílula vermelha” e aí criar outro mundo. Começar a ver as coisas com outros olhos, começar a ressignificar o que você viveu. Saber que só vivemos aquilo porque éramos pessoas negras. Eu tinha muita dificuldade com meu cabelo e descobri que era um processo.

Eu acredito que o grupo foi essencial para isso, se não eu estaria como algumas mulheres negras, que não são militantes, que estão o tempo todo querendo se adequar. Minha saúde mental eu devo ao Movimento Negro e aí você se blinda. Eu, hoje, vou para certos lugares, sabendo o que vou esperar. Várias pessoas pretas que não são do movimento ficam naquela ideia de querer reconhecimento. Da minha atuação mesmo como advogada é um outro diferencial isso, uma vez que eu já sei como me comportar, eu já sei o que o sistema vai fazer. Acaba que eu acho estratégico esse conhecimento, para sobreviver nessa sociedade extremamente racista.

O DeNegrir tinha um posicionamento, que batia muito com meu posicionamento individual de não me submeter. Eu vejo que para mim era muito confortável estar no DeNegrir porque eu pensava assim. Nunca foi um grupo que pregou que tínhamos de aceitar migalhas, lutar por cargos ou fazer certas negociações. Bateu com a minha mentalidade do que tínhamos que fazer nossas coisas por nós mesmos. E quando você está no grupo, isso te dá uma força, eu tinha muita dificuldade de falar em público e o DeNegrir tinha um negócio que tinha que se revesar, não poderia ser sempre a mesma

peessoa. Já tinha sido todo mundo, então chegou a minha vez e a minha vez foi num evento na UERJ que eu iria falar na mesa com o Reitor, eu teria que bater no Reitor (Risos).

Até hoje eu tenho esse jeito de falar, sou muito DeNegrir nas coisas. Contundente de falar e dizer que as coisas estão erradas. Eu vejo que o movimento negro na sua maioria não. Não é tão natural como a gente (DeNegrir), por exemplo a crítica ao casamento Interracial, várias críticas que nós temos. Ser preto e ser do Movimento me levam para lugares que são os lugares que eu gostaria de estar. Não nesse lugar de conseguir cargos ou conseguir benefício, mas um lugar de um empoderar outras pessoas negras. Tenho um posicionamento que é um posicionamento do DeNegrir de não militar em outras organizações com a pauta da questão racial, que não sejam organizações negras. Sempre me enviam convites para participar de organizações brancas para ser a cota. Eu me posiciono e digo que só milito em organizações negras. Na OAB mesmo, a galera chama para ser presidente da Comissão de Igualdade Racial, eu não aceito. Eu acho a OAB uma instituição extremamente racista. Se eu tiver que dedicar minha vida a alguma coisa, eu vou dedicar a uma organização negra. Isso vem muito do DeNegrir, de não tornar o movimento negro um emprego, de não tornar o movimento negro fonte de renda, fonte de prestígio ou privilégio. Trago isso para minha vida e acabo influenciando onde estou. Hoje tenho uma outra organização que é o “Aqualtunelab” que também é um coletivo. Eu já disse que só faço parte se só tiver preto e que não milito em organizações mistas. Outra coisa, não pode ser forte de emprego, nem de cargos e nem de nada que não seja a produção de estudos sobre o direito às tecnologias. A última reunião eu disse que os brancos não iriam pautar o movimento negro, todo mundo tomou um susto. e os nomes que iremos apoiar para as próximas eleições serão os pretos que irão decidir. Os brancos não vão se meter não, eu falo na cara deles mesmo. Essa formação foi o DeNegrir quem me deu.

### **3ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Qual o ano e mês do surgimento do movimento Avançar e DeNegrir? E o que muda no cenário da UERJ?

**CLARISSA FRANÇA** – O DeNegrir eu sei que é em maio de 2005 Agora a Chapa é de 2004. Nós montamos a Chapa, fomos vitoriosos, começamos as conversas para dar início ao DeNegrir. Foi em maio de 2005 a formação do DeNegrir. Ou seja, a Chapa Avançar mudou de nome, para DeNegrir - Coletivos de Estudantes Negros, que foram

muito inspirados no Enegrecer de Brasília. O Enegrecer já existia, eu lembro que era uma galera que a gente se espelhava. A internet não era como hoje, mas era um canal. Os garotos do DeNegrir tinham muito mais contatos e tudo chegava muito através deles. Em relação à UERJ, à sua Reitoria e as diretorias das faculdades, eu acho que foi importante que nos colocamos como atores naquele cenário, nós constituímos as falas das pessoas negras. Não era uma coisa dos cotitas, eram os cotitas negros da UERJ tinham uma representação que era o DeNegrir. Para além das tradicionais representações, ainda que eu ache que o DeNegrir negligenciou muito esse papel. No sentido que nunca quis ampliar o DeNegrir, que tivesse muita gente no DeNegrir. Não tínhamos um planejamento estratégico, um objetivo. Tudo foi se construindo no dia a dia e nas atuações. Teve uma ida para Brasília que provocou o primeiro racha no DeNegrir, onde havia uma galera maior e aí tem o primeiro racha, ficando uma galera que era menor número.

Em relação à burocracia da UERJ o DeNegrir vai se tornar um ator que vai pautar essas discussões sobre a questão racial dentro da UERJ. Havia muito uma preocupação em organizar os pretos, mas não de organizar os pretos com o sentido de entrarem no DeNegrir. Era de promover debates, de promover o grupo de estudos. Era uma reflexão interna que já fizemos, que nós mobilizamos o povo e depois o povo não tem para onde ir. Acho que isso fomentou a criação de vários outros grupos, como a galera queria se mobilizar mas não tinha como entrar no DeNegrir, porque o DeNegrir era extremamente burocrático para entrar, acabou fomentando a criação de outros grupos. A preocupação do DeNegrir sempre foi para o estudante negro, as pessoas que estavam ali em fazer eventos. Nunca teve uma preocupação pautar a questão estudantil, a negociação com a universidade era com base em alguns pedidos básicos, ônibus, ida ao COPENE, sala e etc. Isso é uma grande discussão, também, dentro do DeNegrir. Foi uma discussão no sentido, de nunca ter a pretensão de representar todos os Negros ou a única voz falando sobre as coisas, nunca tivemos isso como uma prioridade. Só que do lado de lá a gente era visto assim, não que quiséssemos esse lugar.

#### **4ª PEGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Fale sobre a atuação política do DeNegrir suas tensões e suas disputas no Movimento Estudantil

**CLARISSA FRANÇA** – Em relação ao movimento estudantil, a esquerda tinha uma prerrogativa que era hegemônico na representação dos estudantes, na organização.

Quando o DeNegrir surge ele diz “Não!” você não me representa. Nosso posicionamento em relação às eleições, tivemos mais uma ideia de auto empoderamento e no sentido de poder pautar uma Chapa porque acreditávamos na sua importância do que propriamente querer rivalizar com o Movimento Estudantil, mas o Movimento Estudantil via isso no DeNegrir, como se o DeNegrir quisesse desarticular o movimento ou quisesse dividir o movimento, essas coisas. Contudo o DeNegrir nunca teve essa preocupação, a nossa preocupação de criar um grupo, e que fosse discutir as eleições. Essa autonomia, esse capital político, isso começa na universidade. Tudo isso baseado nessa militância estudantil. Muita gente faz militância estudantil para ir para política, mas isso eu fui tomar conhecimento muito tempo depois. Naquele momento eu ia para esse lugar que eu me sentia acolhida, nesse lugar eu me sentia bem, porque entre os brancos eu não me sentia bem. Um lugar onde eu aprendia coisas nova, coisas que no Direito não havia.

O DeNegrir exigia muito de quem participava. As pessoas tinham que estar ali presentes e havia uma galera que queria se beneficiar de privilégios, vencendo a posição de não ter isso. Em seguida, eu fui estudando, tomando maior conhecimento, havia uma exigência de ler tudo e isso criava certo incômodo. Eu vejo que hoje em dia isso foi muito bom pra mim, consigo analisar muitas coisas que não foi a faculdade de Direito quem me deu, foi a militância e essa convivência com vocês por outro lado. Foi o DeNegrir quem me deu essa visão mais filosófica e social.

Eu nunca tinha pensado sobre isso, que tínhamos que pensar num todo. Não só porque eu tinha, é por que outras pessoas poderiam não ter. essa visão de Coletividade quem me deu foi o DeNegrir. Porque tinha uma vida totalmente classe média, tipo você luta e consegue, é seu, se os outros não fizeram é por que não quiseram. Não quis estudar, não quis trabalhar. Eu tinha totalmente essa visão quando eu cheguei ao Rio de Janeiro. O destino me trouxe a realidade. Se eu tivesse ficado com a patotinha do Direito-UERJ eu não teria tido essa oportunidade de ver outras coisas, outras realidades e entender as dificuldades que as pessoas passam. Hoje, eu sou Comunista. (Risos) Estou estudando a análise que Marx faz do Capital.

## 5ª PERGUNTA

**CYRO GARCIA JR.** – Qual a relação do DeNegrir com o Movimento Negro? Seus aspectos Harmônicos, Conflitivos e Colaborativos?

**CLARISSA FRANÇA** – O DeNegrir tinha um lance meio de amor e ódio com movimento negro. Havia umas pessoas com muito valor como o Carlos Moore e já havia outras que o pessoal não tinha boa vontade, por exemplo, o Ivanir. A informação chegava ao DeNegrir e tomávamos nossas decisões. Há um mérito muito grande de ter sido um protagonista de sua história e as coisas ruins o qual o DeNegrir nunca teve foi o diálogo. De construir para dentro da UERJ, também não teve essa preocupação de conversar com o movimento e com as pessoas. Uma referência que sempre foi e que sempre falávamos era o Yedo Ferreira, o Carlos Moore, o Runoko Rashidi, o Kabenguele, esses foram nossas referências.

## 6ª PEGUNTA

**CYRO GARCIA JR.** – Qual a importância das ações afirmativas para a população negra? Tensões, Avanços e potencialidades.

**CLARISSA FRANÇA** – A primeira coisa, as ações afirmativas são importantes para as pessoas individualmente, elas promovem acesso às pessoas individualmente. Existe uma potencialidade de construção de benefícios para o grupo População Negra. Isso não é um relacionamento direto, porque existe uma questão de você entrar na universidade e ser cooptado pela branquidade, pelos valores do capitalismo. Acho que ainda não demos conta, enquanto Movimento Negro, de pensar esse lugar para além da obtenção de recursos e de melhoramento de vidas. Por exemplo, eu sou cotista e sou a única pessoa que milito no movimento negro do Direito UERJ. Muitas pessoas que foram beneficiadas diretamente pelas cotas não militam no Movimento Negro. Isso é uma questão que nós, enquanto Movimento Negro, precisamos conversar. Quando eu conversei com o Frei David, ele me falou sobre isso, que nem 5% da galera que passou pela Educafro, acaba contribuindo com a Educafro. Porque acabamos reproduzindo essa cultura do individualismo, a cultura de se beneficiar e depois ir embora. Vejo que existe essa contradição. Existe esse fenômeno que é muito preocupante, a atualização desses negros contra o movimento contra a população negra. O que fragiliza, primeiro por ser um “irmão” por acessar lugares que uma pessoa branca não acessaria, é tipo um capitão do mato. Essas pessoas negras que estão com a máscara branca, eles acessam lugares que é quem vai nos ferir, porque abaixamos a guarda quando vemos um irmão negro e o outro fenômeno é que não conseguimos “bater” nos pretos, há uma ética. Não tem só

preto santo, tem preto de caráter duvidoso. Eu vejo essas fragilidades, o conhecimento que temos ao acesso é embranquecido. Não temos um Coletivo desses, um local para poder fazer essa reflexão e esse encontro fica difícil. Vejo que a política está desarticulado. Hoje quantos pretos entram na universidade? O PROUNI desarticulou a política de Cotas. Temos muita discussão sobre estética. E, sinceramente, eu acho que falta uma análise material da realidade, temos uma análise idealizada da realidade. Hoje temos baixa vontade de intervir nos espaços reais de poder.

Quando falamos que não vamos nos articular em partidos políticos, nós acabamos aplaudindo a manutenção dessa realidade, porque a gente não está disputando os espaços que podem transformar. Ficamos numa discussão que acaba sendo uma discussão acadêmica. Entretanto o espaço real da população negra nós não estamos. Quantos dessa galera que se diz do movimento negro tem um trabalho na comunidade, um trabalho de onde a pessoa surgiu? Não tem, até porque a lógica da Capital é tirar a pessoa daquele lugar dando um emprego, onde você vai ficar trabalhando 12horass por dia e você precisa dar a melhor escola para seus filhos. Por isso essa lógica da comunidade da qual você se criou, fica cada vez mais distante.

Eu vejo essa contradição muito grande e é difícil de abordar isso no movimento. Porque parece que lutamos por algo que vai destruir a própria luta, a pessoa preta se transformar em pós doutor em Filosofia e vai dizer que a Filosofia Africana não existe. Obtém-se o grau acadêmico que legitima a falar isso, dessa forma a pessoa fala contra a militância e contra toda uma construção de Movimento Negro.

Eu gostava de uma análise de um marxista sobre o papel da USP na formação da intelectualidade brasileira. E tipo, a gente caiu no covil das cobras, é uma galera muito jovem e sem arcabouço para poder manejar com isso e somos criados nesse meio. Não temos uma visão estratégica de construir coisas nossas, essa é minha angústia. Hoje, tivemos um bocado de pretos que se formou, temos um bocado de pretos que tem acesso a recursos e quais desses pretos querem pegar uma parte de seus recursos e construir uma coisa coletiva? Quantos pretos desses querem doar seu tempo? Fazer uma formação numa favela, não há muito. Seguem uma lógica liberal de que nunca tem tempo. Eu acho que tudo isso é resultado de nossa desconexão.

Lutar pelas cotas tomou conta do cenário e não conseguimos avançar para além disso. A grande luta do Movimento Negro tem sido é lutar por Cotas. Volto para o que Yedo Ferreira nos alertava, que a gente não discutia as políticas no Brasil. Observo que as ações afirmativas são importantes, mas nós perdemos nesse caminho o que é tático e o

que é estratégico. Agora eu sou uma leitora de Lenin, tenho falado muito do que é tático e do que é estratégico. Quem consegue entrar, vai para um lugar confortável, porque é melhor ser um professor universitário do que ser um trabalhador braçal ficando em torno disso e de apenas teorias na prática não temos isso efetivamente. As últimas eleições demonstraram que a nossa luta pode acabar rapidinho.

➤ **Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2023**

**Entrevista realizada via GoogleMeet** (<http://meet.google.com/gzj-hrds-sqk>)

**Horário 17:00h**

**Entrevistador Cyro Garcia Junior**

**Entrevistado Fabio Tavares**

**Tempo de Entrevista 01h 26min 05seg**

## **1ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Nome, idade, Naturalidade, formação e como você chegou a universidade e ao movimento negro?

**FABIO TAVARES** – Meu nome é Fabio Rodrigo Vicente Tavares, mais conhecido no Movimento Negro como Fabão do DeNegrir. Tenho 44 anos, sou natural do Rio de Janeiro, nasci dentro de casa em Magalhães Bastos e moro em Deodoro há 40 anos. Eu sofri um acidente quando eu tinha 21 anos, minha perna caiu no meio da rua num acidente de moto, “os caras” consertaram minha perna, assim eu imaginei ali, pra mim, que um trabalho laboral não daria mais, então voltei a estudar, então falei com minha irmã, que é uma irmã assistente social. Ela me orientou um Pré-Vestibular que tinha na Praça Seca, eu fui lá. Por acaso o Pré-Vestibular era da educafro, não era uma busca minha e nem de minha irmã. A ideia da minha irmã era só o projeto que tinha. Fui lá nesse projeto e fiz a inscrição. Nesse momento, estavam morando na minha casa, as minhas irmãs que se separaram e vieram morar aqui com seus filhos e eu tomava conta dessas crianças. Minha Mãe estava separada do meu padrasto e resolveu sair de casa. Ai, tipo assim, eu tive que tomar conta das crianças para minhas irmãs irem trabalhar, eram 3 irmãs, acho que naquele momento eram 5 sobrinhos. Eu tive que sair desse Pré Vestibular da Praça Seca, porque ele era de segunda a sábado, não daria para estudar e tomar conta das crianças. Eu fui pra outro que era durante finais de semana, aqui no Curral das Éguas. Para mim foi meio difícil porque meu irmão foi assassinado e eu estudei ali. Estudei ali no projeto da Educafro, estudei 2 anos. Eu sabia que era preto, brigava em Baile Funk, uma das questões era não poder perder pra branco. Essa questão de ser negro, ser preto eu não tinha dúvidas. Mas um trato mais fino racial eu não tinha. Em 6 meses no Pré eu li tudo o que eles tinham, eu li tudo! Isso foi em

2002. O Pré era formado, a coordenação e os professores eram todos estudantes. Eles não tinham muito tempo para ir nas palestras que o Movimento Negro fazia sobre as cotas. Eu tinha muito vale transporte porque meu cunhado era Gari, então ele tinha muito vale transporte, porque ele ganhava vale transporte e usava a roupa, então o pessoal dava carona, então sobrava Ticket e ele me dava assim eu participava de tudo. Eu ia em todos os debates que havia na UERJ, UFRJ, UNIRIO, e participava de tudo. Eu me inscrevi no Pré e já buscava as isenções nas universidades, nisso as pessoas foram me conhecendo, e eu já era de falar, então quando eu entrei na universidade não parecia que eu era calouro, por que as pessoas já me conheciam por eu estar participando da Educafro das coisas. Eu estudei 2003 e 2004, entrei na UERJ 2005. Fui 3ª Turma de Cotista da UERJ. Assim que cheguei à Universidade, escolhi Ciências Sociais, o que não foi por acaso. Nesses debates em que eu participava nos Prés sobre Cotas, sempre quem tinha voz eram brancos sociólogos ou antropólogos, e isso me irritava muito, porque falavam de uma realidade que eles não conheciam, falavam merda. Mas eles eram legitimados porque dominavam o Modus Operandi e eu queria dominar aquilo também. Então eu escolhi Ciências Sociais pra disputar esse discurso. Hoje eu tenho 13 anos como professor, trabalhei em instituições públicas e privadas, sou Professor do Colégio Pedro II e sou Mestre em Ciências Sociais pela UFRRJ. Atualmente faço Filosofia pela UERJ.

## **2ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – O que é o DeNegrir? Como você definiria essa organização?

**FABIO TAVARES** – É Impossível fazer isso, impossível definir o DeNegrir, impossível definir uma instituição. O DeNegrir ele é a partir dos membros que ele tem. Então, se o Cyro voltar hoje, o Ademir, o Adriano, a galera, o DeNegrir se torna outra coisa. Porque tem outras demandas, há outra forma de ver, outros braços, outras mentes. O DeNegrir não é, ele está sempre sendo. Ele está sempre em processo, a depender da configuração interna dos membros o DeNegrir vai caminhar mais ou menos. Por outro lado, ele tem bases como se fosse cláusulas pétreas. O DeNegrir tem coisas que não tem como mexer mais. O DeNegrir não faz políticas com brancos, a gente defini nossas pautas e nossas articulações entre pessoas pretas. Essa é uma questão, como você é da filosofia, sine qua non para o Coletivo. Uma outra coisa a gente quando esta fazendo política entre membros do DeNegrir, nós não usamos nenhuma droga e nem álcool. Nós quando sentamos para fazer política é pra fazer política. É muito difícil, inclusive, pra mim que bebo quando estou fazendo uma articulação a partir do DeNegrir que convidam para um jantar ou é alguma coisa, as pessoas colocam logo bebida. Isso é muito difícil porque internamente já definimos que não é assim que trabalhamos. A gente discute política, define os

direcionamentos e depois saímos pra beber. Não durante. Acho que é impossível definir o DeNegrir, porém o DeNegrir é um grupo que tem princípios e valores. Eu estou no DeNegrir desde de sua fundação. Eu acho que sou um dos poucos remanescentes que fundou o DeNegrir e que toca a agenda do DeNegrir. Hoje, a agenda é mais de minuta, porque todo mundo é pai, todo mundo tem uma vida profissional. O DeNegrir tem mais um principio, que é “Ninguém do DeNegrir vive do Racismo”, se o racismo acabar amanhã todo mundo do DeNegrir continua ganhando o mesmo dinheiro, todo mundo tem emprego, “não precisa ser antirracista”, não precisa ser nada disso, pelo contrário os membros do DeNegrir pagam caixinha, os que querem. Então, o DeNegrir gasta meu tempo e gasta o meu dinheiro. Se o DeNegrir acabar eu teria mais tempo e sobraria mais uma grana. Acho que o papel, historicamente, do DeNegrir é formar público, a galera chega no movimento sem uma orientação de leitura, como ler alguma coisa, esses primeiros passos. O pessoal cola no nosso grupo de estudos, numa atividade nossa e a gente vai dando essas diretrizes. Em seguida essa mesma pessoa vira oposição a nós e isso é tranquilo. Nós lembramos “olha essa pessoa chegou e não sabia nada”. A gente acolheu, instruiu e tal. Continuamos lá e muitos que se colocaram numa oposição, hoje mais maduros, o Coletivo tem 18 anos, vê a luta a perenidade da parada e rever suas posições. Principalmente, quando observa que o DeNegrir tem capilaridade em outros estados brasileiros, até mesmo fora do Brasil, acaba que essa pessoa redimensiona o coletivo. O coletivo tem relações muito amplas que até eu mesmo não tenho noção. Às vezes eu chego em certos lugares e as pessoas me tratam bem e essa mesma pessoa viu uma ação nossa a 15 anos atrás e lembra. Não tem como dimensionar isso porque nós só estávamos fazendo.

### **3ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Qual o ano e mês do surgimento do movimento avançar e DeNegrir? O que muda no cenário da UERJ?

**FABIO TAVARES** – Avançar foi campanha do DCE de 2005, ele deve ter acontecido ali entre mês de março e abril. O DeNegrir é fundado em 14 de maio de 2005. O nome do DeNegrir é proposto pelo Ras Romeu. Ele deu essa dica, a galera gostou e eu gostei também. O que aconteceu. Nós fizemos uma chapa que continha trinta e poucas pessoas inscritas mais uma galera não inscrita, só pretas e pretos. Não queríamos disputar o DCE, nós queríamos disputar a pauta, a agenda. Ninguém queria DCE nada. Nós aprendemos algumas coisas com essa campanha. Primeiro, o DCE disponibilizava Xerox. Isso aí foi embrião do grupo de estudos, nós copiamos muitos livros. E muitos livros que não tínhamos acesso, pegamos emprestado, em vez de fazer panfleto, copiamos livros para a galera ler. Então nós usamos a máquina do

DCE pra isso. Ao mesmo tempo nós aproveitamos que nas eleições, os professores abrem as portas para as chapas se apresentarem, nos organizamos e passamos na universidade toda, invadindo de “bondão”, principalmente, os cursos de Direito, onde a galera era toda branca pra falar de questões raciais, isso tomando uma volúpia muito grande, inclusive, com alunos se sentindo constrangidos com a nossa chapa porque só tinha preto. E nós, por outro lado respondíamos, dizendo que as chapas historicamente só havia brancos e nunca se dizia nada. Muitas pessoas que fecharam na consolidação política do DeNegrir ou que entraram logo no início do DeNegrir ficaram assustados também, mesmo os pretos. Não queriam colar com a gente. Nós fomos tencionando a universidade, a universidade já estava tensionada devido as cotas. Então esse movimento Avançar gerou ali uma atmosfera muito grande, adesão ou oposição. Era muito difícil uma pessoa já que naquela época, na UERJ, se colocar neutra ou não ter consciência do que estava acontecendo, porque todos os dias entrávamos em um monte de sala, pra falar de questões raciais, apresentar dados estatísticos e apresentar bibliografia que eles não estavam acostumados. Uma “cambada” de pretos falando, falando com dados, com articulação teórica, eles tomaram um susto. Então a chapa gerou um espectro muito grande na universidade. Daí surge a famosa nota de corte, naquele momento a sub-reitora Rachel Villard encaminhou via Conselho Universitário uma Nota de Corte. O que acontece? Você precisa colocar isso na sua dissertação que a condição para uma pessoa entrar não é passar no vestibular e sim ter o ensino médio. O Vestibular é criado a partir do momento que o Estado brasileiro admite sua incompetência em criar vagas para todas as pessoas. Então o Vestibular é uma forma de hierarquizar as pessoas que deveriam estar na universidade, ponto. Ele já é uma coisa ruim, ilegítima. Mas dito isso, as universidades criam seus mecanismos de acesso. A UERJ criou o seu que é uma prova objetiva que você precisa alcançar uma certa pontuação. Uma vez alcançada aquela pontuação você vai pra uma segunda fase. Nessa segunda fase você não pode zerar nenhuma das provas e a partir do momento que você não zera, entra-se no período de classificação dele curso que você escolheu. O que essa Nota de Corte fazia? Essa Nota de Corte, ela instituía nessa segunda fase uma nota mínima. O que acontece? Se as pessoas não atingissem uma nota mínima, saíam. Desse modo muitos pretos não conseguiam acessar. Nós propomos negociar essas vagas que não entravam negros. A ideia era criar opções com as vagas que sobravam em cursos de maior prestígio, tais como Direito que a nota era maior. O discurso na verdade era aumentar a proporção de vagas para pessoas brancas. Esse que era o verdadeiro intuito. E a gente perdeu! Isso passou, isso vigora até hoje na UERJ e percebemos que não dava pra ficar na maneira reativa sempre, sempre reagindo, sempre indo atrás das coisas. E que a gente precisava construir um Coletivo que possibilitasse estarmos articulados e antecipar esses

problemas com uma capacidade de interlocução maior. Então o Coletivo DeNegrir é uma consequência da atmosfera e do movimento Avançar.

**CYRO GARCIA JR.** – Irmão, poderia falar a respeito das posições do DCE, do SINTUPERJ e da ASDUERJ que eram as organizações dirigidos pela esquerda na UERJ.

**FABIO TAVARES** – ASDUERJ Contra e fechado com a Rachel Villard. Fechado com a reitoria, não teve nenhuma posição, nada! O SINTUPERJ fingiu que não viu, o DCE pagou de meritocrático, dizendo que deveria primar pela qualidade e que deveria ter realmente uma nota mínima. O DCE não estava preocupado com a questão racial, a Luciene era minoria. Na realidade, a vaga do DCE, foi uma vaga interessante, porque não fizemos o coeficiente. O Avançar não fez o coeficiente. Oficialmente, não tínhamos uma cadeira, só que os partidos tentaram nos coptar, pra poder fechar e levar mais uma cadeira mas não rolou. Eles viram que não íamos fechar com nenhum dos lados, então eles entraram em consenso e a cadeira que sobrou ficou pra nós. Era a Cadeira de Cultura, Diversidade e Opressões. O que o DCE fez? Logo de cara, o DCE ficou numa situação muito constrangedora, eles não sabiam muito como agir. A gente tinha a capacidade de mobilização muito grande. Então eles ficam como: “Não dá pra ficar brigando com esses caras”. Acabavam que cediam as coisas que fazíamos, se precisávamos de alguma coisa ou apoio, eles davam. Entretanto uma atitude pró-ativa do DCE nunca aconteceu. O DeNegrir criou uma outra estratégia, criamos apoio nos Centros Acadêmicos, tínhamos vários aliados irmãos e irmãs e alguns brancos aliados que, constrangidos, pressionavam o DCE, era dessa forma mais indireta. A ação do DCE era uma ação de negligência. Não posição, uma suposta neutralidade que nós sabemos que a neutralidade acaba apoiando o status quo.

ASDUERJ fechada com a reitoria. SINTUPERJ não viu e o DCE uma atitude contraditória quando conversava conosco, dizia que iria pautar em reunião e que daria apoio, contudo, um apoio oficial que nunca aconteceu. ASDUERJ votou junto com a reitoria pela Nota de Corte da Rachel Villard. Os professores defendiam a meritocracia e eles não queriam as cotas. A própria reitora, posterior, a Nicéia Freire era contra as cotas. Quando ela viu que aquilo poderia ser uma oportunidade ela se tornou a favor por uma questão de visibilidade nacional, tanto que virou secretária de mulher no Governo Lula.

#### 4ª PERGUNTA

**CYRO GARCI JR.** – Fale sobre a atuação política do DeNegrir, suas tensões e suas disputas no Movimento Estudantil

**FABIO TAVARES** – A política *Strictu Senso* é disputa pelo poder. Vou falar uma coisa que eu acho, não é um consenso do Coletivo, visto que o Coletivo tem pessoas com graus diferentes. Há pessoas que estão no Coletivo pelo afeto, estão no Coletivo pela irmandade. Há vários tipos de adesões. Há uma galera que tem uma agenda, uma pauta que dá sua vida por uma questão política. São coisas diferentes. A atuação, que eu poderia dizer de fato, que não é a escrita é formar. A gente chegou à universidade e não tinha acesso, não tinha leitura. Popularizamos autores que, hoje, você vai na Boimtempo e eles redescobriram o historiador do Quilombo, Clovis Moura. Eles não liam isso, cara! O Fanon foi famoso no início, foi apagado e voltou. Guerreiro Ramos ainda é pouco reconhecido, mas é um dos que a gente pauta, pauta bastante. toda essa literatura preta, são literaturas que tensionamos no grupo de estudos, divulgou e trouxe. Então isso é uma atuação política, é mostrar que há outros referenciais. Quando vamos a um debate, desqualificamos o companheiro e a companheira que vêm falando, só falando literatura branca, apontamos que não é assim. Então eu acho que isso é uma postura política, precisamos utilizar os nossos próprios referenciais. Quando colocamos o “YURUGU” pra debater no grupo de estudos não é uma coisa aleatória. O DeNegrir desde de 2009 se pauta politicamente pela Afrocentricidade, o DeNegrir se pretende um PanAfrikano e Afrocentrico. Agora não é uma Afrocentricidade que acatamos tudo. Há várias coisas da Afrocentricidade que discordamos. Por outro lado entendemos que é importante ter essa orientação. Como agora, por exemplo, o Grupo de Estudos está a uns 4 meses discutindo só W. Wilson, estamos pautando vários textos do W. Wilson, é uma via da Afrocentricidade. Estudamos a Afrocentricidade!

Como a Afrocentricidade é aplicada? É uma coisa etérea? Não tem aplicação? Nobles vai dar uma possibilidade e a gente está rasgando essas possibilidades com W. Wilson. Ele é uma forma de você ler o mundo. Essa semana, segunda-feira, há grupos de estudos. Eu fiquei de fazer um resgate da Neusa Santos, justamente para discutir esse ideal teórico branco. Enquanto estivermos nesse modelo de disputa, nesse léxico, a gente continua buscando ser referência nesse modelo branco, que já foi apontado na literatura outras vezes, né!?

Quando Fanon fala em *Peles Negras*, o que é o homem? É bom falar com você que é um cara da filosofia, você sabe que em filosofia não se consegue criticar o Ser. O Ser é. O que você disser do Ser, não é mais o Ser. E Fanon faz a provocação, o que é o Homem? E depois ele fala, o que é o Homem Negro? Ou seja, o Homem Negro já não é o homem universal. Então nós buscamos insensatamente essa universalidade que é legado a nós. Nós estamos em outro

escrito, não precisamos ter o branco como referencial, o DeNegrir dá essa trava.

A própria questão da mobilidade que é trazido pela Neusa. Os mais vulneráveis a nível da consciência racial são os pretos de mobilidade, o cara quer usar roupa do branco, falar igual o branco, morar onde o branco mora, ter as coisas do branco. Os valores dele são todos brancos, mesmo ele sendo preto. Então, você não escuta o cara falar que vai ganhar uma grana e vai fortalecer a família, vai abrir um empreendimento educacional onde ele mora, vai organizar a comunidade. Você escuta o cara falar que quer morar no bairro tal, quer o carro tal. São outros valores. Essa disputa, de não deixar passar batido e essa ideia de vida boa, como uma vida branca. Sabe, uma vida que não é coletiva. Eu conheço vários amigos que são considerados por ter uma vida bem sucedida. Eu olho, a vida deles é uma merda, eles só trabalham. Colocam os filhos na creche e nem veem crescer. Não está entendendo o que é vida boa. Não se dá com a família, não vê pai e mãe há anos, mas está num bairro legal. Então, o que é politicamente? É se pensar um modo de vida que não conseguimos e de resgate de comunidade. Assim com todos os problemas que o DeNegrir possa ter, eu sei que há uma cambada de pessoas, que já foi, já passou pelo DeNegrir, que eu posso ligar, que eu sei que não vai me desamparar. Que está na nossa comunidade, vai ligar e vai ter consciência; “Não, maluco tá pedindo alguma coisa, é sério. É confiança!”

Na maioria das vezes eu não peço nem pra mim, eu só faço a ponte. O DeNegrir atua politicamente até hoje, tentando resgatar uma ideia de comunidade. Eu acho que essa acaba sendo a nossa grande bandeira. E não é “Black Money”, não é isso. Nós ganhamos força é na divisão e não no acúmulo. As pessoas acham que estão mais fortes no acúmulo, acabamos ficando mais forte na divisão, divide mais. Isso explica até IDH. IDH é divisão, não é acúmulo. Quanto mais a sociedade é rica e acumula, mais diminui o IDH. O IDH aumenta na divisão. Ter saúde, educação, saneamento e condições de vida melhor.

Posso dizer que seguimos a Afrocentricidade, com ressalvas. Porque por exemplo, ninguém do DeNegrir fez a iniciação. Tentamos uma parceria com a Afrocentricidade em 2009 – 2010. Chegamos a conversar e eles exigiam de nós uma filiação e uma iniciação. Cara não vou ser funcionário de ninguém. O DeNegrir não topou nos termos que eles queriam. Nós queríamos ser parceiros e não ter patrão. Ter alguém que dê ordens. Se não for para construir não rola. A mesma coisa aconteceu com o MNU. Fizemos uma primeira reunião com o MNU, para se aproximar do movimento, primeira reunião os caras distribuíram uma ficha de filiação. Acho que viram a gente jovem, entenderam isso. Não seria nem um problema a filiação, mas não era naquele momento. Podia ser desenrolado, assim nós queríamos construir uma relação de complementariedade e não de seguidor. O DeNegrir é ambíguo nesse sentido porque as pessoas

acabam tentando nos encaixar em certas caixinhas que não cabemos. Justamente porque temos nossa autonomia da grana, cada um com seus empregos. Não estamos preocupados com cargos, com visibilidades, isso não é uma questão.

**CYRO GARCIA JR.** – Irmão, fale um pouco das tensões na relação com o Movimento Estudantil

**FABIO TAVARES** – O movimento estudantil tem até hoje uma pegada Marxista, que já tínhamos definido que não era a nossa pegada. Uma linha à esquerda, ela é importante. Não vou falar que ela não serve para nada, pensando no sentido conceitual. O que eu quero dizer quando estou falando no conceitual? Eu penso a Direita um grupo que pensa a sociedade de cima para baixo e estou pensando a Esquerda uma galera que está pensando a sociedade de baixo para cima. Eu sou povo, sou base, então não tem como eu ser de Direita. Só se eu fosse idiota! Nós nunca tivemos muito acordo com a Esquerda. O Movimento Negro ajudou a fundar o PT e quando o PT chegou ao poder sentiu uma frustração muito grande, porque foram excluídos. Criaram a SEPPIR, não deram orçamento. O PT teve uma grande capacidade no primeiro governo que foi de neutralizar os movimentos sociais. O PT criou a SEPPIR e isolou os negros lá, para não brigar mais por políticas públicas. O PT criou a Secretaria de Mulheres e começou a dar dinheiro para determinadas agendas feministas, que, na verdade, eram agendas que conflitavam com a Mulheres Pretas porque colocava as Mulheres Pretas a reboque. Financiou e não garantiu a Lei, o Movimento LGBT, que era um movimento nas suas articulações verdadeira micaretas gigantes financiadas pelo dinheiro público. O Movimento Sindical foi todo cooptado, criou os conselhos gigantes para colocar todas as lideranças sindicais ganhando altos salários. Então, assim, o Movimento Estudantil segue o direcionamento nacional, tinham um alinhamento, não era nada descolado. Quem era mais descolado ali que fazia crítica era galera do PSTU e o PSOL estava surgindo ainda. A galera do PSTU nas universidades e alguns sindicatos faziam o tencionamento, criticando o governo, porque ninguém criticava o governo. O Movimento Estudantil não criticava o governo, o Movimento Negro não criticava o governo, o Movimento Feminista não criticava o governo, Movimento Operário não criticava o governo E de cara o Governo já começou taxando o inativo, FHC não conseguiu e Lula taxou.

## **5ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Qual a relação do DeNegrir com Movimento Negro? Seus aspectos Harmônicos, Conflitivos e Colaborativos?

**FABIO TAVARES** – Hoje nós somos respeitados. Hoje somos convidados a sentar à mesa. Em algumas mesas, visto que sabem que a outras mesas nós não queremos ir. Ainda me convidam para várias paradas, acaba que tenho a maior visibilidade do Coletivo. Geralmente as paradas

chegam a mim. Acho que mudou muito a forma como somos vistos. Por que, num primeiro momento éramos bem radicalizados. Estávamos em busca de espaço e não tínhamos alinhamento com os partidos. Sempre fomos contra em ter branco no movimento e movimento negro sempre teve branco. Movimento negro sempre teve branco, vivia muito bem com os brancos, eles tinham espaço de liderança e nunca admitimos isso. Havia relações afetivas com brancos e sempre fomos contra. E isso foi há 15 anos ou 20 anos a gente tencionando isso, não era legal. Hoje, mudou esse campo semântico, já é visto de outra forma. Aquilo que era uma pauta radical, agora é uma pauta necessária. Tipo, uma pessoa hoje, que tem uma relação Interracial, ela perde potencia no discurso. Ela pode falar tudo bonito, mas: “Pode sair daí, você casou com branco!”

Isso não era assim e nós pautamos isso. Chamavam-nos de “afro-nazistas” porque apertávamos para uma questão de uma estética preta. E assim, já tinha? Claro que já tinha! Mas não na universidade e no volume que se deu. Todos nós usávamos Dread, dava muito trabalho mas era uma questão importante de identidade. Tencionamos, mas sempre tivemos respeito. Nós sempre respeitamos o mais velho. Também sempre questionamos “a gente te respeitou, te ouviu. Agora, você ouve!”. O DeNegrir dentro de suas grandes coisas, apresenta uma metodologia muito interessante. Nós podemos convidar o maior mestre pra ir lá falar na sala. Ele acha que vai lá só falar, ele vai ouvir. Nossa relação é sempre dialógica. Ela vai lá falar, mas antes de ela falar, ela vai ouvir. Vamos trocar e depois vamos ouvi-la também. Carlos Moore, Medeiros, Runoko Rashidi, Nego Bispo, Hamilton Borges foram lá, mas escutaram. Várias referências que já foram lá na sala, vai falar mas escuta primeiro. Escutou e falou! Hoje, as pessoas passaram a entender isso.

Outra coisa é a confiança. As pessoas escutam uma fofoca, ligam para saber. A galera que é de compromisso não cai em historinha. Como você sabe daquela Carta (2013 – Jornadas de julho), que foi uma Carta Anônima, onde as pessoas assinaram sem buscar saber o que de fato rolou e sem dar o direito ao contraditório, foi uma baita irresponsabilidade de quem assinou sem saber o que assinava, Contudo o DeNegrir chamou as câmeras da UERJ numa plenária. Como se faz uma Carta Denuncia em que não há elementos concretos de uma possível violência em questão? Uma coisa falsa, fictícia. Então eu vi uma questão menos política e mais pessoa, pra tentar destruir por inveja ou ressentimento. Hoje há menos espaço para isso acontecer, se tentar isso a pessoa será colocada frente a um questionamento público, porque o Coletivo tem credibilidade. As pessoas conhecem a postura, mesmo as que não concordam.

Nós iniciamos conflitos com o Movimento Negro, por conta de trazermos novas bases. Como não tolerância com relações inter-raciais, não tolerância com brancos em reunião de pretos,

pautando não tolerância com as esquerdas tradicionais e seus partidos na institucionalidade. Fomos rompendo com certas situações que eram novas e até acomodar isso, gerou conflitos. O DeNegrir e o Enegrecer são os principais coletivos do Brasil que cumpriu uma agenda num momento histórico, não tem como fazer um encontro, como o que aconteceu, na UFRJ de Coletivos e não chamar o DeNegrir. Como que se faz uma parada e não se chamam esses Coletivos? Pode gostar ou não gostar, mas a relevância está dada!

## **6ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Qual a importância das ações afirmativas para população negra? Tensões, Avanços e Potencialidades.

**FABIO TAVARES** – A ação afirmativa parte do pressuposto vai tratar o desigual, os desiguais. O Estado brasileiro assume que há a desigualdade e assimetria entre as oportunidades então tentar atenuar essas assimetrias. Desse modo, você cria uma lógica de desigualdade para potencializar os desiguais numa ação desigual para poder equiparar essa distância. Se você pensar que o Brasil escravizou por mais 300 anos toda uma população, veremos que não tem 100 anos que vota, porque na República Velha, você tinha que ser alfabetizado, tinha que ser proprietário. Mesmo hoje você vê que a cidadania é bem abaixo. A ação afirmativa tem um aspecto que é muito potente, Nelson Werneck Sodré no livro dele sobre o Colonialismo, eu tenho esse livro aqui, ele fala uma parada que é assim, no Império, na Monarquia, os caras são nobres não precisam fazer nada, ponto. Quando você tem o advento da República, precisa-se um novo sentido de hierarquia e a hierarquia foi o anel de grau. O Brasil foi ter uma universidade em 1934 que é a USP, porque se tinha faculdades isoladas e eram muito caras. As pessoas que tinham dinheiro, estudavam em Coimbra, em Portugal e em outros lugares. Era muito, muito difícil. Olha-se o Colegio Pedro II, as coisas que eram oferecidas, Francês, Latim, Música(...) O pobre mesmo se ele conseguisse entrar lá, não teria como se sustentar. Mesmo o ensino público no Brasil era muito caro. Para ter noção, a tarifa gratuita de ônibus é de 1982 do Governo Brizola, as escolas não necessariamente tinham merenda. Era muito caro estudar. Caso se pegue os índices de Educação no Brasil, o povo preto só chega no ensino fundamental depois que 100% dos brancos chegam. Sempre assim só chegamos depois dos brancos. Depois que os brancos estão estabelecidos é que a gente chega. Há outra coisa, a elite brasileira, a elite mesmo, aquele 0,2%, essa galera estuda nas universidades Globais, não estudam na UFRJ. A ação afirmativa criou essa possibilidade de uma autoestima que nos deixa melhor posicionado no mundo. Por outro lado, não podemos esquecer que estamos no mundo do capital, ele vai

metaboliando tudo. Logo se nesse metiê, reproduzindo os valores do próprio capital. Consequentemente ele vai dizer que está numa posição bacana por que ele se esforçou e que o primo dele está na merda porque é vagabundo, isso é comum também. Com isso a ação afirmativa nos potencializou por um lado, mas precisamos ir junto a ela criar uma ação política que nos proporcione uma visão de mundo mais ampliada. Até porque temos perdido muitas pessoas pela mobilidade social. A mobilidade social, atualmente, é o nosso grande problema, é uma coisa positiva, mas acaba não sendo. Posto que acaba o cara negar aquele mundo dele. A lógica da mobilidade social deixa o negro sem formação política muito vulnerável ao mundo branco, é como eu vejo.

### **Anexos 3 - ENTREVISTA COM PERSONALIDADES NEGRAS DOS ANOS 80.**

Esse conjunto de entrevistas com intelectuais-militantes do movimento negros dos anos 70/80, apesar de limitado, procura dar conta do montante de acontecimentos políticos que marcaram o acontecimento da Marcha Contra a Farsa da Abolição, que aconteceu no dia 11 de maio de 1988 com trajeto organizado às 16:00h da Candelária, pela Av. Presidente Vargas, com destino a Central do Brasil, onde teria seu desfecho.

➤ **Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2023.**

**Rua Clara Nunes – Madureira, Calçada do GRES PORTELA**

**Horário: 17:00h**

**Entrevistador: Cyro Garcia Junior – UFRRJ**

**Entrevistado: Haroldo Antônio – MNU RJ**

**Tempo de Entrevista: 0h 41min 00seg**

#### **1ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Haroldo, me informe seu nome, idade, naturalidade e como você chegou ao movimento negro?

**HAROLDO ANTONIO** – Meu nome é Haroldo Antônio da Silva, tenho 63 anos de idade. Nasci do município de Queimados na Baixada Fluminense. Comecei minha militância na década de 70, quando conheci o Movimento Negro, a partir da leitura de um livro chamado “Negras Raízes” de Alex Halley. Esse livro me despertou para consciência Negra e a partir daí comecei a militar e essa militância nossa de um coletivo negro na Baixada, culminou com a fundação de um grupo, Grupo Afro Cultural 20 de novembro. Foi fundado por 3 companheiros de luta na Baixada: Eu, companheiro Jair Nepomuceno da Pavuna e o companheiro Jorge Damião (falecido recentemente), inclusive, foi militante do CEAP. A partir da constatação da violência racial na Baixada Fluminense, particularmente, em Queimados e Nova Iguaçu. Nós

iniciamos esse debate da criação de um movimento que pudesse responder na Baixada e que pudesse responder a questão do racismo no Rio de Janeiro, então a gente fundou o 20 de novembro. O 20 de novembro era um movimento que a gente fundou lá na SAC – Sociedade Amigos da Cultura lá em Queimados e nós fazíamos tanto movimento cultural como movimento político. O 20 de novembro surgiu, objetivamente, para lutar contra a violência policial na Baixada Fluminense, a violência racial e policial contra negros naquele período, início da década de 80 na Baixada, na ocasião em que se configurou grupos violentos como o mão branca, esquadrão da morte que tinha como objetivo eliminar pessoas. Dentro dessa concepção de eliminar pessoas, a maioria que era eliminado era a população negra.

## **2ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – O Cenário político no Brasil e no mundo naquele momento?

**HAROLDO ANTONIO** – Final da década de 70 e início da década de 80 o país vivia um processo de luta intenso pela questão da redemocratização, ainda havia a presença da ditadura militar que prosperou até 1984, então era um momento de efervescência no Brasil, havia a necessidade de se lutar contra a ditadura militar e nós surgimos, esse nosso grupo da Baixada surgiu nesse período, na ebulição da luta pela redemocratização e da necessidade da derrubada ditadura militar no Brasil, que prosperou 30 anos e foi capaz de criar grandes problemas para a nação brasileira: aumento da miséria, violência generalizada e a impunidade militar, nosso grupo surgiu nessa conjuntura política, uma conjuntura de ditadura militar. Nós, enquanto 20 de novembro, esse grupo da Baixada Fluminense ao qual me refiro, é uma das nossas bandeiras de luta, era o combate à ditadura militar, que havia a necessidade de construir uma sociedade, um país que fosse democrático, então a luta pelas eleições diretas já, nós estivemos na linha de frente dessa luta, organizando os Comitês e a mobilização do movimento como necessidade de se construir uma democracia plena num país. Essa luta, pela democracia plena, fez-se junto ao movimento das Diretas Já e cominou com que a gente reconhece como redemocratização do país, o retorno das pessoas que estavam no exílio, enfim, somos parte integrante dessa luta pela redemocratização do país.

## **3ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Quais eram os Coletivos que impulsionavam as lutas negras nos anos 80? Qual deles se destacava mais?

**HAROLDO ANTONIO** – Na década de 70 havia alguns grupos no Brasil, o MNU é um desses que surgiu em 1978 a partir do grande ato nas escadarias em São Paulo, na década de 80 havia

o 20 de novembro ao qual me refiro, que nós fomos um dos fundadores desse grupo, as pessoas que eu citei. Existia o grupo União e Consciência Negra que era ligado a Igreja Católica, enfim, existia o IPCN no Rio de Janeiro que foi fundado em 1975, o SINBA que foi fundado antes do IPCN, um coletivo de negros também que tiveram participação de pessoas que tiveram participação na configuração do Movimento Negro Unificado, isto é, havia grupos que tinham características Estaduais, regionais, assim como havia grupamentos políticos, grupamentos políticos com características nacional, com características nacionais tinha o MNU, como o bastião o principal de todos e o União e Consciência Negra formado a partir da intervenção de alguns negros na estrutura da Igreja Católica. Diversos movimentos culturais também, o Ilê Ayê movimento cultural, o Agbara Dudu movimento cultural. Essas organizações forma as mais políticas em relação a questão negra.

**CYRO GARCIA JR.** – O Papel dos Comitês e do Coletivo 20 de novembro.

**HAROLDO ANTONIO** – Cada uma organização, estruturava a seu jeito. O 20 de novembro, o nome já diz, Grupo Afro-Cultural 20 de novembro, só que esse grupo Afro-Cultural 20 de novembro tinha duas características, não só uma intervenção cultural como uma intervenção política. Ele intervia politicamente em um dos eixos centrais de sua intervenção contra a violência policial e racial. Além disso, havia outras organizações que também tinham essa configuração. Agora, os Comitês políticos ao qual você se refere nasce a partir da organização da Marcha de 1988, não havia Comitês antes. Havia organizações, mas os Comitês políticos surgiram a partir da Marcha 88, com a necessidade de organização dos movimentos a partir de seus lugares de intervenção, havia em Queimados, Nova Iguaçu, Madureira, Campo Grande e em todas as regiões do Rio de Janeiro, nós propusemos, inclusive, isso foi razão de uma das plenárias que aconteceu no IPCN, onde já havia uma intervenção de grupos trotskystas que começaram a intervir nos processos de 88 nas grandes plenárias do IPCN que organizou a Marcha 88. Essa proposta da questão dos Comitês surgiu a partir do coletivo Trotskysta que era ligado a Convergência Socialista. A ideia dos Comitês, era a ideia dos Soviets, a ideia de se construir Soviets locais que a gente pudesse estruturar a nossa intervenção na Marcha de 88, pelo seu tamanho e pela sua dinâmica. Os Trotskysta-Leninistas negros propuseram a criação dos Comitês de organização da Marcha e ele foram vitoriosos, porque a Marcha foi construída pela base. A Marcha de 1988 foi construída pela base, com debate pela base, surgindo surgiu a partir de propostas que foram feitas lá no IPCN por esse coletivo de negros que eram Marxista-Leninista –Trotskysta nas plenárias no IPCN.

**CYRO GARCIA JR.** – O 20 de novembro tinha essa característica, né!? Negros, de formação Trotskystas?

**HAROLDO ANTONIO** – Isso, o grupo 20 de novembro era uma célula de comunistas Negros

**CYRO GARCIA JR.** – Seria uma corrente da Convergência no Movimento Negro? Ou não?

**HAROLDO ANTONIO** – Não, necessariamente. Fomos debater com o Trotskismo, essa célula de Negros(as) do 20 de novembro, a partir de 1983-84 no processo de reorganização da democratização. Lá por trás, começo de 80, nós tínhamos uma relação com algumas células que haviam retornado de Moçambique, uns guerrilheiros que tivemos a oportunidade de conhecer, algumas pessoas que tiveram na linha de frente da luta armada, eles se abrigavam num Coletivo chamado Gregório Bezerra. Eram pessoas que estiveram, inclusive, em Queimados e fizemos diversos debates sobre a questão da FRELIMO, com pessoas que eram muito ligadas a FRELIMO e também ao Coletivo Gregório Bezerra, estavam retornando de Moçambique, onde tiveram uma relação estreita com o 20 de novembro. Então, o 20 de novembro abrigou um debate intenso, revolucionário de Moçambique, sobretudo de Moçambique com pessoas que participaram da luta armada e eles participavam do grupo Gregório Bezerra. Havia uma relação entre o Grupo Gregório Bezerra e o 20 de novembro, existem pessoas que não citarei o nome que estiveram nesse processo, são/foram guerrilheiros, uma parte deles eram da Geologia da UFF. Não posso citar nomes por uma questão de segurança.

**CYRO GARCIA JR.** – O 20 de novembro cumpriu um papel destacado a nível nacional e internacional.

**HAROLDO ANTONIO** – Inclusive, havia ameaças de morte a nós. Fazíamos diversas atividades em Queimados, por exemplo. Nós percebemos que nas nossas atividades contra a matança desses grupos do esquadrão da morte, do mão branca e dos grupos de extermínio. Havia a interferência da P2 e da PM, como tínhamos uma relação muito estreita com a cidade de Queimados, eu nasci em Queimados, nós sabíamos quem eram os infiltrados, eram negros da polícia militar. Como soubemos disso? Através de outros negros que também eram da polícia militar, que nos alertavam: “Cuidado que tem um cara assim e assim, que é da P2 da PM e que está com a missão de saber quem são vocês e o que estão fazendo” e esses caras apareciam nas atividades que realizávamos. Nós realizávamos nossas atividades nas escolas de Samba, era o Grupo São Nicolau, Escola de Samba São Nicolau, tinha outra escola de Samba chamada Oriente. Com essas escolas de Samba, iniciamos uma intervenção, uma influência no mundo do Samba, ajudando, inclusive, na formulação de enredos de esquerda sobre a questão da Negritude. Aproveitávamos esses espaços das escolas de samba para fazermos nossas reuniões, já que não tínhamos espaços próprios e também os espaços da Igreja Católica de Queimados.

Nessas atividades que fazíamos sempre havia a presença de P2, policiais que eram amigos nossos nos informavam e sempre sumiram materiais de nossas atividades. Nossas atividades sempre foram acompanhadas pela P2, sempre sumiam nossos documentos.

#### **4ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Qual era a importância da Marcha de 1988 na luta pela democratização no país e no avanço das pautas raciais?

**HAROLDO ANTONIO** – A Marcha aconteceu depois do fim da ditadura, visto que a ditadura militar levou até 84. Em 84, acaba a ditadura militar, enquanto regime, em 85 existe aquele processo todo do Tancredo e, que, posteriormente, Sarney assume a presidência em virtude a morte de Tancredo Neves. A Marcha acontece depois do processo mudança de regime, onde saímos de um regime de ditadura para um regime de democrático burguês capitaneado por Tancredo Neves que morre e na sequência assume Sarney. Então podemos dizer que a Marcha de 88 não interfere na queda da ditadura militar, a Marcha em si. O Movimento Negro, sim. Ele sim, foi capaz de lutar contra a ditadura, capaz de fazer a intervenção. Até mesmo nós tivemos participação e presença do movimento negro no grande palanque de 84, quando na atividade das Diretas Já na Candelária. O movimento Negro esteve como coluna e estive fazendo intervenção junto à cúpula, Brizola, Arraes(...) Amauri Mendes representou o Movimento Negro.

**CYRO GARCIA JR.** – Qual o papel que a Marcha cumpriu nesse momento? O significado dela?

**HAROLDO ANTONIO** – A Marcha é parte integrante de um novo regime no Brasil. Saímos da ditadura e o Brasil refunda a democracia burguesa, a luta contra a ditadura fundou contra a ditadura, fundando um novo regime, que é o regime democrático burguês. Ele alavancou o ressurgimento de uma dinâmica de lutas no país, a Marcha contribui para isso. Porque era um momento da retomada da democracia, do debate político, dos questionamentos em relação às desigualdades no país, desigualdades econômicas, sociais e raciais. Logo, a Marcha de 88, diferentemente, uma parte da esquerda só lutava contra a ditadura, contra o racismo não. Até porque boa parte das forças que lutavam contra a ditadura, sempre consideraram também que a luta contra o racismo dividia a classe operária. Então, a Marcha de 88 é o ressurgimento de uma luta por mais democracia, que é a democracia racial. A democracia no Brasil é não uma parte integrante de um conjunto de democracia, ela pode ser uma democracia liberal, contra um regime de opressão. Mas não entendendo que o fato de existir racismo configurava ainda a inexistência de uma sociedade que fosse realmente, verdadeiramente, democrática. Não existe

democracia num país onde existe racismo, o racismo é a ausência de democracia, essencialmente. Categoricamente podemos dizer, uma sociedade burguesa que existe racismo não é uma sociedade saudável. O fim do racismo é uma necessidade, então 88 foi necessário que pudesse dar continuidade a esse processo de redemocratização, impulsionado por esse processo. As conjunturas internacionais também foram muito fundamentais, as ebulições no final da década de 80 também eram fundamentais, pois no mundo existiam lutas, sobretudo, na África do Sul, a luta contra o regime do Apartheid, se teve nos países como Angola e Moçambique o fim do processo de colonização que foi em 75. Na década de 80, ainda nós tínhamos em 80/90 a luta contra o regime do Apartheid na África do Sul. Era também parte integrante de uma batalha internacional que tínhamos que travar, tanto que o movimento negro esteve na sua integralidade no grande ato na presença do Nelson Mandela aqui no Brasil, quando o regime do Apartheid estava sendo destruído.

#### **5ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Como os movimentos de emancipação nacional na África, EUA e América Latina influenciaram o movimento negro no Brasil?

**HAROLDO ANTONIO** – Integralmente, mesmo porque a luta internacional e a influência internacional de uma luta são partes de todo esse processo. O fato de a luta pelos direitos civis nos EUA trouxe muitas consequências positivas para o Brasil. O processo de abolição de escravidão nos EUA foi muito diferente do que no Brasil. Nos EUA, nós tivemos, não que isso tenha sido numa intensidade gigantesca, mas o fato da mini reforma ter sido feito no governo Abraah Lincoln, foi completamente diferente no Brasil. Lá se reconheceu o fato de ter havido um processo de escravidão, não houve reparações de fato, mas não saímos com uma mão na frente e outra atrás nos EUA. Tanto que a configuração social nos EUA é completamente diferente que no Brasil. Nos EUA há negros que são industriais que têm estrutura financeira poderosa e presença estatal; a presença negra nos EUA é muito forte na estrutura de governo e na estrutura de estado e isso é oriundo de todo esse processo histórico nos EUA, que vai desde abolição até a chegada em nossos dias das ações afirmativas, onde tinha por objetivo construir a integração da população negra na sociedade americana, existindo uma camada média negra nos EUA que não tem comparação com o Brasil. No Brasil, quem é rico são jogadores de futebol, esportistas(...), nos Estados Unidos você tem uma classe industrial que é oriunda do processo da reforma agrária, mini reforma agrária do governo Lincoln. No Brasil a abolição foi: “está instinta a escravidão, revogam-se as disposições contrárias” assinada em 1888 e no dia seguinte nós saímos andando por aí como vagabundos. Em 1889 se funda a Polícia Militar para correr

atrás do negros. Em 1888 Abolição e, em 1889, a fundação da Polícia Militar, que tem por objetivo fazer a repressão. A história está toda interligada, tudo que aconteceu na África foi muito importante como caixa de ressonância para o Brasil, os processos de independência que aconteceram nos países africanos, eles foram fundamentais para que o movimento negro brasileiro visualizasse essa dinâmica que havia luta na África, que havia luta nos Estados Unidos e que havia luta no mundo contra o racismo. Essas lutas foram muito importantes para que houvesse luta contra o racismo no Brasil. Logo as organizações negras se pautaram e se alinharam com organizações internacionais, MPLA em Angola, a FRELIMO em Moçambique e tantas outras organizações que foram fundamentais para que tivéssemos animado a nossa luta, dado que também precisamos de solidariedade internacional, de compreensão internacional e a gente fez essa aliança internacional contra o racismo e estamos fazendo até hoje. Tudo que acontece de positivo na luta contra o racismo nos países africanos, no Brasil, nos EUA e na Europa são fundamentais também para nossa luta, o internacionalismo é uma necessidade, a luta internacional.

## **6ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Da fundação do MNU em 1978 a realização da Marcha de 1988, podemos afirmar que foi a década do Movimento Negro? O que muda para o Movimento Negro após a Marcha?

**HAROLDO ANTONIO** – Muda que de 1978 à Marcha de 1988 o movimento negro lutou intransigentemente, contra o racismo e da Marcha de 1988 para cá muitas coisas positivas aconteceram na nossa história de luta. Muitos fatos positivos aconteceram, mas não só conseguimos transformar as políticas de ações afirmativas numa política debatida nesse país nas universidades e nas relações de trabalhos, nós conseguimos transformar o 20 de novembro como dia Nacional da Consciência Negra e com o descompromisso com os diversos governos, governos de esquerda e de direita aos quais me refiro. O dia Nacional da Consciência Negra ainda não é um dia nacional literalmente pela falta de compromisso, tanto da esquerda como da direita em transformá-lo, escrevendo “lá!” a partir de agora o 20 de novembro é o dia Nacional da Consciência Negra. A esquerda esteve no poder, a direita esteve no poder e nenhum deles teve coragem de transformar o 20 de novembro, a data de Zumbi e de Dandara como o dia da Consciência Negra. Hoje somos atacados, alguns caras de direita querem derrubar a nossa data. Fica registrado o descompromisso desses setores na luta contra o racismo. Mas continuamos no processo, atualmente em toda sociedade brasileira o debate sobre o racismo está presente. Há anos a gente caminhava nas ruas fazendo panfletagem, fazendo atividade, dizendo que o Brasil era um país racista onde as pessoas, simplesmente, pegavam nossos panfletos e jogavam fora.

Hoje, quando estamos fazendo panfletagem as pessoas se veem como negros, começam a se ver como negros, hoje saltamos de 2% a quase 30% de negros nas universidades, graças a nossa luta. Enfim, existiram diversos fatos que foram infinitamente positivos, se fizemos uma pesquisa junto à população negra quem é que se considera negro, o nível de positividade diante desse fator aumentou significativamente. Isso significa que a maioria da população começa se assumir como negros. Na atualidade ligamos a TV e conseguimos ver nas novelas, nos organismos de propaganda uma presença considerável de negros, hoje as empresas privadas começam a debater a necessidade da presença de negros em cargos de direção, em cargos de gerencia e etc. Ou seja, tudo isso é fruto de nosso esforço uma luta que deu certo e que nosso caminho é esse pois é batalhando que o nosso caminho é lutar. Parabéns ao nosso companheiro Cyrinho, espero que você tenha nota máxima nesse trabalho que você está fazendo de Mestrado e estamos juntos aí pra contribuirmos contigo, Valeu irmão!

➤ **Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2023**

**Rua Coroa Grande, nº 5 LT 02 – QD 06, Jardim Barro Branco.**

**IGBÁ ASÉ JÓ TI IDINNÚ – Raiz Axé Oxumare**

**Horário: 09:00h**

**Entrevistador: Cyro Garcia Junior – UFRRJ**

**Entrevistado: Suzete Paiva - Militante histórica do IPCN**

**Tempo de Entrevista: 02h 26min 02seg**

**1ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Suzete, informe seu Nome, Idade, Naturalidade e como você chegou ao Movimento Negro?

**SUZETE PAIVA** – Meu nome é Suzete Paiva dos Santos, mas eu assino muito como Suzete Paiva. Meu Pai Durval dos Santos e Minha mãe se chama Maria Noemi de Paiva, depois se tornou Maria Noemi de Paiva Marques, porque ela foi casada com o sobrinho do Souza Marques. Eu tenho 67 anos, sou de 13 de agosto. Sou originária da Zona Oeste, nasci em Realengo. Eu morava na Rua Caramuru, os fundos da casa davam pra rua Imperador era a casa de Mãe Ondina, a 3ª sucessora do Axé Oponjá. Minha mãe tem um histórico com o sindicalismo, ela trabalhou na fábrica Manoel Sarmento. Na época em que fui para escola Normal, chamada Julia Kubitschek que funcionava no Amaro Cavalcante, eu conheci um menino chamado Bebeto e esse menino era ligado ao MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado. Daí

em diante estudando no Amaro Cavalcante - Julia Kubitschek, tinha a tabela do professor Araquém, ele tinha um olho azul e o outro vermelho, que era o diretor da Julia Kubitschek. Esse homem também era diretor do Colégio Santo Inácio juntava a escola da Zona Sul que era ligado à Igreja a gente, então o nível ia elevando. Certo dia, houve uma feira folclórica e tinha o teatro. Um professor de Matemática começou a fazer curso de preparação para o vestibular e toda vez que ele me encontrava ele falava assim: “Você precisa prometer pra gente, pro corpo docente da Julia Kubitschek, que você vai batalhar no sentido de dar aula e fazer teatro”. Num certo dia, no ônibus, com um menino chamado Godolfredo que tinha um cargo alto no Bate-Folha de Campo Grande, eu comecei a fazer teatro lá, aproximei-me do pessoal do teatro, do Arcélio que era comunista, tinha eu, Rogério, a mulher do Arcélio(...) quando dei por mim estava fazendo parte de um grupo chamado Garra Suburbana e tinha o Asdrubol – Grupo Experimental de Teatro Asdrubol, ligado à Regina Casé. A nossa base era lá naquele Teatro de Marechal Hermes. Na sequência, eu integrei também um grupo chamado Panela de Pressão. Importante dizer que eu e Alcinéia (Cantora do Agbara) somos fundadoras do Agbara e meu primeiro contato com o Movimento Negro é com o Zé Ricardo de Almeida numa palestra, eu fazia escola normal e Alcineia fazia segundo grau, e nós fomos num evento no SESC de Copacabana numa exposição do curso de folclore dado pelo Zé Ricardo de Almeida, que era do IPCN. Nesse momento, eu e Alcineia, fomos parar no IPCN, onde conhecemos a Vera do Igbara. Nesse período o IPCN era interditado pela Ditadura e tinha um outro grupo que se reunia no ICBA – Instituto Cultural Brasil-Alemanha, nisso eu conheço o Sr. Olímpio. Eu transitei nesses espaços, eu era muito jovem, Jorge Candido ainda era vivo e ao chegar, eu encontrei o Thor, o Fumaça, o Joinha(...) Os Caras que conseguiram articular projetos para ter um espaço e que colocaram “Instituto da Pesquisa das Culturas Negras” não porque era um Instituto de Pesquisa, era justamente para poder driblar a questão da ditadura. Foi daí que eu conheci Sr. Olímpio Marques dos Santos, tenho para mim que ele era filho de Mãe Senhora e andava com o Lagdbá, a casa dele foi fechada com os cabos de aço da aeronáutica. Seu Olímpio era baiano, o irmão dele ficou lá e ele veio para cá. Seu Olímpio só não morreu de tortura, mas ele sofreu aditivo químico na comida, tanto que ele foi anistiado, nesse momento fui fundar o PDT que era o PTB e ele me chamou, porque tem a questão da imprensa negra, eu vi os jornais do SINBA – Sociedade Intercambio Brasil-África, então eu comecei a ver o movimento Ação da Juventude brigando pela anistia. Eu pegava os jornais e saía vendendo, naquela época Yedo Ferreira teve a ideia das banquinhas do Movimento Negro com uma aste que dizia: “O Movimento Negro tá botando banca!”. Nessa mesma época eu fiquei muito ligada ao Agbara Dudu, que teve seus fundadores Vera(Presidente), Alcineia, Suzete, Carlinhos que se tornou pai de santo e trabalhava na Castelo

Branco e o Juninho que fazia as poesias e os cartazes, Vovô (do Ilê) vinha para ajudar na fundação do Agbara.

Seu Olimpio Marques tem uma história importante lá no IAPI de Realengo, que foi cercado por cabos de aço da aeronáutica, ele só não se prejudicou porque ele era jornalista, trabalhava na Aeronáutica, e o Jornalista Saldanha foi foca do Sr. Olimpio. Ele foi aprender coisas com Seu Olimpio e eles eram todos do Partidão, o Caó passou por essa escola, todo mundo. A casa do Seu Olimpio, na Alcides Bezerras - Ipirapuã, foi cercada pelos militares. Depois Sr. Olímpio é anistiado e escreve o livro “Negro Liberta-te”.

Seu Olimpio me levava para muitos eventos e, num desses eventos, tive a honra de confrontar com ideias, nada mais nada menos, que a grande Lélia Gonzales. Seu Olímpio questionava de lá e eu questionava também, assim fui me formando. Fui forjada no aço, e na fundação do PDT ele me chamou pra ir. Ele disse “Vamos lá, você tem verne pra isso!”, na fundação do PDT foi Sr. Olímpio, Eu (Suzete Paiva), Lizelia de Maciel e Talarico. Assim, eu cheguei ao Movimento Negro.

Certa vez, na época do Teatro, estava eu e Godolfredo que era um dos guardiões do Axé Kupapa Unsaba de Campo Grande, ele ia ver o pessoal do Panela de Pressão, era um grupo de dança patrocinado por um homem do Oxóssi conhecido do Amauri, nesse dia eu estava com uniforme de gala e eu falava sobre consciência e tal, quando, de repente, Amauri virou para trás e disse: “Vocês estão falando de consciência, toma esse jornal aqui!” que era o Jornal N°1 do SINBA. No Jornal tinha poesia, tinha o “Tem gente com Fome” do Solano Trindade e tinha um artigo chamado a omissão da Mulher Negra. Eu já estava envolvida no IPCN, então questionei ele (Amauri Mendes), sobre o artigo que falava da omissão da mulher negra, eu dizia pra ele que discordava, aí ele disse: “Olha para trás e veja quantas mulheres negras têm aqui”. Ali eu fui desafiada a organizar alguma coisa que tivesse referência às mulheres, porque até então as mulheres iam para o ICBA – Instituto Cultural Brasil-África, até a própria Lélia Gonzales, só fazia o protagonismo dela do ponto de vista acadêmico, entre elas Joana Angélica e todas as demais. A organização do debate de Mulheres Negras se iniciou no IPCN. Podemos dizer que eu dei esses primeiros passos, Amauri ficou de revelar as fotos, porém isso nunca aconteceu da reunião de mais de 100 mulheres no IPCN.

## **2ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – O Cenário político no Brasil e no mundo naquele momento

**SUZETE PAIVA** - Era um período de ditadura. Eu começo a militar em 1975. Eu me lembro que certa vez Amauri disse que teria que fazer uma viagem, ele disse: “Se eu sumir você liga

aqui pra esses telefones” ,e depois o Almir que estava num movimento de formação do MEP, eu já estava nessa época, em contato com o Brizola, pedindo pra socorrer o Almir que tinha sumido, em seguida o Almir apareceu. Nessa época tivemos um 1 maio tenso, porque foram apagando as luzes, o João Carlos Negão era vivo, eu estava no palanque. Fiquei com muito medo, quando vi Elza Soares, não sei como ela conseguiu arrumar uma lata d’água colocar na cabeça e descer cantando “Lata d’água na cabeça...” visto que escureceu rápido, começou a chover e apagar as luzes e todos nós cercados. Depois que atravessamos a pista não me pergunte como eu fugi, por que eu fugi.

Quando fundamos o grupo de Mulheres, eu escrevi o artigo, chamei as mulheres e elas foram. Eu lembro que a Leila Garcia me deu muito apoio. Então pensamos num nome, algumas sugeriram Maria Felipa, até que se decidiu por REMUNIA, que seria uma grande Reunião de Mulheres Negras Aqualtune que convergiria todas as mulheres de tudo que fosse agrupamento e entidades num corpo só. Essa proposta durou um pouco e foi em 1977, fizemos umas 4 reuniões. Yedo Ferreira e Amauri Mendes me ouviam e apoiaram muito e essas reuniões aconteciam ali no IPCN, agindo juntos, combatendo. Nem Lélia conseguiu levar à frente algo parecido. Minha militância partia muito do IPCN e do SINBA e minhas impressões, lembro muito de um intervenção da ditadura no IPCN e os fundadores, nesse período estavam afastados, como Benedito Sergio e o pessoal do Teatro Opinião estava um pouco escondido, mas seguiam fazendo coisas no Teatro Opinião. Eu me lembro que eu não percebia quem era envolvido e os grupos, eu ouvia muito o Vandré. O Bebeto (MEP) me dizia para ter cuidado, dado que geralmente, as pessoas muito bem afeiçõesadas são os espões da ditadura. O Arcélio, também, alertava para ter cuidado que poderíamos estar envolvidos sem estar preparados e organizados, a partir disso eu comecei a prestar mais atenção e tudo que eu ouvia ou via de estranho eu comentava muito com Yedo e com Amauri. Conversava com mais tempo com o Yedo, naquele período o Yedo era telegrafista, mas ele teve problemas com a ditadura, ficou em um certo lugar que era uma “rede de transmissão” próximo aos lados da Penha, na Rua Uruguai, íamos muito lá. Nessa etapa o Gil já estava, Gil Aderaldo, Gil era novinho na época, que eu, colocava banca. Naquele período havia a UEE e havia a UNE, estava reativando o pessoal do ensino médio. Havia também o pessoal do Alicerce. Esse coletivos eram do Movimento Estudantil.

Eu dizia assim: “O Jornal tá acumulado!” do SINBA – Sociedade Intercambio Brasil-África onde as reuniões ocorriam em Deodoro. Faziam parte Denise Barbosa, o irmão dela, Derival. Também, tinha o Benzim e o Carlão que era o mais ferrabrás. Eu comecei a vender os jornais encalhados, nº1 e nº2, que tinham as poesias de Solano Trindade e “Onde te Encontrar” que era uma poesia sobre a revolução, havia um artigo que falava sobre a omissão da mulher Negra que

eu questionei. Havia muita perseguição à nossa iniciativa, a Banca e a base do Jornal era no IPCN. Yedo e Amauri me davam formação, mais foi na minha atuação do “Movimento Negro tá botando banca” que consegui autonomia e consciência política e intelectual. Nesse momento começo a ter dimensão do momento em que vivíamos, porque, quando voltávamos, as gavetas estavam arrombadas, lembro-me que quando havia reuniões alguns “Pau mandados” se metiam. Tudo eu falava para minha mãe, sobre tudo, ela dizia que eu deveria tomar cuidado. Como eu sempre chegava tarde a casa e narrar pra ela o que acontecia em função de eu estar no movimento negro, ela começou a criar mecanismo de fuga se fosse necessário sair do país, mas ainda não tinha dimensão do que poderia acontecer comigo, entretanto, minha mãe de santo e minha mãe carnal sabiam. Eu comecei a ter noção disso e da realidade a partir do momento que me aproximo do Movimento Estudantil, porque ia às universidades vender os Jornais do SINBA. Lembro também que nessa época o Edson Santos, na época militante ligado aos Metalúrgicos e Estaleiros e do PT, ainda não era vereador, batia muito na gente, dizendo que tínhamos discursos extremistas, visto que para ele a questão era de classes. Depois ele funda o Conexão Zumbi. Edson Santo criticavam o Movimento Negro. Ele implicava muito comigo, quando me via levando os Jornais do Movimento Negro.

Assim que eu percebi qual era o cenário, que era um momento muito difícil, talvez o mais cruel daquele momento, que as pessoas eram pegadas mesmo. Recordo que houve um momento que o Amauri foi pra Petrópolis e Teresópolis e deixou a orientação de ligar para “fulano” e “sicrano” caso não voltasse em determinada hora. Quando Almir caiu, ele foi para um centro de formação da Convergência Socialista. Convergência ocupava um papel importante no movimento negro, eles tinham muito a questão da formação e nós também tínhamos, quem preparava as nossas formações era o Yedo Ferreira, e depois se aproximou o Haroldo que era da Convergência, no entanto era antes do Coletivo 20 de novembro.

### **3ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Quais eram os coletivos que impulsionavam as lutas negras nos anos 80? E qual se destacava mais?

**SUZETE PAIVA** – Tínhamos o IPCN, Agbara Dudu, o MNU, o CEBA, tínhamos os militância independente que tocava as lutas como o Abdias Nascimento, Leia Garcia, Ruth de Souza que era contra que fôssemos para rua. Tinha também o Cadu, Gil, Eu, Stella e Pedrina. Tinha o pessoal do Acorda Criolo, um coletivo ligado ao Adauto que hoje é defensor público que era da Cidade de Deus, eles tinham um Jornal. Tinha o REAJA A VIOLÊNCIA POLICIAL, tinha o Medeiros, que também trabalhava com Jornal, tinha o Benedito Sérgio que aparecia

discretamente no cenário. Tinha o Prudente, a Silvia, eles apareciam de vez enquando. A Joana aparecia também com o CEMUFP e havia o grupo de Estudantes da Universidade Federal Fluminense, um grupo de resistência de alunos negros que era geralmente representado pelo Ruy, havia a representação do André Rebouças, esse era um grupo de Centro de estudos da UFF representado pela Professora Yolanda. Eram esses conjuntos de coletivos e fragmentos que se juntavam e faziam movimento negro. Nós conseguíamos reunir muita gente, toda militância que ia no IPCN e ao MNU. Tinha também o Mestre Vieira que era Capoeira e que era ligado à Associação dos Ex-Alunos da FUNABEN, que funcionava na 24 de maio, no Méier. Sandrão que era a companheira do Mestre Vieira, que mora na Alemanha, era figura presente na militância.

Um detalhe que daria destaque, por outro lado, é que muito poucas pessoas se envolveram no dia a dia, do fazer a Marcha de 1988 acontecer. O que se tinha eram os Comitês do Movimento Negro que organizaram a Marcha, eu saía fundando Comitês. Eu, Yedo, Pedrina...na Baixada e outros lugares. Um dos últimos Comitês que estivemos juntos foi em Queimados, 20 de novembro, e nessa época, o Haroldo ainda não era MNU, ele era 20 de novembro.

Tivemos ações importantes de divulgação da Marcha, com colagem de Cartazes pelo Centro da cidade, houve um dia que fizemos um mutirão da noite pro dia enchendo a cidade de propaganda com Cartazes. Nesse dia, teve um show do Jorge Aragão no Teatro João Caetano, como eu conhecia algumas pessoas eu articulei e entrei por trás para falar com ele para divulgar a Marcha do dia 11 de maio, fui falar com Jorge Aragão e ele estava se concentrando. Ele falou assim: “Você não sai, fica aqui dentro vou dar uma entrada. Dar boa Noite, cantar uma música e vou apontar pra você” e ele apontou pra mim, anunciando que era um pedido do Movimento Negro para anunciar a Marcha Contra a Farsa da Abolição.

#### **4ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Qual a importância da Marcha de 1988 na luta pela democratização no país e no avanço das pautas raciais?

**SUZETE PAIVA** – Quero começar com uma análise a respeito de uma posição de Chico Alencar, ele fazia parte do SEPE, fez todo um empenho para que os 100 anos da Falsa Abolição fosse comemorado centrado no Zumbi dos Palmares. Nossa proposta era outra, que marcharíamos da Candelária até a Central do Brasil. Chico Alencar queria organizar uma nova trajetória da Marcha com destino ao busto de Zumbi em função das atividades das escolas. Bem da verdade que setores ligados à esquerdas, gostavam de se aproveitar das pautas raciais e conseguir votos, sejam na disputa do SEPE ou do processo Eleitoral propriamente.

Como eu era muito ativa, o meu nome foi escolhido para que eu fosse do comando da Marcha

e oradora da mesma, assim como o Gil. Gil se empenhou muito para realização da Marcha. Eu me lembro que, certo momento, tinha que está às 4h da manhã no Centro da Cidade onde encontrei com Gil para garantir Carro de Som. Gil chegou primeiro, só que Gil ele teve um problema no Banerj e alguém havia me orientado a não ir ao encontro dele, pois ele tinha sido pego. Tive que tomar uma rápida decisão, quando segui imediatamente para o IPCN, pois sabia que uma parte do Comando da Marcha estaria lá. Cortei por dentro do Campo do Santana e segui para sede do IPCN. Porém antes de chegar na sede do IPCN fui interceptada por uma “baratinha” carro da P2 (Policia Infiltrada ou Seção de Espionagem) de dentro do fusca da polícia saiu justamente o cara que tínhamos suspeita que frequentava as reuniões do IPCN. Ao mesmo tempo que consegui despistar o P2 eu comuniquei aos demais companheiros que estavam no interior do IPCN para descer e que o Gil tinha sido preso, “Desce! desce! desce! Paulo boca, desce, Januário...”

A concentração já estava organizada na Cinelândia, ao mesmo tempo que o Carro de Som chegou. Decidimos ligar para o Brizola e para a imprensa. O Secretário de Segurança Savoya pressionava para mudar o destino da Marcha em reunião num prédio, onde hoje é o Detran. Brizola num gesto de firmeza disse que não existia o 5<sup>a</sup> poder, ele era o chefe do executivo e como chefe do poder executivo, o papel da Polícia Militar Estadual era proteger os manifestantes em Marcha, isso quase gerou uma crise entre poderes. Eu segurei o carro de Som, na agitação, para não dispersar a Marcha. Eu lembro que o destino da Marcha e de seus desdobramentos foram decididos como resultados das decisões que eu, Amauri e Gil tomamos. Amauri foi para negociação com o secretário, eu e Gil ficamos no Carro de Som. Foi uma comissão negociar com o Secretário de Segurança e o comando do exército do Leste, Amauri Mendes, Sebastião Soares, Paulo Boca, entre outros militantes. Só havia homens na comissão de negociação, quando eu decidir ir e participar. Percebi que não queriam que eu participasse, mas eu bati o pé e não recuei, disse na reunião de negociação que a Marcha não recuaria e que seguiríamos em frente, sim. Deixei o Gil e os irmãos Prudentes no cuidado do Carro de Som. Como desdobramento de todos esses acontecimentos, derrubando Caxias ou não, nós derrubamos o Mito da Democracia Racial. Nós não queríamos derrubar a estátua. Foi uma Marcha emblemática, foi uma demonstração de força nossa. Como saldo importante do pós Marcha foi a fundação dos Comitês Pró-Mandela.

### 5ª PERGUNTA

**CYRO GARCIA JR.** – Como os movimentos de emancipação nacional na África, EUA e América Latina influenciaram o movimento Negro no Brasil?

**SUZETE PAIVA** – Eu tenho certeza que influenciaram bastante. Aqui tínhamos os “Cadernos do Terceiro Mundo”, documentos que ajudaram muito nessa compressão. Tenho alguns volumes. As questões dos EUA, Black Power, Malcolm X nos influenciaram muito. Tivemos um momento importante na visita do líder afro-americano Stokely Carmichael (Kwame Ture) na sede do IPCN, ele me presenteou com o Livro Poder Negro. Mesmo na minha época de ativista do movimento estudantil, sempre pautei a questão racial, como resultado dessa influência negra internacional, levava à frente o debate sobre a luta de solidariedade internacional ao Múmia Abul Jamal e ao Mandela. Na ocasião que o Mandela vem ao Brasil, o Brizola fez questão que eu fosse recebê-lo, fui ao Hotel e dei um Oxé de Xango pra ele, fiquei entre ele e a Winne Mandela, eu tenho essas fotos.

### 6ª PERGUNTA

**CYRO GARCIA JR.** – Da Fundação do MNU em 1978 a realização da Marcha em 1988. Podemos afirmar que foi a década do Movimento Negro? O que muda para o Movimento Negro após a Marcha?

**SUZETE PAIVA** – Isso criou novas condições para que mais adiante criássemos grupos de estudos e, além disso, tínhamos duas saídas, ou avançava na questão da formulação e organização e de maior protagonismo ou retrocedia e perdia o momento histórico.

#### ➤ Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2023

**Praça Paulo da Portela – Oswaldo Cruz, Sede do Grupo Afro Agbara Dudu/MNU.**

**Horário: 19:00h**

**Entrevistador: Cyro Garcia Junior – UFRRJ**

**Entrevistado: Elias Alfredo Agbara Dudu/Quilombo Raça e Classe**

**Tempo de Entrevista: 0h 40min 01seg**

### 1ª PERGUNTA

**CYRO GARCIA JR.** – Elias, me informe seu Nome, Idade, Naturalidade e como você chegou ao movimento negro?

**ELIAS ALFREDO** – Eu sou Elias José Alfredo, nascido no Rio de Janeiro no Bairro de Rocha Miranda no ano 1960 do dia 20 de outubro, 63 anos. Filho de José Alfredo e Helena de Oliveira

de Castro. Atualmente sou presidente do Grupo Afro Agbara Dudu, Metroviário do setor de manutenção há 42 anos e sou militante do Movimento Negro, passei pelo MNU, sou dirigente do Quilombo Raça e Classe uma organização do Movimento Negro Brasileiro, atuando no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU. A minha inserção no movimento negro se dá basicamente no início da década de 70 com o surgimento do movimento Soul Music. Um movimento surgido aqui na periferia do Rio de Janeiro, que com aparição da equipe de som Soul Black Power no mesmo bairro, onde nasci em Rocha Miranda, eu vivi essa experiência de um movimento de autoestima à comunidade negra no início da década de 70, participando do início dos bailes naquele processo de ebulição de autoestima da negrada e inspirado no movimento dos Afro-Americanos, que trouxeram através da vertente cultural e musical do Soul Music, todo um movimento que estava traduzido nos direitos civis afro americano. Então me considero um militante do movimento negro a partir daí. Um movimento consciente, muito forte que já nos idos dos anos de 72/73 mexeu com minha condição humana e a década de 70 foi exercida por mim como jovem negro de periferia dentro do Soul Music, que era um movimento paralelo ao movimento do Samba no Rio de Janeiro que se consolidou. No início da década de 80, eu tive a oportunidade de conhecer uma outra vertente que foi o movimento Afro Cultural Agbara Dudu que é um grupo que se consolidou na periferia no bairro de Oswaldo Cruz, como uma referência de um movimento que traz no seu bojo a autoestima afro-brasileira, na sua estética, no seu canto, na sua música. Produz isso na periferia e se ramifica para o Estado e se torna na região sudeste um movimento que alavanca a discussão afrocultural.

## **2ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – O Cenário político no Brasil e no mundo naquele momento?

**ELIAS ALFREDO** – A Década de 70, quando inicio minha militância. Foi uma década efervescente de lutas. Porque se nos Estados Unidos se expressava a luta pelos direitos civis, da comunidade Negra, na África expressava-se a luta por auto-determinação e a luta anti-colonial em relação às condições que os países europeus impunham sobre os países africanos, era uma combinação de fatores. Para nós, na América Latina e no Brasil, isso se refletiu, obviamente de alguma forma. Do racismo que se experimentava de forma mais escancarada nos Estados Unidos ou na África do Sul, no Brasil, ele era velado, mas era exercitado. A nossa posição de negro ao longo do século passado de marginais, de vítima em potencial do estado policial, algo que marcou muito. Então eu compreendo essa nossa trajetória, enquanto Ser Negro, como algo que por um lado as necessidades falaram mais alto, sejam elas econômicas, social e cultural, também política. A nossa participação na vida política é uma combinação de fatores. Se a gente faz valer a nossa expressão cultural, por um lado, a necessidade elementar

de poder se alimentar também determinou, por isso, a combinação. Por exemplo, o surgimento do MNU no final da década de 70, por mais que tenha sido reflexo de um fato contundente de um ato racista que foi o assassinato de um jovem numa delegacia de polícia em São Paulo, naquele mesmo período estava em ebulição o ressurgimento da luta operária no País. Com o movimento do ABC, as greves que estavam se ressurgindo, o surgimento do MNU combina com aquele processo de luta de classe no país. As mobilizações da classe operária, da classe trabalhadora, do movimento estudantil. Então, são combinação de fatores.

### **3ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Quais eram os coletivos que impulsionavam as lutas negras nos anos 80? Qual se destacava mais?

**ELIAS ALFREDO** – Nos anos 80, já era o MNU consolidado a nível nacional a entidade de expressão nacional, basicamente a única. Mas tinha nos âmbitos regional e estadual várias organizações que surgiram também, entre elas no Rio de Janeiro o IPCN que foi uma das maiores expressões fundada em 1974, o IPCN se consolida na década de 70 sendo uma referência no Rio de Janeiro muito forte, década de 80 também era o polo concentrador das mobilizações no estado do Rio de Janeiro e o Agbara vem nesse marco, fundado em 82, inicialmente, mas é discussão que se inicia finalzinho da década de 70 e início de 80, então traz essa vertente afrocultural que se diferencia das demais entidades do movimento negro no Rio de Janeiro, passando a ser um polo aglutinador em maior escala a nível do Rio de Janeiro. Agbara Dudu além de trazer uma discussão mais ampla afro-cultural, tinha uma discussão previamente definidas de ida para as comunidades, sistema penitenciário, nas escolas, gestou um movimento de mobilização muito amplo, esse foi o papel que o Agbara cumpriu no sistema penitenciário, com a juventude negra, com as mulheres, com os adultos. Possibilitou um contato com os setores marginais da sociedade na estrutura onde historicamente nós estamos condicionados. Por um outro lado, o Agbara atuou nas comunidades e favelas, atuou nas universidades, nas escolas públicas, construindo esse movimento de conscientização, gestou um movimento fortíssimo de agregação, além do fato de trabalhar as famílias, o Agbara, na verdade se consolida, também, a partir de várias famílias que foram trazidas para seu interior, os quais se relacionavam e co-relacionavam, na década de 80/90, onde deu no que deu, né! Um movimento de autoestima, um movimento de autocotização, um movimento de africanização no subúrbio do Rio de Janeiro.

**CYRO GARCIA JR.** – Elias, fale sobre o papel dos coletivos de base que eles tiveram na consolidação e na organização da Marcha de 88

**ELIAS ALFREDO** – A Organização da Marcha de 88 foi algo muito bem pensado e

determinado, são coisas assim que aquele momento do país, o ano de 87, quando deflagramos a ideia da Marcha, aliás a ideia da Marcha surge entre julho-agosto, e setembro se tem uma primeira plenária no IPCN em 1987, apontando para se organizar para o ano 1988 o que seria a Marcha. Eu, como militante da Convergência Socialista, militante do Agbara e atuante em parceria com o Coletivo 20 de novembro na Baixada Fluminense, eu atuava no sindicato na base do metroviário, atuava no Agbara e atuava no 20 de novembro e atuava na Convergência Socialista que era uma corrente interna do PT. Então tínhamos uma intervenção na Baixada Fluminense, como tínhamos no Centro-RJ, tínhamos no Agbara. A gente vinha num debate sobre a alta organização dos trabalhadores, da importância de Comitês Populares, das organizações sindicais de base e propomos que isso ocorresse no âmbito do Movimento Negro, seria a primeira experiência política e por incrível que pareça, nós da Convergência propusemos na plenária do IPCN, enquanto militantes da Convergência e também como militantes do 20 de novembro, a constituição da organização da Marcha a partir de Comitês Populares. O que implicaria pensar os Comitês Populares da Marcha, ser criado nas regiões, ser criado nos sindicatos, nos bairros, nas comunidades, favelas e isso aconteceu, se consolidou. A Plenária aprovou a criação dos Comitês, deliberou uma programação e um calendário de ações nas Região Serrana, Região Sul-Fluminense, Baixada Fluminense, Zona Oeste, Niterói, Região dos Lagos (...). Foi pensada uma programação e construída essa programação, colocando em prática a constituição dos Comitês Populares da Marcha de 1988, de setembro de 1987 a maio de 1988 plenárias semanais aconteciam, regiões nas comunidades. As informações sobre as realizações das reuniões eram permanentes sobre os afazeres a seguir, foi estruturado como rastilho de pólvora à criação dos Comitês. E cada Comitê abria um novo Comitê, na região, no bairro, na cidade para justamente chegar aonde chegou, que foi o grande dia de 88. **O que se tinha de fundamental eram as Plenárias Gerais que ocorriam na sede do IPCN** como fruto dos trabalhos realizados nas regiões, as Plenárias naquele período de ebulição, expressavam o que estava sendo discutido nos Comitês, a nível dos informes e tudo mais. O que acabou culminando no Grande Ato no dia 11 de maio de 1988 no Centro da cidade, que culminou também com toda uma intervenção da polícia militar por parte do exército, por parte do estado a nível da secretaria de segurança pública, que colocou a polícia militar e civil pra tentar neutralizar a manifestação no formato que ela foi definida da Candelária com parada na Central do Brasil, o palanque que foi organizado pelo comando. A ideia era sair da Candelária para na Central e rumar para o busto de Zumbi. No entanto o exército veio para rua, tomou as estações ferroviárias, tomou a extensão da Presidente Vargas, tomou da Rodoviária Novo Rio ao monumento de Duque de Caxias, o exército tomou toda aquela extensão das vias públicas, criaram uma estrutura de

aquartelamento dentro do Ministério do Exército na Central do Brasil sobre o argumento que setores do exército tinham tomado conhecimento que a gente tinha planejado derrubar o panteão do Duque de Caxias. Isso não estava dentro do contexto da organização da Marcha, isso não era verdade. As neuroses dos militares levou a isso, prenderam muitos manifestantes, que partiam para participar do evento da Marcha, que traziam consigo no corpo adesivos da Marcha, camisetas, botons(...) e nas estações rodoviárias muita gente foi presa, desmontaram o palanque que estava montado na Central do Brasil, em suma, montaram um aparato de repressão que há muito não se via no Rio de Janeiro. Os tanques de Guerra que na madrugada do dia 11 desceram para o centro da cidade e a quantidade de soldados que cercaram o panteão do Caxias foi assim, algo impressionante. Contudo não intimidou. Não intimidou o comando da Marcha do qual eu fazia parte com Haroldo Antônio, Amauri Mendes, Suzete Paiva, Gil, Wilson Prudente e a gente manteve, inclusive, a postura de seguir a deliberação do Fórum da Marcha que era levar a Marcha da Candelária a Central do Brasil, porque o governo do Estado junto com o comando militar Leste do exército tentou impedir que o comando de seguir a orientação original da Marcha, tentando forçar a mudança de rota da Candelária para Cinelândia e não como definiu o Comando da Marcha em Plenária Geral, da Candelária a Central do Brasil. Nós dissemos para eles: 1ª Ali estávamos seguindo uma orientação do Fórum do Movimento Negro e 2ª Só o próprio Fórum poderia mudar essa orientação e que levaríamos ao conhecimento dos manifestantes. Houve uma reunião dentro do Banco Real na esquina da Candelária, no cruzamento Rio Branco com Presidente Vargas, na agência do Banco Real, um representante do comando militar do exército do leste, secretário de segurança pública, que na época era o Hélio Saboya. Intimou-nos a estar dentro da agência do Banco Real para tentar demover a nossa ida à Central do Brasil, debatemos com eles e dissemos que isso seria submetido ao Fórum dos manifestantes, colocamos isso em votação e a galera votou pelo trajeto original da Marcha.

#### **4ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Qual a importância da Marcha de 1988 na luta pela democratização no país e no avanço das pautas raciais?

**ELIAS ALFREDO** – Tivemos naquele ano, os 100 anos da abolição, cinco meses depois no mês de outubro estaria sendo votado a Constituinte, a nova constituição. Ali abriu toda uma discussão sobre o que o racismo no Brasil, de fato, exercia e como exercia, porque mostrou a voracidade racista do estado e dos governantes brasileiros. A estrutura do aparato militar no Rio de Janeiro e na Bahia foi feroz, mas no Rio de Janeiro foi mais feroz de todos, a estrutura repressiva não teve igual, nem em São Paulo e nem Bahia. Assim, abriu-se uma discussão sobre

essa democracia racial, de como o racismo está transversalizado na sociedade. Por um lado, foi bom, porque o estado mostrou a sua garra. Por outro lado, mostrou o quanto o povo estava disposto a lutar. A adesão à manifestação, Marcha de 88, foi enorme. As pessoas que não estavam na manifestação se incorporaram à manifestação, tomando um vulto em termos de participação de uma maneira impressionante. Ali ficou demarcado o quanto só tinha de Mito a tal democracia racial, porque o estado brasileiro, só pelo fato de termos ousado ir às ruas e denunciar o racismo, demonstraram o quanto que são capazes de reprimir a gente, o racismo é isso. Poderia ter acontecido um conflito na manifestação, felizmente não aconteceu. Entretanto a estrutura que eles colocaram para reprimir o povo, a ideia era essa, de fato pensaram duas vezes.

O que fica demarcado com o Ato da Marcha e a reação do Estado é que o Estado é racista. Abriu-se um horizonte, com isso, uma compreensão do povo negro em relação ao estado brasileiro, o quanto ele é racista, ajudando a impulsionar o despertar de consciência das pessoas que ainda tinham dúvidas. Viram que por tão pouco o quanto os “caras” mostraram o quanto são capazes de reprimir, havendo uma comoção por que a sociedade sentiu e discutiu isso, era natural as pessoas falarem sobre o que havia acontecido, o exército ter ido para as ruas só porque os negros tinham ousado se manifestar, algo que até então nunca havia acontecido. É isso!

## **5ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Como os movimentos de Emancipação nacional na África, EUA e América Latina influenciaram o movimento negro no Brasil?

**ELIAS ALFREDO** – O Apartheid e a luta Anti colonial influenciou diretamente a nossa luta no Brasil. E era combinado, uma combinação. Apesar das diferenças que existem na luta anticolonial a África e a nossa luta contra o racismo aqui. A gente teve ações de solidariedade e essência, segue sendo a nossa luta contra o racismo, a nossa luta pra fazer valer a nossa posição diaspórica. Então, se na década de 70 os Angolanos, Moçambicano, Nigeriano a galera estava pegando em armas para obter a independência, isso nos animou, aqui estávamos lutando contra o racismo e lá contra o colonialismo com armas na mão. A África nos influenciou aqui de várias formas. Anticolonial determinava lutar com armas em punho contra os portugueses, os franceses e ingleses, aqui estávamos lutando contra o racismo que também era reflexos das políticas dos portugueses, dos franceses, ingleses e holandeses.

**6ª PERGUNTA**

**CYRO GARCIA JR.** – Da Fundação do MNU em 1978 a realização da Marcha em 1988, podemos afirmar que foi a década do Movimento Negro? O que muda para o Movimento Negro após a Marcha?

**ELIAS ALFREDO** – Foi a década do Movimento Negro, assim como foi a década da luta de classes no nosso país e no mundo. Os reflexos dessa realidade, a questão racial está combinado com a questão econômica, não estão desassociadas nunca. No meu entendimento, o que muda pós isso são os avanços significativos a nível internacional no debate racial. O debate racial entrou na pauta e hoje está na pauta. O problema é que nós carecemos de uma organização socialista, revolucionária, internacional, negra com caráter de classe? O problema está aí! Pensar que a África é o que é, conquistou a liberdade dos países coloniais, mas são administrados pelos gerentes do capitalismo negro. E aí? África do Sul, Nigéria, Angola, Senegal, Moçambique...e aí?, então quem ganhou foi o capitalismo, é isso aí. Milhões de seres humanos tentando buscar condição de vida mínima, arriscando suas vidas diariamente no atlântico e morrendo, morrendo de fome, de sede(...) esse é o problema, o contraditório que o capitalismo impõe a milhões de seres humanos. Vivemos ainda um dilema de como avançar de fato na luta de raça e classe, para fazer a revolução socialista que é a necessidade maior da humanidade. Não tem como termos dignidade na América, África, Ásia nos marcos do capitalismo, esse é o X da questão. Precisamos superar essa fase, essa etapa do imperialismo que impõe miséria e fome as grandes massas do nosso povo e de nossa classe. Essa é a parada!